

BOLETIM DE CONJUTURA ECONÔMICA

M A R A N H E N S E

4º TRI 2017

VOL. 5
Nº 4

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
E CARTOGRÁFICOS



AGRICULTURA

MERCADO DE TRABALHO

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

CENÁRIO INTERNACIONAL

Economia internacional é estável e favorável ao crescimento econômico, a reformas econômicas e novas políticas de desenvolvimento, mas é ameaçado por desafios políticos e por escaladas em situações de conflitos localizados.

CENÁRIO NACIONAL

PIB registra crescimento pelo terceiro trimestre consecutivo, reforçando o já em andamento processo de retomada da atividade econômica.

MERCADO DE TRABALHO

Taxa de Desocupação do país marca 12,2% no trimestre móvel encerrado em outubro de 2017, marcando o segundo trimestre consecutivo de queda no indicador.

FINANÇAS PÚBLICAS

Situação das finanças públicas do país permanece como principal risco à consolidação da recuperação da economia.

Investimentos

As expectativas de mercado

Os investimentos públicos e privados em andamento e previstos no Maranhão perfazem um total de R\$ 18,1 bilhões (Tabela 1). É importante observar que os investimentos públicos em infraestrutura ampliam a atratividade dos investimentos no setor privado, dado que aqueles elevam a produtividade da economia. Sendo também verdade que a economia maranhense ainda apresenta diversas lacunas estruturais em setores estratégicos, a exemplo do rodovário, do ferroviário e de saneamento básico. Estes correspondem a cerca de 20% do que está e será investido pelo Governo Estadual. Atualmente, os investimentos privados perfazem um total de R\$ 12,1 bilhões, sendo que 18,1% (R\$ 2,2 bilhões) desses investimentos estão em andamento, concentrados principalmente nos setores de Energia, Elétrica e Movimentação Portuária. Entre os quais os investimentos públicos somam R\$ 4,0 bilhões divididos em investimentos

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

Felipe Macedo de Holanda

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Carlos Frederico Lago Burnett

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS

Lígia do Nascimento Teixeira

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

André Luiz Lustosa de Oliveira

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

DEPARTAMENTO DE CONJUNTURA ECONÔMICA E ESTUDOS SOCIAIS

Talita de Sousa Nascimento

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E ESTUDOS POPULACIONAIS

Dionatan Silva Carvalho

COORDENAÇÃO

Daniele de Fátima Amorim Silva

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

ELABORAÇÃO

Anderson Nunes Silva

Daniele de Fátima Amorim Silva

Dionatan Silva Carvalho

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

Geilson Bruno Pestana Moraes

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

Humberto Victor Santos Chaves

Jainne Soares Coutinho

João Carlos Souza Marques

Marlana Portilho Rodrigues

Paulo Eduardo Robson Mendes

Rafael Thalysson Costa Silva

Talita de Sousa Nascimento

Colaboradores

Frednan Bezerra dos Santos - SEFAZ

Marcelo de Sousa Santos – SEPLAN

REVISÃO/DIAGRAMAÇÃO

Camila Carneiro

Gustavo Sampaio

CAPA/DIREÇÃO DE ARTE

Yvens Goulart

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v. 5, n. 4 (out./dez. 2017). – São Luís: IMESC, 2017.

Trimestral

54 p.

1. Economia – Maranhão I. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

CDU 33 (812.1)

APRESENTAÇÃO

Temos a honra de apresentar ao público a quarta Edição do Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão do ano de 2017, referente ao quarto trimestre do ano. O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos. A análise estrutura-se em três dimensões, tomando como base o panorama das economias internacional, nacional e, sobretudo, maranhense. O trabalho inicia com o aprofundamento do cenário da economia internacional, a partir da dinâmica das principais economias avançadas e emergentes. Na segunda parte, trata-se a conjuntura econômica nacional, através de indicadores de Nível de Atividades (PIB, Produção Industrial, Comércio); Inadimplência; Política Monetária e Mercado Financeiro; Setor Externo e Comércio Exterior; Mercado de Trabalho e; Finanças Públicas. Na parte final, são apresentados os indicadores disponíveis acerca da economia maranhense. O Nível de Atividade Econômica do Estado é analisado por meio de indicadores da Produção Agrícola, Financiamento Imobiliário e do Volume de Vendas do Comércio. São analisadas, também, variáveis de endividamento e os principais investimentos anunciados e em andamento de iniciativa pública e privada. Além dessas informações, o Boletim contém análises relacionadas aos indicadores do Comércio Exterior, de Mercado de Trabalho (formal e informal) e das Finanças Públicas Estaduais. Com uma ampla base de informações, o Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão destina-se aos gestores e técnicos governamentais das mais diversas áreas, aos empresários, trabalhadores e potenciais investidores, aos acadêmicos e pesquisadores, assim como ao público interessado em geral.

SIGLAS

ABECIP	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
ABRAINC	Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias
ADVFN	Advanced Financial Network
BACEN	Banco Central
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COPOM	Comitê de Política Monetária
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DBGG	Dívida Bruta do Governo Geral
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
DRU	Desvinculação de Receitas da União
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
Fecomercio-MA	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPE	Fundo de Participação do Estado
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEC	Índice de Confiança do Empresário do Comércio Ludovicense
ICEI	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Índice de Confiança das Famílias
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e Serviços
IFI	Instituto Fiscal Independente
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
NUCI	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEA	População Economicamente Ativa
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PNADc	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
RFB	Receita Federal do Brasil
RMI	Regime de Metas de Inflação
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SECTI	Secretaria da Ciência Tecnologia e Inovação
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDUC	Secretaria da Educação
SEFAZ-MA	Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão
SEINC	Secretaria de Estado de Indústria Comércio e Energia
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEPAB	Sistema Estadual de Produção e Abastecimento
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SFH	Sistema Financeiros de Habitação
SindusconMA	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SSP	Secretaria de Segurança Pública

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Brasil: Taxas de Crescimento do PIB Trimestral (em %), entre o 1º Tri/16 e o 3º Tri/17	12
Tabela 2	- Brasil: Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso em mai/17 a jul/17; 1º Tri a 2º Tri de 2017 e Acumulado em 12 Meses	14
Tabela 3	- Brasil: Taxas de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista (em %) - jan/17 a out/17 e Acumulado em 12 meses (em %)	16
Tabela 4	- Cotação Internacional Média Anual, Mensal e Projeções para as Principais <i>Commodities</i> Presentes na Balança Comercial Brasileira e Maranhense. Valores em US\$ (nominal)	20
Tabela 5	- Brasil: Balança Comercial de 2010 até 2017*, Valores em FOB US\$.....	22
Tabela 6	- Brasil: Balanço de Pagamentos 2014 a 2017* (US\$ milhões)	23
Tabela 7	- Brasil: Saldo de Emprego Formal por Subsetor de Atividade Econômica, de 2016 a 2017*, Saldo em outubro** de 2016 e 2017; Variação Absoluta	24
Tabela 8	- Resultado Primário do Governo Central - 2016*, 2017*, out/16 e out/17, Crescimento em % Nominal e Real Inflacionado pelo IPCA - (R\$ milhões).....	26
Tabela 9	- Maranhão: Estimativa de Área Plantada e Colhida, Produção e Rendimento Médio dos Principais Produtos Acompanhados pelo LSPA - 2016 e nov/17	29
Tabela 10	- Brasil, Nordeste e Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis (R\$ milhões inflac. IPCA), Participação do Nordeste e Brasil 2007 a 2016, Taxa Média de Crescimento Anual 2007 a 2016 (% a.a.), 2016/2015 e Taxa de Crescimento 2017/2016* (%)	30
Tabela 11	- Maranhão: Investimentos Privados e Públicos Estaduais e Federais em Andamento e Projetados (R\$ milhões) - 2017 a 2020	33
Tabela 12	- Maranhão: Investimentos Públicos e Privados no Porto do Itaqui em Andamento e a Iniciar	34
Tabela 13	- Maranhão: Exportações das Regiões do MATOPIBA Via Complexo Portuário de São Luís - 2016 e 2017* (Valores em US\$ FOB milhões e Quantidade em Mil Toneladas).....	35
Tabela 14	- Maranhão: Investimentos em Rodovias do Governo Federal no Maranhão (R\$ Milhões).....	37
Tabela 15	- Maranhão: Balança Comercial de 2010 até 2017*, Valores em US\$ milhões e Variação em (%)	39
Tabela 16	- Maranhão: Principais Produtos Presentes na Pauta de Exportações de 2016 a 2017* (Valores em US\$ Milhões (FOB) e Quantidade em 1000/ton.)	39
Tabela 17	- Maranhão: Pauta Anual das Importações por Categoria de Uso de 2015 a 2017*, Participação do Total e Variação (Valores em FOB US\$ Milhões e Participação e Variação em %).....	41
Tabela 18	- Maranhão: Principais Produtos das Importações de 2016* e 2017*, Valores em US\$ Milhões, Quantidade em 1.000/ton e Var (%).....	41
Tabela 19	- Nordeste: Geração de Emprego formal, Acumulado* de 2016 e 2017; Saldo Mensal e Variação Absoluta	42
Tabela 20	- Maranhão: Geração de Emprego Formal de 2016 a 2017, Segundo Subsetores de Atividade; Saldo Mensal e Variação Absoluta.....	44
Tabela 21	- Maranhão: Saldo de Empregos Celetistas por Município, Segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratações no Acumulado de 2017*	45
Tabela 22	- Maranhão: Número de Ocupados, segundo os Grupamentos de Atividade, de 2014 a 2017, em mil Pessoas, Variação Absoluta	49
Tabela 23	- Maranhão: Ocupados por Posições na Ocupação, Categorias de Emprego e Taxa de Crescimento (%) de 2014 a 2017*	49
Tabela 24	- Maranhão: Receitas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA), Cresc. (%) e Variação Absoluta - 2016*, 2017*, out/16 e out/17	49
Tabela 25	- Maranhão: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade Econômica: Valores Constantes em R\$ Milhões, Part. %, cresc. e var. Absoluta - 2016*, 2017*, out/16 e out/17	50
Tabela 26	- Maranhão: Despesas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA), Cresc. (%) e Variação Absoluta- 2016*, 2017*, out/16 e out/17.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Projeção da Taxa de Crescimento Anual do PIB (%) de Economias Mundiais e Média dos Grupos de Países Emergentes e Avançados de 2016 até 2019.....	8
Gráfico 2	- Estados Unidos: Projeção da Taxa de Desemprego, Inflação e Taxa de Juros de 1997-2020 ¹	9
Gráfico 3	- Variação Anual do Índice de Preços do Consumidor do Japão e Estados Unidos e Média das Economias Avançadas e Zona do Euro de 1992 até 2017*.....	10
Gráfico 4	- Evolução da FBCF e do Investimento Público (em % PIB), entre 1995 e 2017.....	13
Gráfico 5	- Brasil: Evolução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada, entre out/12 e out/17.....	15
Gráfico 6	- Brasil: Índice de Confiança das Famílias (ICF) em Pontos - Média Móvel Trimestral - nov/10 a nov/17.....	17
Gráfico 7	- Brasil: Percentual de Famílias Endividadas, com Contas em Atraso e sem Condições de Pagá-las (em %) - nov/10 a nov/17.....	17
Gráfico 8	- Brasil: Evolução do IPCA; Preços dos Monitorados, Não Comercializáveis e Comercializáveis - Percentual Acumulado em 12 Meses entre Novembro de 1999 e Novembro de 2017.....	18
Gráfico 9	- Curva de Juros Futuros (<i>DI x Pré</i>) Períodos Seleccionados, entre out/17 e jul/21 em %. (outubro, novembro e dezembro).....	19
Gráfico 10	- Brasil: Massa de Rendimentos Reais ¹ (R\$ em bilhões) e Taxa de Desocupação Trimestral (%), de 2012 a 2017 ²	24
Gráfico 11	- Brasil: Resultado do Setor Público Consolidado em % do PIB - Acumulado em 12 meses - 2002 a 2017*.....	27
Gráfico 12	- Brasil: Dívida Bruta do Governo Central em % do PIB - 2002 a 2017*.....	27
Gráfico 13	- Maranhão: Evolução das Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado - cresc. 12 meses (em %) - out/04 a out/17.....	31
Gráfico 14	- São Luís: Evolução do Índice do Empresário do Comércio Ludovicense (ICEC) - Em Pontos - dez/13 a dez/17.....	32
Gráfico 15	- São Luís: Percentual de Famílias Endividadas, com Contas em Atraso e Sem Condições de Pagá-las (em %) - dez/13 a dez/17.....	32
Gráfico 16	- Maranhão: Investimentos do Governo Estadual em Andamento por Segmento (R\$ Milhões).....	36
Gráfico 17	- Maranhão: Movimentação Portuária do Complexo São Luís de jan/16 até out/17, Volume Movimentado (esquerda) em Milhões/Toneladas e Corrente Comercial (direita) em US\$ Milhões.....	38
Gráfico 18	- Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de Desocupação das Pessoas na Força de Trabalho, por Trimestres de 2012 a 2017, (em %).....	46
Gráfico 19	- Brasil e Maranhão: Rendimento Médio Real (Em R\$) de todos os Trabalhos e Massa Real de Rendimentos (R\$ bilhões) - 1º Tri/2012 ao 3º Tri/2017, inflacionados pelo IPCA a Preços de ago/17.....	48

SUMÁRIO

	SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1	CENÁRIO INTERNACIONAL.....	8
2	CENÁRIO NACIONAL	10
2.1	Nível de Atividades	10
2.1.1	Produto Interno Bruto	11
2.1.2	Produção Industrial.....	13
2.1.3	Comércio	15
2.1.4	Endividamento.....	17
2.1.5	Inflação	18
2.2	Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos	20
2.2.1	Commodities.....	20
2.2.2	Balança Comercial.....	21
2.2.3	Balanço de Pagamentos	23
2.2.4	Mercado de Trabalho.....	24
2.3	Finanças Públicas	25
3	ESTADUAL	29
3.1	Nível de Atividades	29
3.1.1	Produção Agrícola	29
3.1.2	Financiamento Imobiliário.....	30
3.1.3	Comércio	31
3.1.4	Endividamento.....	32
3.1.5	Investimentos	32
3.2	Comércio Exterior e Movimentação Portuária.....	37
3.2.1	Movimentação Portuária.....	37
3.2.2	Comércio Exterior	38
3.3	Mercado de Trabalho	42
3.3.1	Municipal.....	44
3.4	Finanças Públicas	48
3.4.1	Receitas Estaduais	48
3.4.2	Despesas Estaduais	50

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2018, de acordo com projeções do FMI, a economia mundial deverá crescer 3,7%, resultado do crescimento sincronizado dos grandes blocos econômicos, mas um movimento que pode estar perto da reversão, dados os sinais de movimentos especulativos, a exemplo do ciclo recente de explosão nas cotações do *Bitcoin*. As mais recentes projeções de crescimento real dos EUA apontavam 2,3% em 2018, baseado em um mercado de trabalho aquecido, com forte crescimento nominal da massa salarial, dando origem a um ciclo aceleração da inflação doméstica naquele país. Nesse cenário, é provável que em 2018 as taxas básicas de juros se elevem mais rapidamente do que vimos em 2017, podendo impactar as condições de financiamento externo das economias emergentes. A economia chinesa deverá registrar 6,5% em 2018, apoiado no alto nível de investimento agregado (42% do PIB) e na política expansionista que visa a ampliação da oferta. Já na Zona do Euro, prevê-se crescimento de 1,9% do PIB em 2018, sustentado pela expansão da atividade doméstica e das exportações. Na UE, assim como nos EUA, a sinalização é de elevação das taxas básicas de juros em 2018.

Os riscos a serem monitorados mais de perto estão associados ao sobreaquecimento nos EUA, com elevação das taxas de juros internacionais, volatilidade nas cotações do petróleo e por escaladas em conflitos geopolíticos localizados (como Coreia do Norte, Iêmen, Venezuela e Catalunha).

No que tange ao cenário nacional, as projeções do sistema Focus/BACEN apontam que em 2018 o PIB brasileiro deverá registrar crescimento próximo a 1% em 2017 e 2,7% em 2018, com indicadores de atividade e confiança apontando continuidade de retomada lenta. Porém, as enormes incertezas relacionadas à evolução do cenário político-institucional comprometem a necessária recuperação da taxa de investimento agregado compatível com crescimento sustentado. O cenário macroeconômico e político reflete o escasso capital político do Governo Temer para aprovar no Congresso emendas constitucionais adicionais de ajuste fiscal antes de 2019, destaque para a Previdência. Destaque também para a provável condenação de Lula em 2ª instância, em 24 de Janeiro, com início de uma batalha legal para manter a candidatura.

Dado o cenário benigno da inflação (IPCA 2017 fecha próximo a 2,8% a.a.), a taxa Selic encerra o ano em 7% a.a. (novo corte é possível). A curva de juros futuros em elevação denota ceticismo no ajuste fiscal no curto prazo, já que projeta elevação de juros a partir de meados de 2018 acima da alta da inflação, podendo converter a atual retomada em novo “voo de galinha”.

Levando em consideração os cenários e balanços de riscos internacional e nacional, na economia maranhense, a retomada do emprego formal e a taxa de desocupação em queda acontecem de forma lenta, ainda que fortemente amparadas pelas políticas contra cíclicas do Governo do Estado. Em 2017, a geração líquida de empregos formais no Estado do Maranhão, a partir de julho, transformou o fechamento de cerca de 18 mil postos formais em 2016 (e 15 mil no ano anterior), para a provável criação de no máximo 2,0 mil empregos no acumulado do ano. Do ponto de vista setorial, o subsetor de construção civil (destaque para a construção de edifícios), que fechou 17,4 mil vagas de emprego formal em 2015-16 é aquele que, juntamente com o Comércio (-3,4 mil vagas), vem explicando a reação mais lenta do emprego formal no Estado do que na média do país. A retomada se dá de forma lenta, não obstante o conjunto de despesas contra cíclicas do governo do Estado em obras infraestrutura e na ampliação da prestação de serviços de utilidade pública, tais como saúde, educação e políticas de inclusão sócio-produtiva.

Os investimentos públicos e privados em andamento e previstos no Maranhão para o período 2017 a 2020 perfazem um total de R\$ 16,1 bilhões, sendo que pouco mais de R\$ 4,0 bilhões em investimentos públicos. O montante de projetos privados em andamento atinge no momento R\$ 2,2 bilhões, enquanto que os investimentos públicos em andamento montam R\$ 1,8 bilhão, concentrados na construção e melhorias de rodovias (R\$ 1.003,2 milhões ou 55,8%), saneamento básico (R\$ 520,2 milhões ou 29,0%), construção de escolas (6,7%), construção de hospitais (2,8%), infraestrutura portuária (2,2%), e outros (3,5%). Há ainda um montante de R\$ 524 milhões em investimentos a serem realizados pelo Governo federal no Estado, fortemente concentrados na pavimentação e recuperação de rodovias federais.

O ainda elevado grau de endividamento das famílias, a contração do crédito imobiliário, e o provável cenário de incertezas fiscais, em um quadro de continuidade da crise político-institucional, deverão retirar fôlego do processo de retomada da atividade econômica no Maranhão. O Cenário-base construído pelo Grupo de Conjuntura Econômica Maranhense, com base nos dados disponíveis até o momento aponta para uma taxa de crescimento do PIB maranhense de 2,4% em 2018, em linha com o nível nacional.

No que tange ao cenário fiscal estadual, a Receita Total registrou crescimento real de 1,3% (descontada a inflação), no período janeiro a outubro de 2017, em comparação ao mesmo período de 2016. É importante observar que a arrecadação própria do Estado registrou um crescimento real no período de 3,8%, evidenciando grande eficiência da política tributária, enquanto que as transferências correntes (FPE e FUNDEB constituindo

cerca de $\frac{3}{4}$ do total), registraram crescimento real de 3,3% no período. Assim, o que explica o baixo crescimento das receitas totais do Estado relaciona-se à redução nas Transferências de Capital (-31,8%) no período, causado principalmente pela redução nas operações de crédito (-25,8%).

Em contraponto, a Despesa Total do Governo do Estado acumulou uma variação de 9,7% no período janeiro a outubro de 2017, contra o mesmo interregno em 2016. É importante observar que houve melhora da composição dos gastos do governo do Maranhão, entre 2015 e 2017, visto pela queda das despesas com Serviço da Dívida e pelo avanço dos dispêndios em Investimentos (variando de R\$ 986,4 milhões no acumulado até outubro de 2016, para R\$ 1,6 bilhões até out/17). Já as Despesas com Pessoal e encargos sociais, com grande destaque para gastos previdenciários, cresceram no período 7,5% em termos reais, o que, em contraposição à dinâmica das receitas, dimensiona o tamanho do desafio à gestão fiscal estadual em 2018.

A crise fiscal-financeira e político-institucional do Governo Federal e sua difícil resolução nos próximos anos determina que os gastos federais, que tiveram enorme papel dinamizador sobre a economia maranhense no período 2002 a 2012 (elevação real do salário mínimo, Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, Crédito Estudantil, entre outros), deverão devem desempenhar um papel apenas secundário no financiamento ao desenvolvimento do Estado. Um dos aspectos críticos dos próximos anos será construir capacidade gerencial para explorar novas fontes de financiamento para a infraestrutura e para as políticas de inclusão sócio-produtiva, tanto no nível estadual, quando municipal.

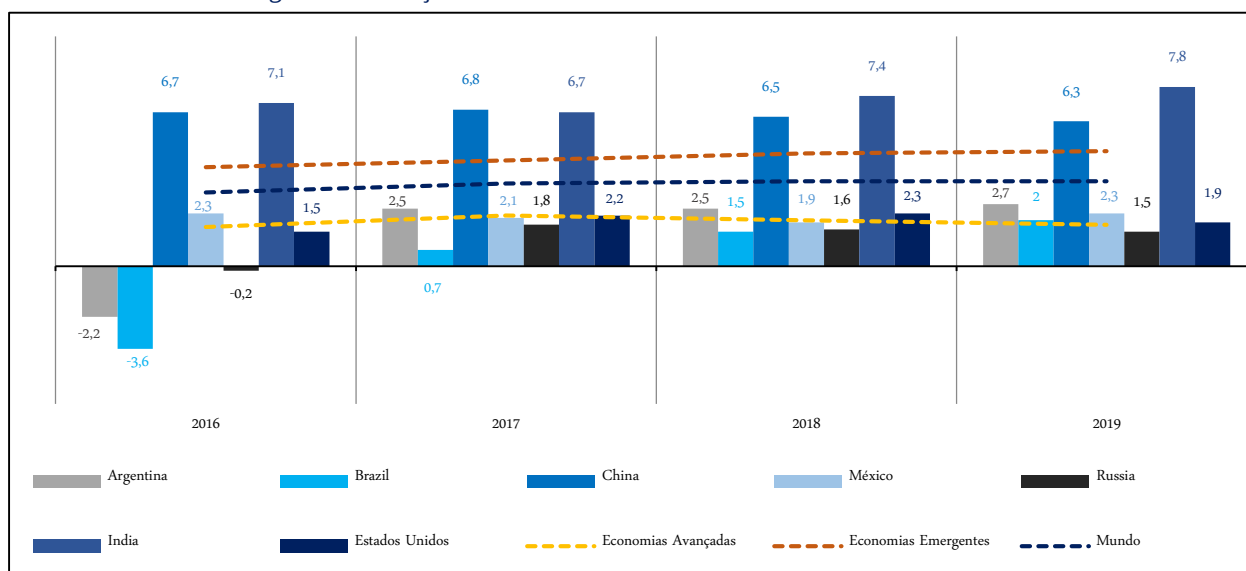
Felipe de Holanda

1. CENÁRIO INTERNACIONAL

Economia internacional é estável e favorável ao crescimento econômico, a reformas econômicas e novas políticas de desenvolvimento, mas balanço de riscos aponta para início de ciclo de contração da liquidez (aceleração da subida dos juros básicos nos EUA e União Europeia) e por escaladas em conflitos geopolíticos localizados (como Coreia do Norte, Iêmen, Venezuela e Catalunha)

No *World Economic Outlook*, de outubro deste ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reavaliou as projeções para o crescimento da economia mundial para 3,6% no ano corrente e 3,7% em 2018. A melhor avaliação deriva de estimativas positivas de crescimento para a maioria das principais economias do globo, com destaque para Estados Unidos e China, refletindo o aquecimento do nível de investimento e recuperação do volume de comércio e produção industrial. Além disso, o cenário é de baixo risco, propenso a realização de reformas estruturantes em infraestrutura e fiscais na maioria dos países avançados e emergentes pois as incertezas de curto prazo giram em torno de circunstâncias geopolíticas e conflitos em situação de escalada, a exemplo da Coreia do Norte, Iêmen, Venezuela, Catalunha, entre outros.

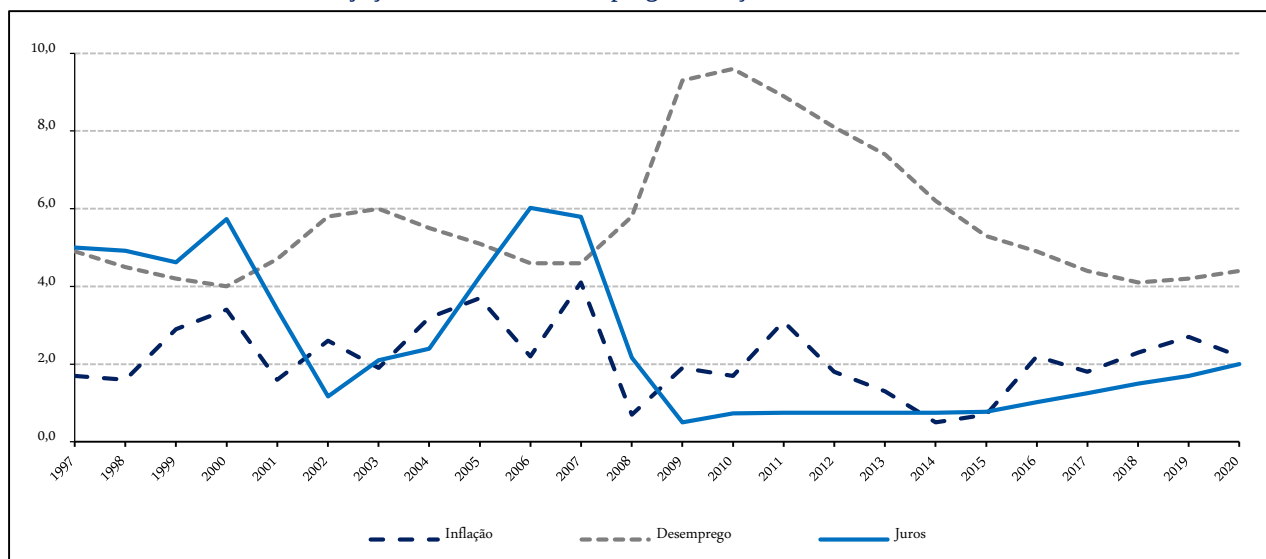
Gráfico 1 - Projeção da Taxa de Crescimento Anual do PIB (%) de Economias Mundiais e Média dos Grupos de Países Emergentes e Avançados de 2016 até 2019



Fonte: IMF, World Economic Outlook

Estados Unidos

Nos Estados Unidos, o crescimento real da economia foi estimado pelo FMI no patamar de 2,2% em 2017 e 2,3% em 2018. Tal dinamismo econômico se desenvolve apoiado em um mercado de trabalho bastante aquecido nos EUA com taxa de desemprego em níveis que não se via há quase 20 anos: 4,4% da População Economicamente Ativa (PEA) do país, levando a um crescimento do nível salarial próximo de 3,2%, contra uma taxa de inflação próxima a 1,25%, mas mostrando tendência de alta. Por sua vez, a elevação do salário médio real impactou positivamente a demanda por bens de consumo, transmitindo dinamismo à atividade industrial (+2,9%, no período de 12 meses encerrado em outubro). Neste cenário de atividades e de preços, é provável que em 2018 as taxas básicas de juros se elevem de forma mais rápida do que vimos em 2017.

Gráfico 2 - Estados Unidos: Projeção da Taxa de Desemprego, Inflação e Taxa de Juros de 1997-2020¹

Fonte: IMF, World Economic Outlook; US Bureau of Labour; Federal Reserve

China

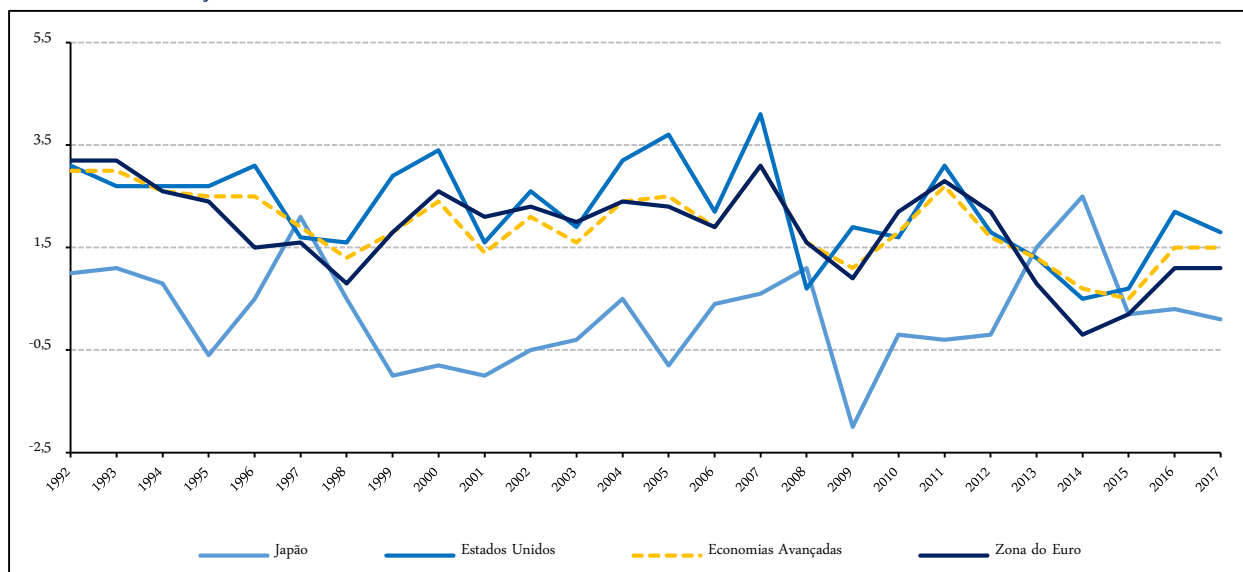
O crescimento da economia chinesa deve continuar robusto nos anos vindouros, mas com desacelerações lentas e constantes, que advêm do processo natural de reequilíbrio e convergência do processo de crescimento. Importante observar que os impactos sobre a economia mundial de um crescimento da economia chinesa de 1% hoje equivalem a cerca de quatro vezes o que era em 2000. O FMI estimou que em 2017, o PIB do país deverá crescer 6,8%, arrefecendo para 6,5% em 2018. O desempenho do ano corrente reflete um aumento acima do esperado durante o primeiro semestre e a continuidade desse processo no segundo, será guiado, sobretudo, pela política expansionista que visa a ampliação da oferta e continuidade do alto nível de investimento em relação ao PIB (42%). É importante ter-se em conta que dado o forte ritmo de crescimento acumulado, 1% de crescimento da economia chinesa hoje tem impacto semelhante a 4% de crescimento no ano de 2000.

Europa

Na Zona do Euro, o crescimento vem ocorrendo em linha com a média das OCDE, estimado pelo FMI em 2,1% em 2017 e 1,9% em 2018. A inflação em elevação, que deverá encerrar em 1,1% neste ano, e se elevar para 1,6% ou acima de 2018, na esteira do aquecimento da atividade doméstica e crescimento das exportações, poderá levar a política monetária do Banco Central Europeu a se tornar neutra ou ligeiramente contracionista em 2018.

As principais economias da Zona do Euro, Alemanha (+2%), França (+1,6%), Itália (+1,5%) e Espanha (+3,1%), ilustram os bons resultados das políticas da Zona do Euro. Outros países como Portugal (+2,5%) e Grécia (+1,8%), também apresentam sinais robustos de recuperação econômica e estabilização.

Gráfico 3 - Variação Anual do Índice de Preços do Consumidor do Japão e Estados Unidos e Média das Economias Avançadas e Zona do Euro de 1992 até 2017*



Fonte: IMF, World Economic Outlook

Balanço de Riscos no Cenário Internacional

- As revisões de política monetária nos Estados Unidos que inclui a elevação da taxa de juros possuem alta capacidade de refletir os fluxos de investimento que se destinam às Economias Emergentes, que possuem maior risco, tanto por parte dos EUA como de outros países. Esse movimento tende a influenciar a política monetária dos Emergentes, que para compensar o risco elevado e continuar captando recursos externos, tendem a elevar as taxas de juros nacionais;
- No que se refere ao desempenho da economia chinesa em 2018, o balanço de riscos, na opinião de parte relevante dos especialistas em economia chinesa, aponta para a possibilidade de uma crise bancária de grandes proporções no Gigante do Meio, dado o elevadíssimo grau de alavancagem dos bancos chineses (embora seja verdade que tal avaliação já se estende por cerca de 10 anos, sem que o Governo Chinês abandone a gestão centralizada da taxa de câmbio e do custo de capital no mercado doméstico);
- O preço do petróleo com tendência de elevação devido a restrições de oferta no mercado pode elevar inflação mundial e também pode impactar nos ajustes de política monetária, acelerando a tendência de alta das taxas de juros;
- As tensões geopolíticas começaram a ganhar força, o que eleva os riscos dos países e pode provocar grandes oscilações no comércio internacional, fluxo de capitais e preços das *commodities*. Destaca-se no tema: a perda de participação dos EUA na política mundial, com ganho da presença Chinesa; o sentimento protecionista Europeu, que deu origem ao *Brexit*¹, ainda pode reacender na Europa, a exemplo dos acontecimentos na Espanha; o crescimento das tensões no norte da Ásia e na Península Coreana, que envolvem testes de mísseis de longo alcance e atividade nuclear bélica, pressionando os Estados Unidos e seus aliados, enquanto a China apresenta-se neutra; o crescimento do populismo e dos conflitos internos na América Latina; desavenças políticas entre Estados Unidos e Rússia; o crescimento do extremismo, violência e terrorismo no Afeganistão, Paquistão e demais países árabes; e do espírito sectário conflituoso na Índia e Bangladesh.

2. CENÁRIO NACIONAL

2.1. Nível de Atividades

¹ Saída do Reino Unido da União Europeia

2.1.1. Produto Interno Bruto

PIB registra crescimento pelo terceiro trimestre consecutivo, reforçando o já em andamento processo de retomada da atividade econômica. No entanto, as indefinições que rondam o cenário político-institucional comprometem a necessária recuperação da taxa de investimento, que seja compatível com a retomada do crescimento de maneira sustentada

Segundo os dados das Contas Trimestrais do IBGE, o PIB brasileiro ficou estável no terceiro trimestre de 2017, registrando variação de +0,1% contra o trimestre anterior (dados com ajustes sazonais) (Tabela 1). Embora o resultado tenha vindo abaixo das expectativas de mercado, os indicadores de atividade, a exemplo do Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br), que antecipou a tendência de alta neste trimestre, juntamente com os indicadores de produção industrial, de serviços e também de volumes de vendas já vêm registrando uma trajetória de recuperação desde o início do terceiro trimestre. Os investimentos voltaram a reagir, o que não acontecia desde o primeiro trimestre de 2013. Entretanto, a taxa de investimento na casa dos 15,5% (a menor taxa da série histórica iniciada em 1996) ainda se mostra insuficiente para garantir uma taxa de crescimento consistente para os próximos anos, situação agravada pelo ambiente político conturbado e indefinição nas eleições presidenciais de 2018.

O indicador de crescimento, na comparação dos últimos quatro trimestres contra os quatro trimestres anteriores, ficou estável com variação de 0,2%, quando no mesmo período de 2016 situou-se em -4,2%. Este é mais um dos indicativos que confirmam que o ponto crítico da recessão já ficou para trás e corrobora, ainda que gradualmente, com as expectativas positivas dos empresários dos diversos setores econômicos e, sobretudo, com a confiança dos consumidores. Dentre os impulsos, aparecem a Indústria, pelo lado da Oferta; e as Exportações, Consumo das Famílias e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) pelo lado da Demanda.

- Analisando-se a composição do PIB trimestral sob a ótica da oferta, a Indústria surge como protagonista, com crescimento de 0,8%, mas com sinais ainda muito difusos, com um nível de produção bem inferior ao pico da série, registrado em 2013. A liberação do FGTS, assim como o impulso das exportações, guiado pelo câmbio favorável, podem ter sido os responsáveis pelo resultado observado, que especificamente neste trimestre pôde contar com um maior dinamismo do consumo interno. Os dados dos quatro trimestres encerrados no terceiro trimestre de 2017 exibem uma queda de 1,4%, entretanto, num ritmo bem inferior a retração de 5,3% registrada no mesmo período do ano passado e a contração de 4,0% em 2016;
- Ainda assim, é possível afirmar que a Indústria de Transformação que ora se recupera não é mesma que ganhara impulso no começo da década. A convivência com anos de câmbio apreciado e a falta de políticas setoriais implicaram na perda de participação em relação ao PIB e nas exportações totais, principalmente, em decorrência do esfacelamento da indústria tradicional (Produção de Têxtil, Borracha e Calçados), com elevado contingente de mão de obra empregada;
- O setor de Serviços, que perfaz 72,8% do Valor Adicionado da economia, registrou alta de 0,6% pelo terceiro trimestre consecutivo. Foi um dos primeiros a patinar nos momentos mais críticos da recessão haja vista que com a explosão da taxa de desemprego e consequente redução da massa salarial, as famílias brasileiras se viram obrigadas a reduzir e postergar o consumo. Neste cenário de relativa estabilidade, o crescimento do setor adveio, sobretudo, do volume de vendas do Comércio Varejista e das atividades *Transporte, Armazenagem e Correio*. O Valor Adicionado do Comércio deverá crescer pela primeira vez desde 2014, quando os primeiros sinais da recessão começavam a aparecer.
- No caso da Agropecuária, os dois trimestres negativos sinalizam muito mais um efeito sazonal da safra agrícola do que uma tendência baixista no ano, visto que no acumulado de quatro trimestres contra igual período, o setor obteve expansão de 11,5%. Esse resultado deverá compensar o ano atípico vivido em 2016, com queda de 4,3% em decorrência do longo período de estiagem que afetou as principais lavouras do País. Caminha-se para uma safra recorde em nível nacional e ganho de participação da produção em termos mundiais.

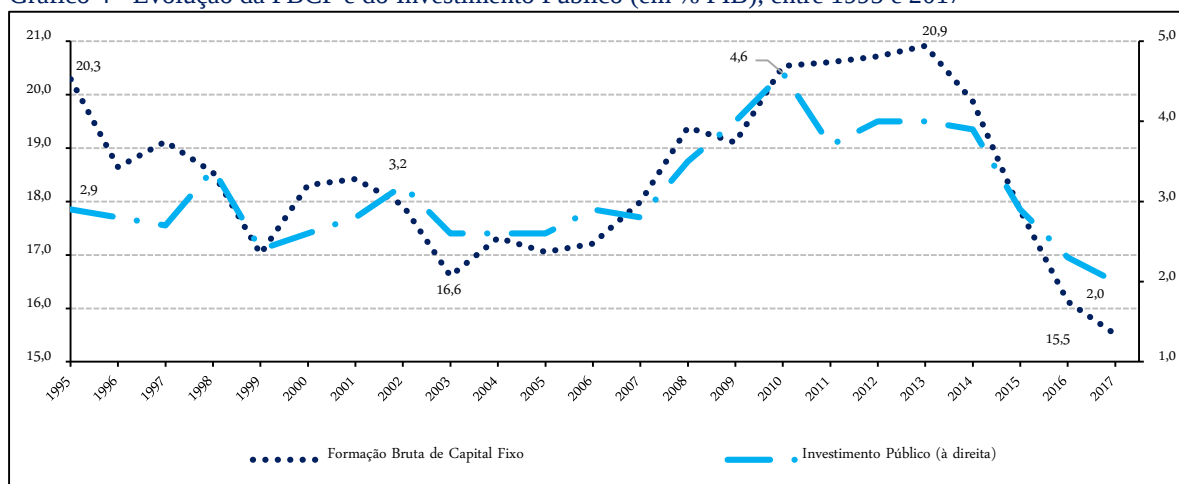
Tabela 1 - Brasil: Taxas de Crescimento do PIB Trimestral (em %), entre o 1º Tri/16 e o 3º Tri/17

PIB Trimestral	Crescimento Tri sobre Tri anterior							4 Tri contra os 4 Tri anteriores		
	2016				2017					
	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri	3 Tri	2015	2016	2017
Agropecuária	-5,5	0,3	1,2	2,7	12,9	-2,3	-3,0	3,3	-4,3	11,5
Indústria	-0,6	0,4	-1,5	-1,2	1,2	-0,4	0,8	-5,8	-4,0	-1,4
Serviços	-0,4	-0,6	-0,6	-0,7	0,3	0,8	0,6	-2,7	-2,6	-0,8
PIB	-0,7	-0,6	-0,5	-0,7	1,3	0,7	0,1	-3,5	-3,5	-0,2
Consumo das famílias	-1,3	-1,1	-0,3	-0,4	0,2	1,2	1,2	-3,2	-4,3	-0,5
Consumo do governo	0,8	0,1	-0,4	-0,1	-0,1	-0,1	-0,2	-1,4	-0,1	-0,4
FBCF	-1,2	-0,1	-2,9	-1,7	-0,6	0,0	1,6	-14	-10	-4,2
Exportação	0,7	-0,5	-3,6	-0,4	5,7	1,2	4,1	6,8	1,9	1,1
Importação	-4,6	8,4	-5,1	3,8	1,9	-3,4	6,6	-14	-10	2,7

Fonte: IBGE

- Sob ótica da Demanda, as exportações surgem como principais protagonistas pelo terceiro trimestre consecutivo. Contra o trimestre anterior, a categoria avançou 4,1% e acumula crescimento de 1,1% em quatro trimestres. Esse componente autônomo da demanda recebeu contribuições das exportações de produtos agrícolas, minerais e da Indústria de Transformação, por meio, das vendas de autoveículos no mercado externo. Ao mesmo tempo, as importações seguem crescendo, puxadas, sobretudo, pelas compras de combustíveis e lubrificantes e com valor ampliado pelo efeito-preço destes no mercado internacional, diante da elevação do preço do petróleo. A despeito desse quadro, as contas externas mantêm-se em equilíbrio, contando com um volume de investimento externo da ordem de US\$ 60 bilhões, além do necessário para financiar o déficit em transações correntes, o que contribui para o ciclo expansivo que começa a ser testado.
- O consumo das famílias segue crescendo pelo terceiro trimestre seguido (+1,2%), suavizando a queda em comparação com os quatro últimos trimestres anteriores (-0,5% no 3º Tri/17 contra -5,1% no 3º Tri/16). A redução da taxa de desocupação, traduzida pelo aumento do emprego formal, assim como a categoria Conta Própria, começa a exibir os primeiros resultados sobre o nível de consumo. Contribuíram também para esse avanço, a melhora nas condições de crédito por meio da redução da taxa de juros e queda da inflação da economia, que deverá ficar abaixo da meta pela primeira vez desde a vigência do Regime de Metas de Inflação (RMI) em 1999.
- A surpresa do trimestre foi exatamente o desempenho da FBCF, com expansão de 1,6% pela primeira vez desde 2013. No mesmo trimestre do ano passado, a categoria havia registrado queda de 13,5%. Não por acaso, o resultado dos últimos quatro trimestres continua negativo (-4,2%). Ao se fazer uma retrospectiva, pode-se afirmar que era categoria de despesas, em concordância com os ensinamentos keynesianos foi a mais afetada pelo aprofundamento da crise político-institucional. A queda acentuada dos investimentos das estatais, assim como das empreiteiras envolvidas nas investigações da Operação “Lava a Jato”, assim como o contingenciamento das despesas discricionárias do governo diante do aprofundamento da crise fiscal, alimentada pelos impactos da recessão sobre as receitas governamentais.
- A taxa de investimento público alcançou o menor patamar em 2017 (2% do PIB) desde 1995, distanciando-se do pico ocorrido em 2010, quando atingiu 4,6% (Gráfico 4), trazendo fortes impactos sobretudo sobre os segmentos de infraestrutura de energia e transportes, reduzindo, desta forma a produtividade de diversos setores econômicos dependentes destes segmentos. A continuidade da recessão no subsetor de construção civil reflete não apenas a paralização das grandes empresas de construção pesada no país (ainda enredadas nas investigações da Lava a Jato, em busca dos chamados acordos de leniência), mas também os gargalos que vão se evidenciando em segmentos da infraestrutura cujo montante corrente de investimentos não é suficiente nem para cobrir a depreciação.

Gráfico 4 - Evolução da FBCF e do Investimento Público (em % PIB), entre 1995 e 2017



Fonte: IBGE; BCB; IFI

- O Programa Avançar, contemplando obras públicas, no valor de R\$ 42 bilhões, a ser aplicados em infraestrutura, defesa e políticas sociais, ao lado do Programa Crescer, com projetos de R\$ 37,5 bilhões em parceria com o setor privado, concessões e privatizações passam a se configurar em possibilidades, embora modestas, de insuflar algum dinamismo à taxa de investimento agregado da economia brasileira embora se saiba que ambos nem cheguem de perto ao orçamento de mais de R\$ 1 trilhão do finado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tornando ainda mais difícil a tarefa de recuperação da taxa de investimento na economia em patamar condizente com o crescimento sustentado.

Para 2017, as perspectivas reunidas no relatório Focus, do dia 22 de dezembro de 2017, apostam num crescimento de aproximadamente 1,0% em 2017 e de 2,7% em 2018. Neste último caso, o cenário macroeconômico e político para 2018 e além está permeado de indefinições, a exemplo da quase certa incapacidade de o Governo Temer aprovar no Congresso emendas constitucionais de ajuste fiscal com impactos relevantes, ainda que somente no médio e longo prazos, com destaque para a Reforma da Previdência. Também com grande impacto sobre expectativas deverá ser a provável condenação de Lula, em segunda instância, no dia 24 de janeiro próximo, levando-o ao início de uma batalha legal para manter a candidatura. É importante avaliarmos o significado da exclusão de Lula do pleito de 2018, uma vez que, de acordo com as pesquisas de intenção de voto nas eleições Gerais de 2018, o ex-presidente é dono de cerca de um terço das intenções de voto para Presidente em 2018.

2.1.2. Produção Industrial

Mesmo havendo crescimento em 15 das 24 atividades da Indústria da Transformação, a contribuição isolada da Indústria Extrativa é o principal responsável pelo aumento de 0,2% em outubro

A produção industrial nacional encerrou o mês de outubro com crescimento de 0,2%, puxada pela alta em duas categorias de uso: *Bens de Capital* com 1,1% e *Bens de Consumo*, 1,0%, enquanto a produção de *Bens Intermediários* (bens utilizados na produção de outros bens intermediários ou finais), cujo peso corresponde a 60% na indústria geral, se configurou como a maior baixa, recuando 0,8% devido à baixa do setor de alimentos em outubro. Os grandes destaques da produção industrial são os grupamentos de atividades *Bens de Capital* e *Bens de Consumo Duráveis*, este último ancorado no desempenho do setor de veículos, cresceram 15,0% e 17,5% respectivamente, contra embora em outubro não tenham apresentado resultados tão expressivos. Vale a pena ressaltar que o notório crescimento intermensal nestas duas categorias estão em comparação a uma base baixa (2016), tendo em vista que tanto *Bens de Capital* quanto *Bens de Consumo Duráveis* apresentam uma diferença considerável quanto aos seus melhores períodos de produção (set/2013, jun/2013), sendo 36,4% e 29,8%, nessa ordem.

Tabela 2 - Brasil: Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso, resultados mensais do trimestre encerrado em Outubro de 2017, comparações interanuais, mensal e trimestral, acumulado no ano até de 2017 e acumulado em 12 meses

Categoria de uso	% contra mês anterior (c/ ajuste sazonal)			MoM	Tri*	Acum. Ano	12 Meses
	ago/17	set/17	out/17				
Geral	-0,8	0,3	0,2	5,2	0,0	1,9	1,5
Bens de Capital	0,9	0,0	1,1	15,0	2,8	5,6	6,0
Bens Intermediários	-1,0	0,7	-0,8	3,0	-0,2	0,9	0,7
Bens de Consumo	0,3	-0,6	1,0	7,2	0,9	2,9	2,1
Bens de Consumo Duráveis	4,1	2,1	-2,0	17,5	5,2	12,4	11,4
Semiduráveis e Não Duráveis	-0,4	-2,3	2,0	4,8	-0,1	0,7	-0,1

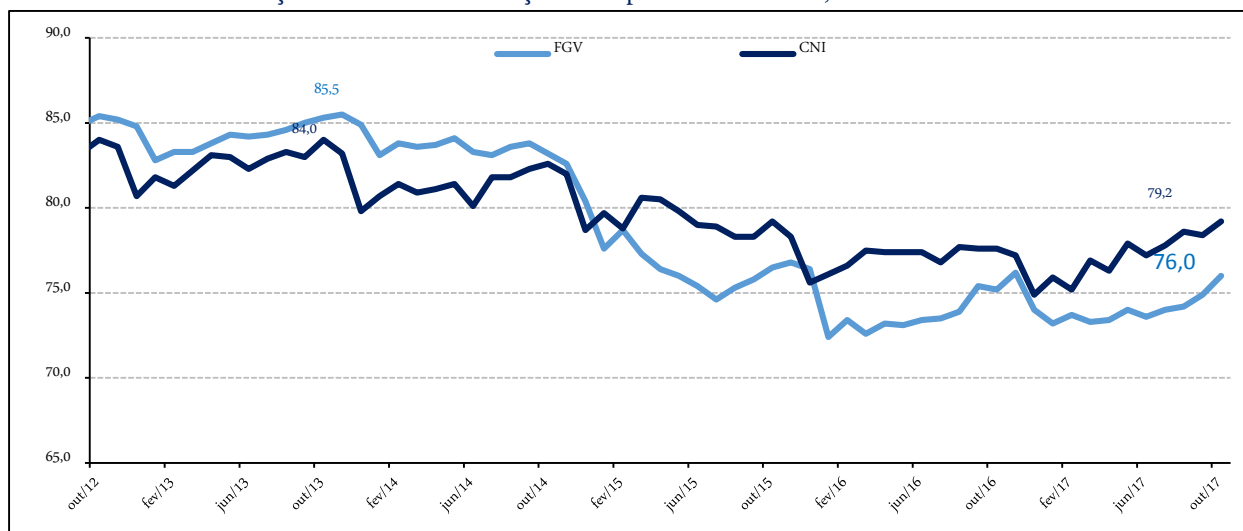
Fonte: IBGE *contra o trimestre anterior encerrado em outubro

- O crescimento de 0,2% em outubro foi puxado pela alta em 15 das 24 atividades industriais, das quais os principais destaques foram: *Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos* (20,3%), *Bebidas* (4,8%), *Metalurgia* (1,6%) e *Máquinas e Equipamentos* (1,3%). No mês anterior, apenas 7 atividades industriais haviam apresentado crescimento, sendo quatro delas (*Indústria Extrativa*, *Coque e Produtos do Petróleo*, *Alimentícia* e *Veículos Automotores Reboques e Carrocerias*), correspondentes a 60% de peso na produção da indústria total, responsáveis pela expansão do período. Entretanto, em outubro, dentre essas atividades, somente a *Indústria Extrativa* cresceu, o que evidencia a lenta retomada da indústria doméstica, mesmo havendo aumento na maioria das atividades.
- Uma das principais contribuições negativas para este mês foi o resultado da atividade de *Produtos Alimentícios*, que apresentou queda de 5,7% contra o mês anterior, demonstrando notável oscilação mês a mês, pois em setembro, a mesma atividade cresceu 3,7%, sendo uma das principais contribuições para a alta do mês anterior. Tal oscilação se deve à queda do item Açúcar, cujo processamento de cana foi prejudicado pelas fortes chuvas, além da maior destinação da produção para o álcool.
- Apesar de a atividade *Fabricação de Veículos* ter registrado crescimento de 1,0% na base mensal, na comparação interanual houve crescimento de 27,3% e no acumulado do ano de 16,1%, sendo o destaque do ano dentre as 24 atividades industriais. Além do mais, nos últimos três meses, houve redução da relação veículos exportados/veículos produzidos de 30,0% (valor apresentado durante o ano até julho) para 24,0%. É importante destacar que essa redução não foi ocasionada pela queda da exportação de veículos, que está no mesmo patamar da média do ano (62.000 unidades), mas sim pelo aumento da produção de veículos, sinalizando uma maior absorção por parte do mercado interno condizente com o atual ritmo de retomada da economia.

Utilização da capacidade instalada da Indústria atinge valores de 2015 em outubro, estando ainda muito abaixo do patamar atingido no último trimestre de 2013

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), calculado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), encerrou outubro na casa de 79,2%, maior nível de utilização desde outubro de 2015, o que representa um aumento de 1,0% contra o mês anterior, puxada por aumento na capacidade instalada no setor de *Coque e Produtos Derivados do Petróleo* (1,6%), *Bebidas* (1,4%) e *Produtos Têxteis* (1,5%). Embora permaneça abaixo dos dados de NUCI da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (em outubro apresenta 76,0%), assim como os dados da CNI, nota-se uma relação direta com a expansão vista da NUCI no período atual de recuperação da economia. Contudo, é importante observar que, a despeito do claro movimento de retomada da NUCI brasileira, o nível atual (76% e 79,2%, segundo os indicadores calculados, respectivamente, pela FGV e pela CNI), a mesma encontra-se ainda muito abaixo do último pico de atividades recente, observado no último trimestre de 2013 (85,5% e 84%, respectivamente, segundo metodologias da FGV e pela CNI).

Gráfico 5 - Brasil: Evolução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada, entre out/12 e out/17



Fonte: CNI, FGV

No Brasil, o cenário é de recuperação da produção industrial, o que pode ser explicado pelo seu crescimento de 1,9% no ano e pelo expressivo resultado positivo no acumulado dos últimos 12 meses (1,5%), o maior desde março de 2014. Além do mais, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), que varia de 0 a 100, apresenta seu melhor resultado (56,0) desde março de 2013. Entretanto, mesmo que o desempenho da indústria no ano tenha provocado um crescimento de 1,7% na produção industrial em 2017 até outubro, isso representou uma redução em 1,5% na diferença da produção industrial atual em relação ao seu melhor período de produção (jun/2013), apresentando ainda uma diferença de 17,2%. Isso indica que o Brasil está em um patamar relativamente baixo de produção industrial, sinalizando ciclo lento e demorado de recuperação das atividades da indústria, condizente com ambiente político-institucional carregado de incertezas. Particularmente, todas as atenções devem estar voltadas para o ritmo de recuperação do Investimento agregado, que se mantém ainda em patamar deprimido, não obstante a retomada no 3º trimestre de 2017 (após quedas sucessivas durante os 16 trimestres anteriores).

2.1.3. Comércio

Em outubro, o volume de vendas do Comércio Varejista Restrito recuou 0,9% em relação ao mês anterior

Conforme os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE, o volume de vendas físicas do Comércio Varejista Restrito registrou variação negativa de 0,9% em outubro de 2017 em relação ao mês anterior (dados ajustados sazonalmente). Contra o mesmo mês do ano anterior, o volume de vendas registrou aumento de 2,5%, a sétima alta consecutiva nessa base de comparação. No acumulado do ano, o volume de vendas foi de 1,4% e, no acumulado, dos últimos 12 meses obteve taxa de 0,3%, o que demonstra a trajetória de recuperação, iniciada em outubro de 2016 (-6,8%) (Tabela 3).

Em seu conceito ampliado², o volume de vendas do varejo recuou 1,4% na base mensal de comparação. Em relação a outubro de 2016, o Varejo Ampliado registrou expansão de 7,5%, com resultados positivos no setor de *Material de Construção* (18,6%) e *Veículos, Motocicletas, Partes e Peças* (13,6%).

- Nos últimos 12 meses, apresentou crescimento de 1,4%, influenciada pela expansão do volume de vendas no setor de *Material de Construção* (+6,6%);
- No acumulado do ano, o Varejo Ampliado apresentou expansão de 3,2%, sendo que a atividade de *Material de Construção* apresentou expansão de 8,6% e *Veículos, Motocicletas, Partes e Peças* registrou crescimento de 1,7%.

² O Varejo Ampliado inclui o varejo e as atividades de *Veículos, Motocicletas, Partes e Peças* e de *Material de Construção*.

Tabela 3 - Brasil: Taxas de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista (em %) - jan/17 a out/17 e Acumulado em 12 meses (em %)

Atividades	Variação Mensal % (°)			Out/17 (°°)	Acum do ano (%)	12 meses %
	ago/17	set/17	out/17			
Comércio Varejista Restrito	-0,5	0,3	-0,9	2,5	1,4	0,3
Combustíveis e lubrificantes	-3,2	-0,7	2,4	-0,9	-3,0	-3,6
Hiper., super., prod. Alim., beb. e fumo	0,3	1,0	-0,3	1,5	0,5	0,0
Tecidos, vestuário e calçados	-3,3	0,7	-2,7	4,7	7,6	3,3
Móveis e eletrodomésticos	1,1	-1,2	-2,3	10,1	9,0	5,2
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	-1,1	3,3	-0,7	6,2	1,4	0,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	-3,3	-3,8	2,4	-2,8	-3,6	-5,3
Equip. e mat. Escrit., inform. Comum.	-9,9	2,1	3,4	5,2	-0,6	-1,4
Outros art. uso pessoal e doméstico	-0,3	2,6	-3,5	2,7	1,8	0,7
Comércio Varejista Ampliado	0,2	0,7	-1,4	7,5	3,2	1,4
Veículos, motocicletas, partes e peças	3,0	-0,4	-1,9	13,6	1,7	-0,8
Material de construção	2,1	0,5	-1,0	18,6	8,6	6,6

Fonte: IBGE *com ajuste sazonal **contra o mesmo mês do ano anterior

Em suma, os principais setores que vem contribuindo para a retomada do volume de vendas do varejo brasileiro em 2017 no acumulado do ano são: *Móveis e Eletrodomésticos* (+9,0%); *Tecidos, Vestuário e Calçados* (+7,6%) e *Material de Construção* (+8,6%). Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), esse desempenho está aliado à conjuntura econômica mais favorável, com redução da inflação, da taxa de juros, pelo aumento da confiança dos consumidores em realizar gastos e pelos saques das contas inativas do FGTS.

Já no segundo semestre, a partir de outubro, com a liberação de R\$15,9 bilhões do PIS/PASEP³, contribuirá para a recuperação da economia, de acordo com a Fecomércio-SP:

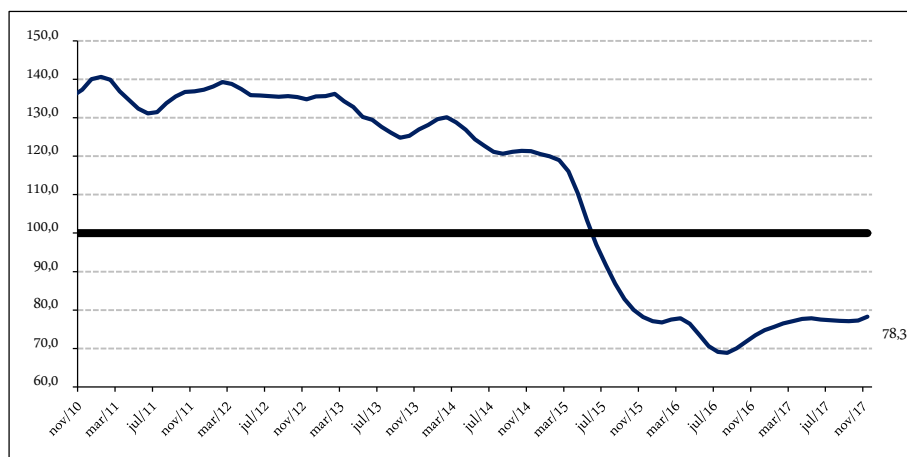
- Conforme a referida instituição, a liberação para saques beneficiará, aproximadamente, 7,8 milhões de pessoas, e com o faturamento do Comércio Varejista é de cerca de R\$ 1,6 trilhão, a injeção de R\$15,9 bilhões representará em torno de 1,0% do faturamento do setor e, aproximadamente, um terço do montante de recursos das contas inativas do FGTS;
- Afirma ainda que embora seja uma proporção pequena, poderá gerar impactos positivos, já que os beneficiados destinarão parte dos recursos para o consumo e pagamento de dívidas.

Para o final do ano, a CNC estima crescimento real de 5,2% no volume de vendas para o Natal, cuja movimentação financeira prevista será de R\$ 34,9 bilhões: *Hiper e Supermercados* (R\$ 11,8 bilhões), nas *Lojas de Vestuário* (R\$ 9,0 bilhões) e nos de *Artigos de Uso Pessoal e Doméstico* (R\$ 5,1 bilhões).

Aliado à melhora gradativa das condições econômicas tem-se a recuperação da confiança das famílias, embora mantenha-se em patamar lento de retomada, como pode ser visto no [Gráfico 6](#). O Índice de Confiança das Famílias (ICF), no mês de novembro de 2017, registrou o maior patamar em dois anos, com 80,2 pontos, uma alta de 7,9%, em relação ao mesmo período do ano passado.

³ Tiveram direito à liberação dos recursos do PIS/PASEP: os cotistas de mais de 70 anos de idade, aposentados e servidores oriundos da Reserva e Reforma Militar e homens com mais de 65 anos (perfil de 850 mil cotistas) e mulheres com mais de 62 anos (750 mil cotistas), incluídos no saque pela Medida Provisória 797/2017.

Gráfico 6 - Brasil: Índice de Confiança das Famílias (ICF) em Pontos - Média Móvel Trimestral - nov/10 a nov/17



A média móvel trimestral, encerrada em novembro de 2017, apresenta trajetória estável (78,3 pontos). Porém, o ICF se mantém abaixo da zona de indiferença (100 pts.)

Fonte: CNC

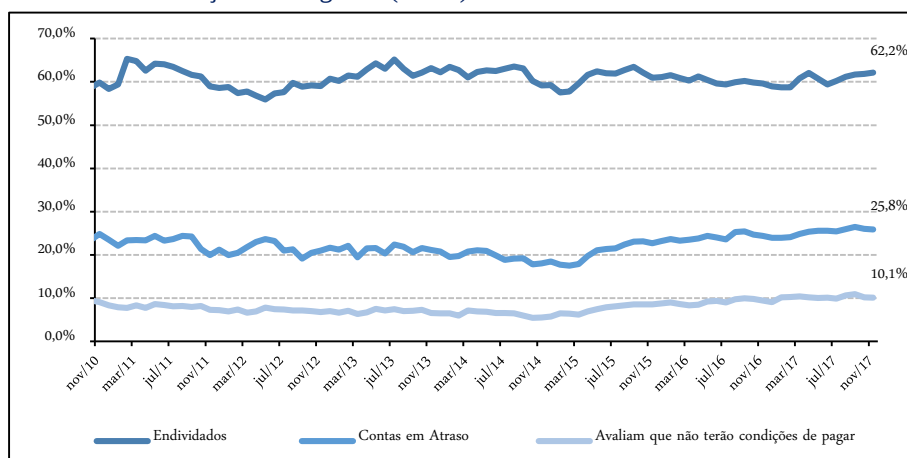
Os resultados da PMC do mês de outubro corroboram para retomada de algum fôlego do setor para o fim de ano: a expectativa para o volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado para 2017 é expansão de 3,7%, segundo a CNC. Novamente, é importante, neste caso observar que as expressivas taxas de melhora nos indicadores de confiança dos consumidores e empresários, são produzidas pelo confronto com uma base deprimida, estando ainda o nível dos indicadores muito abaixo do pico da série histórica recente, observado no 1º trimestre de 2010.

2.1.4. Endividamento

Em novembro de 2017, o percentual de famílias com contas em atraso recua pelo segundo mês consecutivo

Em novembro de 2017, o percentual de famílias com dívidas aumentou (62,2%) em relação ao mês anterior (61,8%). O percentual de famílias com contas em atraso recuou pelo segundo mês consecutivo: saindo de 26% em outubro para 25,8% em novembro de 2017. Já o percentual de famílias que avaliam que não terão condições de pagar manteve-se estável (10,1%). (Gráfico 7)

Gráfico 7 - Brasil: Percentual de Famílias Endividadas, com Contas em Atraso e sem Condições de Pagá-las (em %) - nov/10 a nov/17



No mês de novembro de 2017, o cartão de crédito é a principal dívida das famílias (76,9%), seguido dos carnês (16,7%), do financiamento de carro (10,4%) e do crédito pessoal (10,2%).

Fonte: PEIC

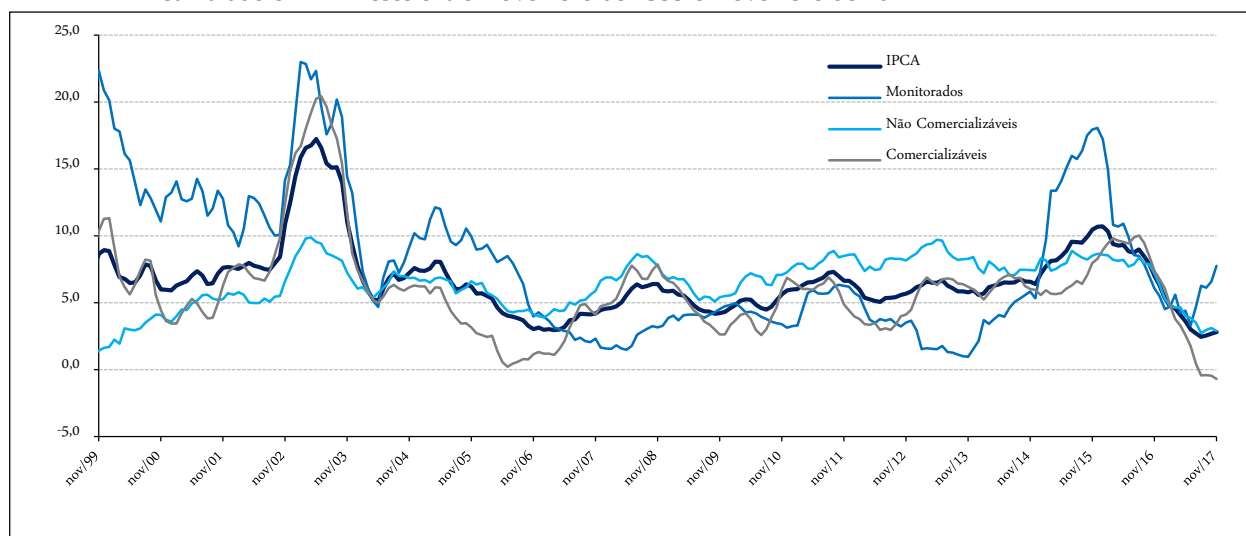
2.1.5. Inflação

Em novembro, o indicador oficial da inflação, registrou alta de 0,28% mostrando que o cenário básico de inflação vem evoluindo de forma favorável, com seus componentes em níveis baixos, porém, a frustração a respeito da continuidade das reformas necessárias à economia brasileira pode elevar a expectativa quanto a trajetória da inflação no médio e longo prazos.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou para 0,28% no mês de novembro de 2017, após ter registrado 0,42% no mês anterior. Comparado ao ano anterior, a alta havia sido de 0,18%. Dessa forma, conforme o Gráfico 8, a inflação oficial pelo indicador acumulado em 12 meses ficou em 2,8%, o que indica que a inflação ficará próxima de 3% a.a. em 2017, relativamente distante da meta central de 4,5%.

- No mês, os preços do grupo Alimentação e Bebidas recuaram pelo sétimo mês registrando deflação de 0,38% que foi mais intensa que a registrada um mês antes: -0,05%. A justificativa adiantada pelo Banco Central (BACEN) é que os preços caíram auxiliados pela safra recorde Brasileira, pela ancoragem das expectativas do mercado e pelo grau de ociosidade da economia.
- O IPCA teria desacelerado ainda mais caso a energia elétrica, gás de botijão e gasolina não tivessem exercido tanta pressão: as tarifas de energia elétrica ficaram 4,21% mais caras em novembro, com o novo custo da bandeira tarifária vermelha em patamar 2⁴. Enquanto isso, o preço do gás de botijão, subiu 1,57%, influenciado pelo reajuste praticados pela Petrobras: o gás de cozinha ficou 14,75% mais caro para as famílias neste ano.

Gráfico 8 - Brasil: Evolução do IPCA; Preços dos Monitorados, Não Comercializáveis e Comercializáveis - Percentual Acumulado em 12 Meses entre Novembro de 1999 e Novembro de 2017



Fonte: IBGE; BACEN

De acordo com as Notas da 211^a Reunião do Copom⁵, os riscos a respeito do cenário da inflação atuam em dois sentidos: de um lado, a combinação de efeitos do choque favorável nos preços de alimentos e da inflação de bens industriais em níveis correntes baixos e da possível propagação, do nível baixo de inflação corrente pode produzir trajetória de inflação abaixo do esperado. Por outro lado, a frustração da continuidade das reformas e ajustes necessários à economia brasileira pode elevar as expectativas a respeito da trajetória da inflação no horizonte de tempo relevante para a política monetária. Esse risco se intensifica no caso de mudança do corrente cenário externo favorável para economias emergentes.

⁴ Em novembro, o custo adicional por cada 100 kwh consumidos passou de R\$ 3,50 para R\$ 5,00.

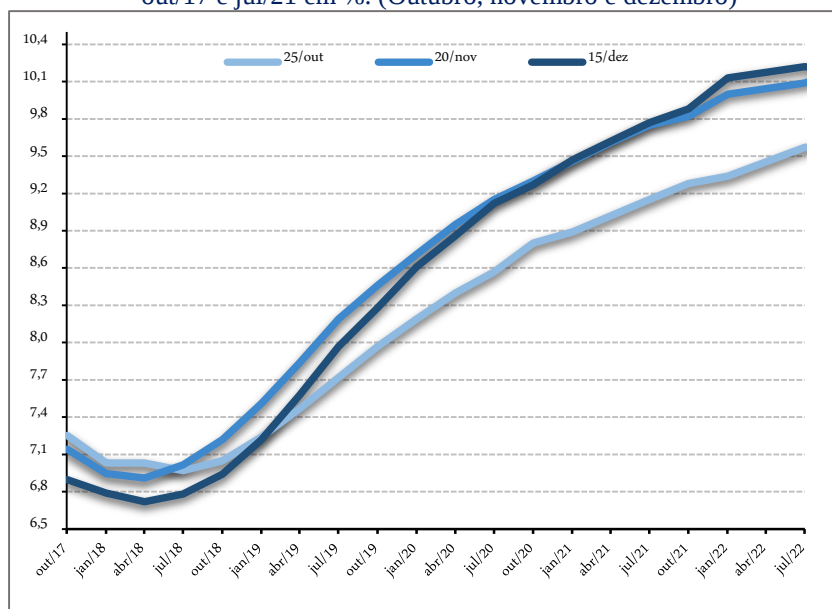
⁵ Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/copom/not20171206211.pdf>>

- Quanto ao primeiro cenário, de trajetória da inflação abaixo do esperado, se o resultado final do ano ficar abaixo da meta⁶, o presidente do BACEN, Ilan Goldfajn, deverá fazer uma carta aberta para explicar o porquê do resultado, que seria a primeira desde a criação do RMI.
- A justificativa que já vem sendo ensaiada é de que os preços dos alimentos caíram bastante este ano, resultado da super safra, uma variável fora do controle do BACEN. Porém, conforme o [Gráfico 8](#) a inflação dos administrados já registra 7,76% nos últimos 12 meses. Se os alimentos fizeram com que a inflação caísse, os administrados aturam em sentido oposto. Isso ilustra a falha de calibragem nos juros pelo BACEN, já que ele demorou e fez de forma muito contida o corte na SELIC.

Após décima queda consecutiva na taxa básica de juros, mercado já aposta em uma possível alta no final de 2018

Após a convergência da inflação para baixos patamares, inclusive, inferiores ao piso da meta, a taxa básica de juros reduziu significativamente, saindo de 14,25% a.a. até meados de outubro de 2016 para 7,0% a.a. em dezembro do ano corrente, mínima histórica, sendo que o menor valor havia sido em 2012 (7,25% a.a.). Durante esse período, a SELIC acumulou um corte de 7,25%, sendo quatro cortes de 1% entre abril e setembro de 2017.

Gráfico 9 - Curva de Juros Futuros (*DI x Pré*) Períodos Seleccionados, entre out/17 e jul/21 em %. (Outubro, novembro e dezembro)



Fonte: ADVFN/BM&F BOVESPA

Devido ao cenário benigno da inflação, que atualmente encontra-se em 2,8% a.a., o mercado acertou em cheio nas apostas de que a taxa SELIC encerraria o ano em 7,0% a.a.

Por outro lado, o BACEN, conforme o relatório Focus de mercado de 8 de dezembro, espera uma inflação de 4,02% a.a. em 2018, o que pode justificar o ponto de inflexão na curva de juros para o ano seguinte.

- Ressalta-se que o processo de flexibilização ainda continuará dependendo da evolução do nível de atividades e das projeções para a inflação em 2018, segundo consta na última ata do COPOM divulgada dia 6 de dezembro.
- Além disso, há uma preocupação quanto aos riscos atrelados à frustração das expectativas acerca das reformas, notadamente a reforma da previdência.
- Destaca-se ainda que as reformas de natureza fiscais, segundo o BACEN, são imprescindíveis para a continuidade do cenário estável da inflação, assim como da redução moderada (0,25 p.p.) da taxa básica de juros em fevereiro de 2018.
- Atualmente, considerando a SELIC e o IPCA, a taxa de juros real está em torno de 4,19% a.a. A redução da taxa de juros real é imprescindível para a retomada do crescimento econômico.

⁶ A meta do governo neste ano é de 4,5 por cento pelo IPCA, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

2.2. Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos

2.2.1. Commodities

Commodities energéticas ganham valor e elevam custos de metálicas e fertilizantes. Mas agrícolas, matérias primas e alimentos, em geral, registram queda

No mercado internacional, tanto as *commodities* energéticas (+2%) quanto as não-energéticas (+2%) registraram valorização dos preços durante o terceiro trimestre deste ano (3º Tri/17). Na primeira rubrica, a taxa de crescimento registrada adveio da apreciação dos preços do Petróleo (+1,6%). Nas não-energéticas, derivou dos preços dos Metais Não Preciosos (+10%) e Fertilizantes (+2%) que suprimiu a depreciação das Agrícolas (-1,0%); Alimentos (-1,0%) e Matérias Primas (-0,1%). Em Alimentos, a queda foi reflexo da desvalorização dos preços do Milho, do Arroz e do Açúcar, enquanto as Oleaginosas e Carnes (+1,0%) e Bebidas (+0,2%) foram contra a tendência das demais.

Tabela 4 - Cotação Internacional Média Anual, Mensal e Projeções para as Principais *Commodities* Presentes na Balança Comercial Brasileira e Maranhense. Valores em US\$ (nominal)

Descrição	Médias anuais		2016		2017		Cresc. (%)			Projeções ³	
	2015	2016	Out	Dez	Set	Out	No ano	No mês	out17/ out/16	2017	2018
Energéticas											
Petróleo Crude ¹ (\$/bbl)	52,4	44,0	49,7	54,1	55,2	57,6	6,6	4,5	15,9	55,9	57,6
Gás Natural - US (\$/mmbtu)	2,6	2,5	3,0	3,6	3,0	2,9	-20,0	-3,3	-2,8	3,2	3,2
Grãos											
Soja, Grãos (\$/mt)	390,4	405,8	403,0	420,0	397,0	399,0	-5,0	0,5	-1,0	422,0	420,0
Milho (\$/mt)	169,8	159,2	152,3	152,5	147,3	148,6	-2,5	0,9	-2,4	165,0	163,0
Proteína Animal											
Carne Bovina (\$/kg)	4,4	3,9	3,9	3,9	4,2	4,2	7,8	0,3	5,9	4,4	4,3
Matérias Primas Agrícolas											
Pasta de Celulose ² (\$/mt)	925,3	802,0	800,0	808,8	890,9	892,2	10,3	0,1	11,5	-	-
Algodão (\$/kg)	1,6	1,6	1,7	1,8	1,8	1,7	-1,1	-2,5	0,1	2,0	1,9
Fertilizantes											
Fosfato, rocha (\$/mt)	117,5	112,2	110,0	103,0	84,0	80,0	-22,3	-4,8	-27,3	96,0	93,0
DAP (\$/mt)	458,9	345,3	333,0	315,0	339,0	344,0	9,2	1,5	3,3	366,0	355,0
TSP (\$/mt)	385,0	290,5	273,0	267,0	280,0	276,0	3,4	-1,4	1,1	228,0	221,0
Uréia (\$/mt)	272,9	199,3	193,0	216,0	235,0	263,0	21,8	11,9	36,3	228,0	221,0
Metálicas e Minerais											
Alumínio (\$/mt)	1.664,7	1.603,6	1.665,9	1.727,7	2.096,5	2.131,5	23,4	1,7	27,9	2.058,0	2.024,0
Minério de Ferro (\$/dmtu)	55,8	58,4	59,1	80,0	71,5	61,7	-22,9	-13,8	4,3	73,9	58,6
Cobre (\$/mt)	5.510,5	4.866,9	4.731,3	5.660,4	6.577,2	6.807,6	20,3	3,5	43,9	6.387,0	6.292,0
Ouro (\$/troy oz)	1.160,7	1.249,0	1.266,6	1.157,4	1.314,1	1.279,5	10,6	-2,6	1,0	1.320,0	1.273,0

Fonte: World Bank; INSEE; NBSK Chicago INDEX. ¹média dos índices; ²valor de outubro é estimativa. ³projeções realizadas em outubro/2017

Sobre o **petróleo**, a valorização dos preços derivou do acordo informal entre produtores da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) e não integrantes da organização de estabilizar a produção com intuito de manter os preços no início do ano. Contudo, a demanda mundial cresceu 2,3%, reduzindo as reservas no 3º Tri/17 e elevando ainda mais os preços, deixando a média do ano, até outubro, 25,0% acima do mesmo período do ano passado.

- Em nota, a OPEP apontou, que embora os preços tenham caído, no primeiro semestre de 2017, devido a grande produção de *shale oil* nos Estados Unidos a tendência para o resto do ano e 2018 é de alta, sobretudo, com o crescimento da economia mundial que elevou a demanda pela matéria-prima e diante da estabilização da produção nos EUA.
- Além disso, os conflitos no Oriente Médio fizeram com que, em outubro, o Petróleo Crude atingisse US\$ 54,9/barris (bbl), maior valor desde 2015. As projeções da OPEP apontam que a *commodity* deve atingir US\$ 60/bbl nos próximos meses e fique na faixa de US\$ 70 a US\$ 80/bbl em 2018, acima do projetado pelo Banco Mundial de US\$ 55,9/bbl para 2017 e US\$ 57,9/bbl para 2018.

Nas *commodities* **metálicas**, a valorização foi generalizada para os não preciosos que resultam de estrangulamentos na oferta de zinco, ferro, chumbo e níquel, e do reforço na demanda por parte dos investimentos em infraestrutura e da melhora da atividade manufatureira, com destaque, para a indústria de aço chinesa.

- O **minério de ferro** continua com preço superior à média do ano passado (US\$ 58,4/dmtu⁷), e vem se precificando em US\$ 61,7/dmtu, contudo, continua perdendo valor em relação a alta de +12% do início do ano.
- Mudanças no governo chinês que visam restringir indústrias poluidoras, não licenciadas e de tecnologias defasadas vem afetando a fundição de Aço e Alumínio no país, consequentemente, impactando os preços do ferro, principal componente do aço.
- Os cortes de produção de **alumínio** na China, o fortalecimento da demanda pela *commodity* e a redução nos estoques vem provocando o aumento dos preços. O alumínio registrou em outubro US\$ 2.096,5/dmtu, crescimento de 23,4% em relação ao preço de fechamento do ano passado (US\$ 1.727,74/dmtu).

Na **agricultura**, as *commodities* perderam preço em função da demanda estar bem garantida na maioria dos mercados de alimentos. Contudo, as produções de Arroz, Milho e Soja não devem continuar crescendo e os preços deverão aumentar ano que vem.

- Para o **arroz**, alguns países como Vietnã e China estão adotando a plantação mista⁸, o que deve reduzir o fornecimento de arroz e elevar os preços.
- Quanto ao **milho**, os Estados Unidos vêm anunciando que deve elevar a produção de etanol devido, sobretudo, aos incentivos que vem sendo dado à produção deste álcool. Além disso, o clima vem prejudicando as colheitas nos Estados Unidos e na Europa. O Banco Mundial estima que a oferta global da próxima safra deve reduzir em 3,0% e beneficiar os preços.
- A **soja** caminhou no sentido contrário dos preços dos grãos e ganhou valor no 3º Tri/17 devido ao enfraquecimento da produção nos Estados Unidos, encerrando outubro cotada em US\$ 399/mt. Este valor por sua vez é 1,7% menor do que a média de 2017 de US\$ 405,8/mt. A produção da *commodity* maior no Brasil e na Argentina em relação ao ano passado, devido ao efeito de base fraca provocado pelo *El niño*, significa que a produção não deverá crescer na mesma proporção em 2018. Além disso, alguns outros produtores devem substituir sua produção por algodão, palma e colza.

No ano corrente, os preços dos **fertilizantes** registraram alta diante do crescimento da demanda proveniente das expectativas de melhor safra, retomada da produção na América Latina e encarecimento com energia elétrica. Contudo, a tendência para os anos vindouros é de desvalorização (-4,0%), devido a elevada capacidade instalada no mundo, capaz de exceder a demanda.

- Com exceção do Fosfato em Rocha (-22,3%), os demais fertilizantes DAP (+9,2), TSP (+3,4) e Ureia (+21,8) apresentaram valorização no acumulado do ano corrente até outubro.
- A **Ureia**, fonte de nitrogênio, é necessária para a maioria das lavouras temporárias no Brasil, que com a melhor produção aumentou as importações da *commodity* em 41,0% nos primeiros nove meses de 2017. Além disso, os *players* não conseguiram ampliar a oferta a tempo. Na China, maior produtor, os custos com energia derivada do carvão prejudicaram os produtores.

O **TSP, DAP e Fosfato Rocha** continuam sendo largamente produzidos na China mantendo a super oferta da mercadoria. Além disso, novas instalações na Arábia Saudita e Marrocos deverão ampliar a produção mundial.

2.2.2. Balança Comercial

Exportações brasileiras crescem, mas principais produtos motores do movimento são básicos e de baixo valor agregado, relação inversa ao registrado nas importações. Estas, por seu turno, medidas pelo valor acumulado em 12 meses, encontram-se cerca de US\$ 100 bilhões abaixo do pico histórico recente, atingido em 2014

O saldo da Balança Comercial Brasileira, no acumulado até outubro deste ano (Tabela 5), se manteve positivo, acumulando superávit de US\$ 58,5 bilhões. As exportações continuam crescendo em relação ao ano passado, registrando US\$ 183,5 bilhões, expansão de 19,9% em relação ao mesmo período de 2016. Simultaneamente, as importações também cresceram (+9,1%) e registraram, no acumulado, US\$ 125 bilhões. Desta

⁷ Dry metric tonne (dmtu): unidade internacional de medida que equivale a uma tonelada de minério de ferro, no qual o material passou pelo processo de secagem para reduzir a umidade do minério.

⁸ Como forma de conservação do solo planta-se mais de um tipo de produção e roda-se a terra entre as produções que de alguma forma favorecem mutuamente em nutrientes uma a outra e reduz o gasto com fertilizantes e adubagem.

forma, o valor movimentado pela Balança Comercial somou a cifra de US\$ 308,5 bilhões, 15,3% a mais que o ano passado.

A elevação dos preços do petróleo, soja e metais não preciosos foram os principais motores do crescimento da Corrente Comercial no acumulado até outubro do ano corrente. Nas exportações, por exemplo, a Soja em Grãos somou US\$ 23,9 bilhões (+13,1%) representando 13% da pauta brasileira; Óleos Brutos de Petróleo representaram a cifra de US\$ 14,6 bilhões (+77,2%) e 7,9% da pauta; os Minérios de Ferro, US\$ 14,2 bilhões (+58,1%) com 7,7% do valor total exportado. Já pelo lado das importações, os Derivados de Petróleo (Diesel, Naftas, Hulhas e Óleos Brutos) somaram US\$ 12,1 bilhões (+50,5%), com destaque para o Gasóleo (Diesel) que registrou US\$ 4,4 bilhões (+90,3%).

Tabela 5 - Brasil: Balança Comercial de 2010 até 2017*, Valores em FOB US\$ e acumulados de janeiro à outubro de 2016* e 2017*

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial (A-B)	A-B (Var %)
2010	201.915	-	-181.768	-	20.147	383.684	-
2011	256.040	26,8	-226.242	24,5	29.798	482.281	25,7
2012	242.580	-5,3	-223.149	-1,4	19.431	465.729	-3,4
2013	242.179	-0,2	-239.621	7,4	2.558	481.800	3,5
2014	225.101	-7,1	-229.154	-4,4	-4.054	454.255	-5,7
2015	191.134	-15,1	-171.449	-25,2	19.685	362.583	-20,2
2016	185.235	-3,1	-137.552	-19,8	47.683	322.787	-11,0
2016*	153.079	-	-114.564	-	38.515	267.643	-
2017*	183.467	19,9	-125.004	9,1	58.463	308.471	15,3

Fonte: MDIC *acumulado de janeiro até outubro

- As projeções de alta do Petróleo trazem duplo impacto na Balança Comercial, elevando o valor das exportações de Petróleo Bruto, porém, encarecendo as importações de combustíveis refinados. Tendo em vista o déficit de refino interno do país, abre-se uma janela de oportunidades para os investimentos no setor.
- No cenário das *commodities* agrícolas, a Soja e o Milho brasileiro devem ser beneficiados, sobretudo, com o destino do Milho estadunidense para a produção de Etanol que reduzirá a oferta do insumo básico. Por outro lado, desestimula a produção de Etanol de Cana-de-Açúcar no Brasil, visto que este possui maior custo de produção.
- As exportações de Carnes brasileiras também cresceram no período, apesar dos problemas no primeiro semestre referentes a Operação Carne Fraca, visto que alguns países acabaram bloqueando as compras de alguns frigoríficos do país. Com efeito do bloqueio o Brasil, localizado como um dos maiores *players* de proteína animal, os preços acabaram subindo favorecendo as exportações de frigoríficos que não foram impedidos de vender. Não obstante, o bloqueio não foi geral e também muitos países voltaram, em pouco tempo, a comprar do país. As duas principais proteínas animais (bovina e de aves) vendidas pelo Brasil, somaram US\$ 7,5 bilhões (+17,9%).
- Desta forma, as exportações brasileiras vêm sendo fortemente favorecidas pelo mercado internacional, com exceção da tendência de reajuste dos preços do Minério de Ferro para o próximo ano. Não obstante, além das *commodities*, as exportações de veículos também cresceram (em média +51,1%) o que vem impactando significativamente na dinâmica da indústria nacional.
- Já as importações também devem crescer a taxas maiores, tendo em vista a possível retomada da economia e o encarecimento dos combustíveis e lubrificantes e outros manufaturados importados necessários no país, principalmente, os de tecnologia como maquinários pesados e computadores.

Essa relação entre exportação concentrada em produtos básicos (47,0%) em relação aos manufaturados (36,0%) tende a ser danoso para a distribuição de renda e geração de empregos no país. Ao mesmo tempo, o crescimento dos preços das *commodities* favorece a entrada de recursos que podem ser direcionados ao investimento no parque industrial se dado o incentivo adequado.

2.2.3. Balanço de Pagamentos

Além da Soja, Petróleo e Minério de Ferro, a exportação de automóveis ajuda a Balança Comercial a praticamente zerar o *déficit* em transações correntes brasileiro em 2017. Tal feito, entretanto tem mais a ver com a contração de importações devido à recessão, do que a um verdadeiro salto nas exportações.

O Balanço de Pagamento brasileiro até outubro deste ano apresenta um *déficit* de US\$ 2,9 bilhões, o que representa uma melhora de 82,9% em relação ao saldo do mesmo período do ano passado. Este *déficit* representa - 0,2% em relação ao PIB, sendo 86,7% menor que em igual período de 2016 (-1,2%), chegando a um patamar de necessidade de financiamento menor que no ano passado, mostrando que embora haja recessão interna, as contas externas vêm contribuindo para o atual ciclo de recuperação da economia.

- O bom desempenho da Balança Comercial é o principal fator que mantém o saldo de Transações Correntes em um patamar confortável este ano. No acumulado do ano até outubro, o saldo da Balança Comercial corresponde a US\$ 56,1 bilhões, 54,6% maior que o registrado em igual período do ao passado. Além dos produtos que frequentemente protagonizam a pauta de exportação (Soja, Petróleo e Minério de Ferro), a Balança Comercial conta também com as exportações de milho em grãos e automóveis, que segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), cresceram 306,5% e 67,9% respectivamente no período em análise.

Tabela 6 -Brasil: Balanço de Pagamentos 2014 a 2017* (US\$ milhões)

Discriminação	2014	2015	2016	Var. % 16/15	Acumulado até outubro		Var. % 17/16
					2016*	2017*	
TRANSAÇÕES CORRENTES	-104.181	-58.882	-23.681	59,8	-16.921,9	-2.900,8	82,9
Balança comercial (Bens e Serviços)	-54.736	-19.249	14.569	175,7	11.582	29.107	151,3
Balança Comercial - Bens	-6.629	17.670	45.025	154,8	36.307	56.146	54,6
Balança Comercial - Serviços	-48.107	-36.919	-30.456	17,5	-24.724	-27.040	9,4
Renda Primária	-52.170	-42.357	-41.237	2,6	-30.943	-33.960	9,8
Rendas Secundária	2.725	2.724	2.986	9,6	2.439	1.953	-19,9
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-100.367	-54.294	-17.182	68,4	-10.815	734	106,8
Conta Capital	231	440	248	-43,6	215	349	61,9
Conta Financeira	-100.599	-54.734	-17.430	68,2	-11.030	386	103,5
Investimento Direto (IDE-IDP)	-70.855	-61.576	-71.148	15,5	-47.075	-56.812	20,7
Investimento Direto no Exterior	26.040	13.498	7.748	-42,6	7.660	3.446	-55,0
Investimento Direto no País	96.895	75.075	78.896	5,1	54.734	60.257	10,1
Investimento em Carteira	-38.708	-22.047	19.120	186,7	17.577	5.106	-70,9
Outros Investimentos	-3.436	23.871	26.635	11,6	12.014	39.967	232,7
TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)	-4,2	-3,3	-1,3	59,8	-1,4	-0,2	86,7
RESERVAS INTERNACIONAIS	363.551	356.464	365.016	2,4	367.528	380.351	3,5

Fonte: BACEN

- A Balança de Serviços apresenta um *déficit* 9,4% maior nos dez primeiros meses de 2017 contra o mesmo período do ano passado, o qual ainda continua sendo puxado pela conta *Viagens Internacionais*, que registrou crescimento da ordem de 61,1% no mesmo período, encerrando outubro com um saldo negativo de US\$ 10,9 bilhões. O resultado negativo da Balança foi contrabalançado pela redução do *déficit* da conta *Aluguel de Equipamentos*, que historicamente corresponde a uma das maiores participações no *déficit* de serviços, estando este ano, 15,5% menor que igual período de 2016.
- A conta *Renda Primária* ampliou o *déficit* em 9,8%, puxada pela conta de *Renda de Investimentos*, que no mesmo período cresceu 9,5%, encerrando o mês de outubro com *déficit* de US\$ 34,1 bilhões. *Renda de Investimento em Carteira* entra também como um dos destaques negativos, com um saldo de US\$ -13,4 bilhões, o que significa um aumento de 8,8% no *déficit* este ano até o décimo mês frente a igual período do ano passado.

A *Conta Financeira* acumula um saldo de US\$ 386 milhões, devendo-se em grande medida ao aumento de 232,7% na conta *Outros Investimentos* no acumulado do ano até outubro. Além da conta *Empréstimos*, que aumentou 230,8% no mesmo período. Outra causa importante para o aumento na conta *Outros Investimentos* foi o superávit em *Créditos Comerciais e Adiantamentos* (+US\$ 23 bilhões).

Os *Investimentos Diretos* no país somam US\$ 60,2 bilhões, não chega a ser uma diferença expressiva em relação ao mesmo período do ano passado (10,1%), mas sinaliza o aumento da atratividade do Brasil para os investidores estrangeiros. Segundo o BACEN, o setor que mais recebeu investimentos foi o de Serviços, que

concentra 64,5% do total, com destaque para área de Eletricidade, Gás e Outras Utilidades, que detêm uma fatia de 23,1%. Sabe-se que a China lidera o *ranking* de maiores investidores no Brasil há alguns anos, somando junto com os EUA, Países Baixos e Luxemburgo, cerca de 44,7% dos embarques brasileiros.

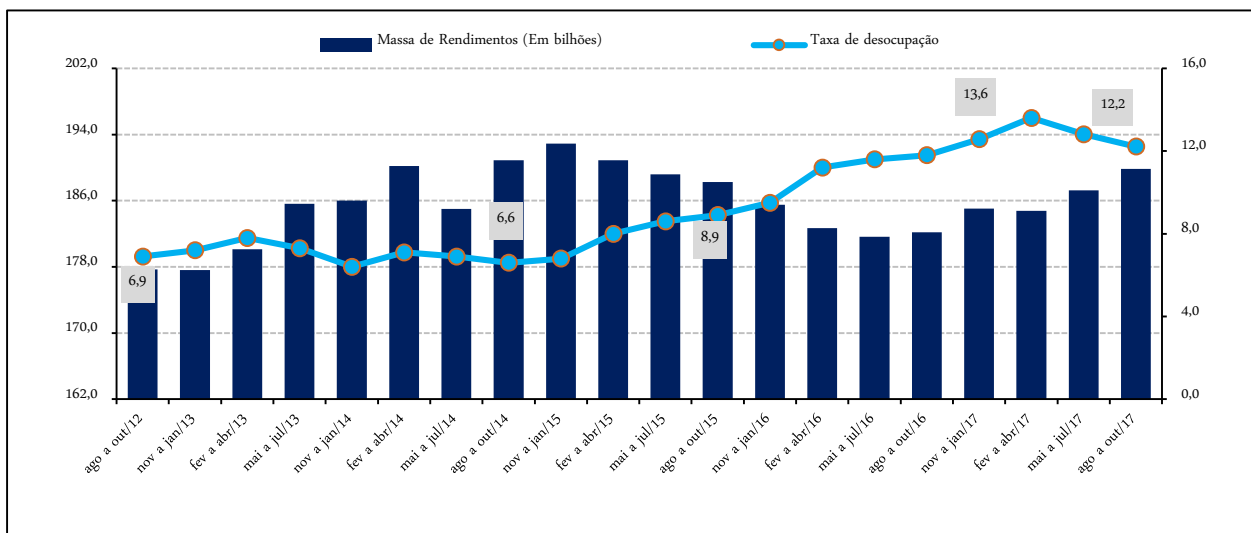
2.2.4. Mercado de Trabalho

Taxa de Desocupação do país marca 12,2% no trimestre móvel encerrado em outubro de 2017, marcando o segundo trimestre consecutivo de queda no indicador

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) (Gráfico 10), divulgada dia 30 de novembro deste ano, a taxa de desocupação trimestral brasileira de agosto a outubro de 2017 caiu para 12,8% (-0,6 p.p. em relação ao trimestre móvel anterior). Isto se deve à queda do número de pessoas desocupadas (-4,4 % contra o trimestre anterior), algo que vem sendo registrado desde o 2º trimestre de 2017, dada a ampliação do número de pessoas ocupadas. Por sua vez, considerando a média dos últimos quatro trimestres móveis, nota-se estabilidade (-0,1 p.p) no indicador.

Quanto ao número de ocupados, registrou-se aumento de 1,0% (869 mil pessoas), relação ao trimestre anterior, decorrente principalmente do crescimento do número de trabalhadores por conta própria (+326 mil, na mesma base de comparação). Já a massa de rendimentos reais dos trabalhadores ocupados no país somou R\$ 189,8 bilhões, o maior valor desde o trimestre fevereiro-abril de 2015, com crescimento interanual de 4,2%.

Gráfico 10 - Brasil: Massa de Rendimentos Reais¹ (R\$ em bilhões) e Taxa de Desocupação Trimestral (%), de 2012 a 2017²



Fonte: PNADc/IBGE ¹Inflacionada pelo IPCA, a preços de setembro de 2017; ²Trimestre móvel maio a julho de 2017

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o mercado de trabalho formal brasileiro manteve trajetória de ampliação do emprego formal ao longo do ano, com o registro de 76,6 mil vagas adicionais em outubro de 2017. Em termos setoriais, o saldo de empregos foi impulsionado principalmente pelo Comércio (+37,3 mil), e Indústria de Transformação (+33,2 mil). Por outro lado, o setor da Construção Civil (-4,7 mil) apresentou o maior saldo negativo. No entanto, observa-se que todos os setores de atividade registraram um melhor resultado na comparação mensal interanual (Tabela 7).

Tabela 7 - Brasil: Saldo de Emprego Formal por Subsetor de Atividade Econômica, de 2016 a 2017*, Saldo em outubro** de 2016 e 2017; Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Anual		Acumulado		Outubro		Variação absoluta (b-a)
	2015	2016	2016 (a)	2017 (b)	2016	2017	
Total	-1.534.989	-1.326.911	-726.400	302.190	-74.748	76.599	1.028.590
Extrativa mineral	-14.218	-11.908	-7.337	-2.393	-1.070	-532	4.944
Ind. de Transformação	-612.209	-324.144	-139.253	116.650	-5.571	33.200	255.903
Prod. minerais não metálicos	-34.209	-36.796	-26.362	-9.027	-2.009	364	17.335
Metalúrgica	-76.596	-44.948	-32.398	1.567	-1.581	990	33.965
Mecânica	-72.710	-37.051	-27.395	-1.553	387	1.916	25.842

Subsetores de Atividade	Anual		Acumulado		Outubro		Variação absoluta (b-a)
	2015	2016	2016 (a)	2017 (b)	2016	2017	
Material elétr. e de com.	-46.385	-15.759	-9.316	4.219	-736	1.310	13.535
Material de transporte	-81.755	-50.670	-38.584	5.478	-3.296	800	44.062
Madeira e do mobiliário	-38.264	-26.228	-16.038	5.612	-362	2.080	21.650
Papel, papelão, editorial e gráfica	-24.768	-17.437	-11.727	-2.241	-500	1.003	9.486
Borracha, fumo, couros, similares	-21.946	-8.470	-1.359	4.685	-621	-821	6.044
Química de prod. farm., vet.	-55.731	-23.961	2.464	25.256	-4.033	2.080	22.792
Têxtil do vestuário e tecidos	-99.515	-30.422	-2.860	29.250	752	2.235	32.110
Calçados	-25.398	4.143	23.256	13.357	2.182	678	-9.899
Alimentos e bebidas	-34.932	-36.545	1.066	40.047	4.246	20.565	38.981
Outras indústrias	-245.620	-137.025	-72.585	13.487	-3.006	6.425	86.072
SIUP ¹	-8.284	-12.789	-7.909	-1.876	-1.703	-729	6.033
Construção civil	-416.689	-361.901	-222.847	-30.545	-33.517	-4.764	192.302
Comércio	-212.756	-197.722	-241.292	-41.608	12.501	37.321	199.684
Serviços	-267.927	-392.705	-186.952	138.779	-30.317	15.915	325.731
Ensino	-755	-14.279	55.560	69.083	-825	842	13.523
Outros serviços	-25.842	-70.196	-21.379	43.561	842	7.152	64.940
Administração pública	-11.169	-11.570	16.258	18.092	-2.568	-261	1.834
Agropecuária	8.263	-14.172	62.932	105.091	-12.503	-3.551	42.159

Fonte: CAGED *Acumulado de janeiro a outubro (com ajustes até setembro) **Sem ajustes.

¹S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública

- No acumulado de janeiro a outubro de 2017, o emprego com carteira atingiu a abertura de 302,2 mil vagas, marcando o melhor resultado, considerando esse intervalo, desde 2014, quando foram geradas mais de 912 contratações líquidas.
- Os setores mais dinâmicos em 2017, em termos de geração de empregos com carteira são: Serviços (+138,8 mil), Indústria de Transformação (+116,6 mil) e Agropecuária (+105,1 mil).
- No recorte geográfico, as regiões Sudeste (+107,9 mil) e Sul (+88,5 mil) lideraram as admissões líquidas no acumulado do ano, enquanto a região Norte (+10,3 mil) apresentou o menor saldo. Já no mês de outubro, a região com maior destaque na criação de empregos com carteira assinada foi o Nordeste (+37,1 mil), marcando pelo terceiro mês consecutivo um saldo positivo do emprego formal.
- Considerando o movimento consistente de geração de vagas conforme a recuperação gradual da economia, espera-se que o país registre 400 mil contratações líquidas até final de 2017 e a sua taxa média da desocupação termine este ano em 12,6%, podendo diminuir para 12,0% em 2018. No entanto, ainda há riscos de que a retomada seja prejudicada por incertezas políticas no ano que vem (os efeitos da eleição).

2.3. Finanças Públicas

Situação das finanças públicas do país permanece como principal risco à consolidação da recuperação da economia

Conforme apurado pelo Tesouro Nacional, no acumulado do ano até outubro, o resultado do Governo Central é deficitário em R\$ 103,2 bilhões (1,9% do PIB), superando os R\$ 60,3 bilhões (1,2% do PIB) registrados no mesmo período de 2016 (Tabela 8). Nota-se reversão do ritmo de crescimento da Receita Total, que caiu 1,5% no comparativo do acumulado do ano até outubro, contra o mesmo período do ano anterior, assim como a desaceleração do ritmo de crescimento das Transferências Correntes (+7,6%) e da Receita Líquida (-3,2%). Tal dinâmica, relacionada ao contínuo crescimento da Despesa Total (+1,0), é sinal de alerta em relação ao praticamente certo não atingimento da meta estabelecida para o ano, de *déficit* de R\$ -159 bilhões para o Governo Central.

- O Programa de Repatriação havia rendido até outubro do ano passado R\$ 45,1 bilhões, fator não recorrente no ano vigente, que acarretou em decréscimo real de 38% (R\$ -13,6 bilhões) do item Outras Receitas Administradas, e em redução real de 3,6% (R\$ -10,6 bilhões) do Imposto de Renda, notadamente Imposto de Renda Pessoa Jurídica (-15,9%, R\$-19,9 bilhões).
- Dentre os demais itens da Receita Tributária, COFINS e CSLL registraram queda real de 0,8% e 1,2%, respectivamente. A variação negativa de 3,9% do volume de Serviços, entre dez/16 e set/17, pode ser atribuída como causa do comportamento negativo da arrecadação de COFINS, mesmo com a variação positiva do volume de vendas de 1,49% no mesmo período.

Tabela 8 - Resultado Primário do Governo Central - 2016*, 2017*, out/16 e out/17, Crescimento em % Nominal e Real Inflacionado pelo IPCA - (R\$ milhões)

Descrição	2016*	2017*	Outubro (val. Constantes)		Cresc. Nominal (%)		Cresc. Real (%)	
			2016 (a)	2017 (b)	2017*/2016*	(b)/(a)	2017*/2016*	(b)/(a)
I. Receita Total	1.085.980,7	1.107.916,5	151.875,0	120.425,3	2,0	-18,6	-1,5	-20,7
II. Transf. por Repartição de Receita	166.319,2	185.488,5	16.285,2	17.176,1	11,5	8,3	7,6	5,5
III. Receita Líquida (I-II)	919.661,5	922.428,1	135.589,8	103.249,3	0,3	-21,8	-3,2	-23,9
IV. Despesa Total	980.023,6	1.025.671,3	93.613,6	98.058,0	4,7	7,6	1,0	4,7
V. Fundo Soberano do Brasil	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
VI. Resultado Primário do Governo Central	-60.362,1	-103.243,2	41.976,2	5.191,2	71,0	-87,3	65,2	-87,6
VII. Resultado Primário/PIB	-1,2	-1,9	-	-	-	-	-	-

Fonte: BACEN

- O desempenho favorável da produção industrial no ano refletiu positivamente no valor arrecadado em IPI: um total de R\$ 38,3 bilhões, 6,3% (R\$ +2,2 bilhões) maior que o apurado em mesmo período do ano anterior.
- A larga diferença entre o resultado primário de out/16 e de out/17 resulta da arrecadação referente à repatriação de recursos no referido mês do ano passado, sem contrapartida em 2017, que afetou fortemente a rubrica Outras Receitas Tributárias e Imposto de Renda que pressionaram a queda das Receitas Tributária, refletindo em decréscimo real da Receita Total (-20,7%).

As medidas de ajuste do orçamento em 2017 vêm sendo realizadas com a expectativa de entrada de receitas não recorrentes, com a receita tributária condicionada pela recuperação ainda lenta da atividade econômica, e com o contingenciamento das despesas, notadamente das despesas discricionárias que possuem maior margem de corte. Assim, o volume de gastos discricionários é 13,4% menor que o realizado até outubro de 2016: R\$ 181,9 bilhões em 2017 contra R\$ 210,2 bilhões em 2016. No que se refere às despesas obrigatórias, a redução dos dispêndios com Abono e Seguro Desemprego e Subsídios, Subvenções e Proagro foi compensada pelo crescimento das rubricas Benefícios Previdenciários e Pessoal e Encargos Sociais.

Ainda assim, o Relatório de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre aumentou em R\$ 7,2 milhões a estimativa de arrecadação do total de receitas primárias, devido à melhora das estimativas de arrecadação, tanto das Receitas Administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) como das não administradas⁹. Tais reestimativas são reflexo da ocorrência de receitas não recorrentes como a incorporação de valores do leilão das usinas hidrelétricas não renovadas pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); e da 2º e 3º rodadas de partilha de produção do pré-sal (R\$ 2,6 bilhões). Esses fatores, aliados ao decréscimo da projeção da despesa primária (R\$ -2,5 milhões em relação à avaliação anterior), resultaram no descontingenciamento de R\$ 7,5 bilhões do orçamento do ano corrente.

Para o ano que vem, o Governo conta com a aprovação de medidas de elevação de receitas e de ajuste de despesa, que ainda dependem de aprovação no Congresso, e, portanto, podem não se realizar integralmente. As receitas adicionais, se aprovadas, renderão R\$ 14,5 bilhões: antecipação de fundos de investimento exclusivos (R\$ 6 bilhões); aumento da alíquota previdenciária (R\$ 2,2 bilhões); reoneração da folha de pagamento e suspensão do aumento da alíquota do Reintegra (R\$ 5,8 bilhões). Enquanto as medidas de corte de gastos têm potencial de R\$ 9,3 bilhões: adiamento em um ano dos reajustes de salários dos servidores públicos (R\$ 4,4 bilhões); previdência (R\$ 1,9 bilhões); ressarcimento da desoneração da folha (R\$ 3 bilhões).

No acumulado em 12 meses até outubro de 2017, o Setor Público Consolidado¹⁰ somou *déficit* de R\$ 187,2 bilhões, ou -2,88% do PIB (

Gráfico 11), montante ainda acima da meta estabelecida para o ano (R\$ -163,1 bilhões), avanço de 0,53 p.p. em relação ao acumulado de 12 meses até setembro. Contribuiu para esse resultado negativo, *déficit* dos governos regionais no montante de R\$ 12,3 bilhões, e das empresas estatais de R\$ 476,6 milhões.

Quanto aos juros nominais incidentes sobre a dívida, estes alcançaram R\$ 35,2 bilhões em outubro frente a R\$ 32 bilhões no mês de setembro. O maior número de dias úteis no mês e a perda de R\$ 1,8 bilhões em operações de *swap* cambial contribuíram para o crescimento do montante de juros. No conceito nominal, que inclui os juros,

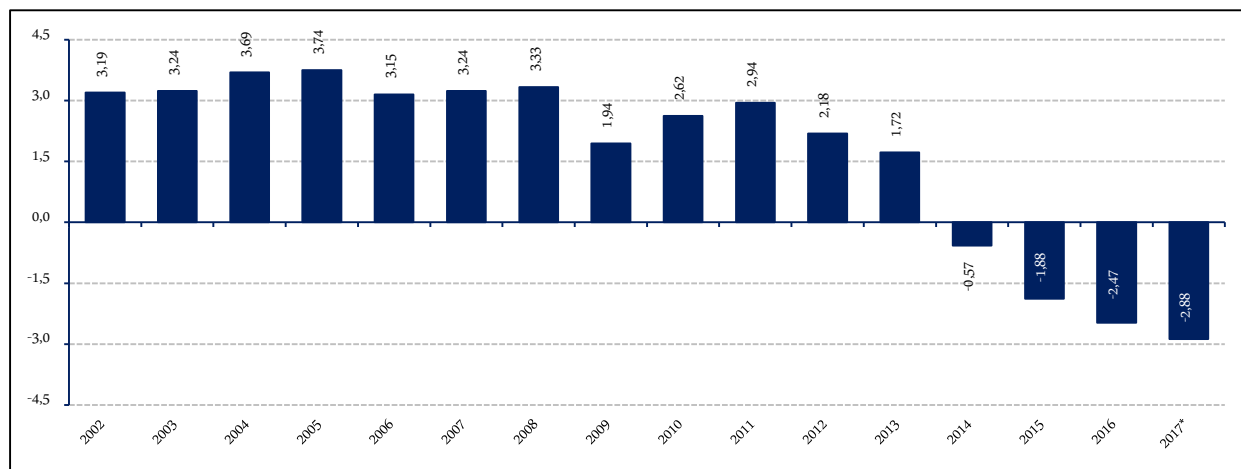
⁹ A estimativas da avaliação do 5º bimestre de arrecadação de Receitas Administradas pela RFB e Receitas não administradas pela RFB tiveram aumento de R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4,06 bilhões, respectivamente, em relação à avaliação do 4º bimestre.

¹⁰ Governo Central, Empresas Estatais, Estados e Municípios.

o déficit registrado em outubro foi de R\$ 30,5 bilhões enquanto no acumulado até outubro este alcançou R\$ 415,3 bilhões.

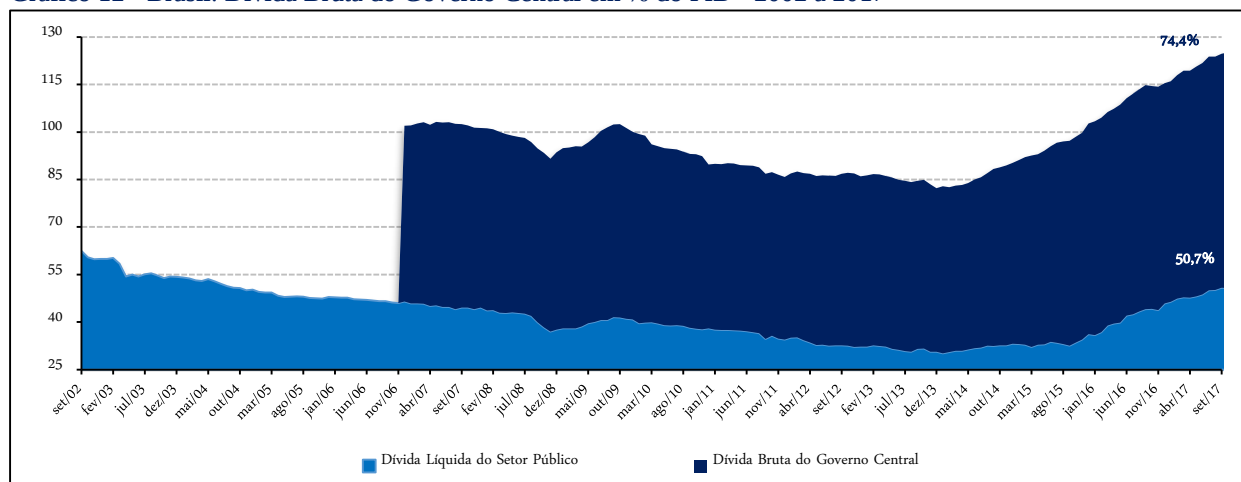
Gráfico 11 - Brasil: Resultado do Setor Público Consolidado em % do PIB - Acumulado em 12 meses - 2002 a 2017*

Fonte: BACEN *Acumulado de 12 meses até outubro de 2017



A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que abrange Governos Federal, Estaduais, Municipais e INSS, totalizou R\$4.837,2 bilhões em out/2017, o equivalente a 74,4% do PIB, maior que a proporção vista no mês anterior. A mediana da estimativa do Prisma Fiscal para a relação DBGG/PIB ao fim de 2017 é de 75,1% e 77,0% em 2018.

Gráfico 12 - Brasil: Dívida Bruta do Governo Central em % do PIB - 2002 a 2017*



Fonte: BCB *Acumulado do ano até outubro

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), alcançou em outubro 50,7% do PIB ou R\$3.298,6 bilhões. Segundo o BACEN, a expansão da relação DLSP/PIB no ano decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 5,2 p.p.), do déficit primário (aumento de 1,2 p.p.), do reconhecimento de dívidas (aumento de 0,1 p.p.), da desvalorização cambial acumulada de 0,5% (redução de 0,1 p.p.), do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,2 p.p.), e do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 1,7 p.p.).

O Governo precisou mitigar as mudanças propostas pela reforma da previdência, alterando o texto já antes aprovado em comissão especial na Câmara, afim de aprová-la de alguma forma. Dentre as alterações realizadas, o tempo mínimo de contribuição ao INSS foi reduzido de 25 para 15 anos; foram retiradas todas as alterações na aposentadoria rural e no Benefício de Prestação Continuada (BPC), e as contribuições sociais deixaram de ficar submetidas à DRU (Desvinculação de Receitas da União).

O prazo de aprovação da Reforma da Previdência estabelecido pelo Governo não foi cumprido, a pauta encontra ainda resistência na Câmara, e assim, foi adiado para fevereiro de 2018 a retomada da discussão e votação

do projeto. A não aprovação da reforma aponta para cenário fiscal ainda bem conturbado em 2018, principal fator de risco à retomada do crescimento econômico, e traz ainda consequência sobre a classificação de *rating* do país, já que o mercado questiona a viabilidade do limite do teto de gastos. Em nota, a Fitch Ratings relatou que o atraso da aprovação da reforma previdenciária evidencia os riscos da perspectiva negativa do *rating* do país que hoje é “BB”.

Para 2018, a estimativa do Instituto Fiscal Independente (IFI) é que a relação dívida bruta/PIB continue avançando e alcance 79,2%, posição mais pessimista que a do Prisma Fiscal, que projeta alcance de 77,0%, números que resultam da expectativa de resultados primários e nominais ainda elevados no ano que vem.

3. ESTADUAL

3.1. Nível de Atividades

3.1.1. Produção Agrícola

Produção graneleira maranhense mantém resultado otimista para o ano corrente

De acordo com os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) referentes ao mês de novembro de 2017, a produção graneleira maranhense foi revisada para 4.440 mil ton em 2017, crescimento de 105,3% em comparação com a safra de 2016 (Tabela 9). Em 2018, no entanto, a safra de grãos deverá ser menor em comparação a 2017 justamente porque a base foi muito elevada. Contudo, mesmo considerando essa diminuição, a produção de grãos no Maranhão deverá voltar à normalidade (mesmo patamar de 2014), ou seja, com produção aproximada de 4,1 a 4,3 milhões de toneladas.

Tabela 9 - Maranhão: Estimativa de Área Plantada e Colhida, Produção e Rendimento Médio dos Principais Produtos Acompanhados pelo LSPA - 2016 e nov/17

Produto		Período	Área (mil ha)		Produção MA (mil t)	Rend. Médio MA (Kg/ha)
			Plantada/a plantar	Colhida/a colher		
Grãos	Total de Grãos	2016 (a)	1.388	1.376	2.163	1.572
		Nov/17 (b)	1.557	1.548	4.440	2.868
		(b/a)	12,2	12,5	105,3	82,5
	Soja	2016 (a)	784	784	1.243	1.586
		Nov/17 (b)	819	819	2.334	2.851
		(b/a)	4,5	4,5	87,8	79,8
	Sorgo	2016 (a)	11	11	20	1.786
		Nov/17 (b)	92	92	118	1.282
		(b/a)	722,1	722,1	490,3	-28,2
	Milho	2016 (a)	337	336	684	1.857
		Nov/17 (b)	475	468	1.636	3.506
		(b/a)	40,7	39,3	139,2	88,8
	Feijão	2016 (a)	74	72	35	474
		Nov/17 (b)	76	76	45	574
		(b/a)	3,2	5,9	28,2	21,1
	Arroz	2016 (a)	173	164	160	981
		Nov/17 (b)	165	162	255	1.599
		(b/a)	-4,2	-0,8	58,7	63,0
	Algodão	2016 (a)	21	21	41	3.189
		Nov/17 (b)	22	22	52	3.796
		(b/a)	7,5	7,5	28,0	19,0
Demais culturas	Mandioca	2016 (a)	306	157	1.312	8.333
		Nov/17 (b)	294	152	1.322	8.724
		(b/a)	-3,8	-3,7	0,8	4,7
	Cana-de- açúcar	2016 (a)	51	46	2.521	55.234
		Nov/17 (b)	52	45	2.483	54.582
		(b/a)	1,7	-0,3	-1,5	-1,2

Fonte: GCEA/LSPA/IBGE

*Para o total da produção de grãos, considerar no somatório apenas 61% do peso do algodão herbáceo referente ao caroço, de acordo com especificações do IBGE.

A produção de grãos do Estado permaneceu basicamente constante pelo segundo mês consecutivo (4.440 mil ton), com revisão de apenas 0,1% em relação ao mês anterior. Isso reflete uma situação muito importante para a produção agrícola maranhense: a superação das perdas ocorridas em 2016 devido à forte estiagem, fruto do fenômeno *El Niño*, que afetou o Maranhão, inicialmente a partir do último trimestre de 2015, intensificando-se em 2016, justamente no período do plantio (outubro/novembro) e no período de germinação das lavouras.

A cultura da soja em 2017, cuja estimativa da produção é de 2.334 mil ton deverá superar o recorde de 2015 (2.100 mil ton). Além da superprodução dessa oleaginosa, a continuidade do dólar valorizado em relação ao real contribuiu para que os produtores se mostrassem estimulados a plantar mais, o que reflete o incremento na área plantada de 4,5% em relação à safra de 2016, o equivalente a 35 mil ha.

- O prognóstico de safra para 2018 para o Maranhão sugere uma produção de soja em torno de 2,4 milhões de toneladas, 3,8% a mais que no ano corrente. A produção de milho, por outro lado, deverá ser menor que a de 2017 em 11,8%. Destaca-se que estes dados ainda são preliminares, podendo sofrer alterações a partir

de fevereiro de 2018, tendo em vista a divulgação do primeiro LSPA de 2018.

- Com esse resultado, as projeções do PIB maranhense para 2018 deverão ser afetadas significativamente, visto que as estimativas anteriores estavam sendo realizadas a partir de uma base extremamente elevada (2017).
- Quanto ao prognóstico da produção de grão para o Brasil, o IBGE aponta que deverá haver um recuo de 9,2% em 2018 comparado a 2017, sendo que neste último, a produção graneleira foi 30,2% maior que em 2016, levando em consideração que neste último a base foi extremamente fraca, ao contrário de 2017.

3.1.2. Financiamento Imobiliário

Financiamento Imobiliário no Maranhão apresenta recuo superior à média do Nordeste e Brasil

Segundo os dados do Sistema Financeiros de Habitação (SFH), no acumulado de janeiro a setembro, o volume de crédito para aquisição de imóveis no Maranhão alcançou 250,4 milhões, recuo de 12,7%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior (ajustado pela inflação do período medida pelo IPCA) (Tabela 10).

No mês de setembro, o total de financiamento por valores a preços constantes registrou R\$ 27,1 milhões ante 19,3 milhões em comparação ao mesmo mês do ano passado. Considerando o ano de 2014, pico do volume de financiamentos no Maranhão, a diferença absoluta em relação a 2016 (ano fechado) foi de R\$ 676,3 milhões. Comparando-se o acumulado de janeiro a setembro de 2017 com o mesmo período de 2014, a diferença foi da ordem de R\$ 539 milhões.

Tabela 10 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis (R\$ milhões inflac. IPCA), Participação do Nordeste e Brasil 2007 a 2016, Taxa Média de Crescimento Anual 2007 a 2016 (% a.a.), 2016/2015 e Taxa de Crescimento 2017/2016 (acumulado até setembro) e participação do Maranhão no Nordeste e no Brasil (%)

Ano	Total			Part. (%)	
	MA	NE	BR	NE	BR
2007	97,1	1.374,2	16.343,2	7,1	0,6
2008	150,1	8.529,5	75.834,9	1,8	0,2
2009	275,9	3.402,7	33.002,6	8,1	0,8
2010	407,4	4.954,8	49.522,2	8,2	0,8
2011	649,8	6.746,6	65.337,9	9,6	1,0
2012	836,9	8.529,5	75.834,9	9,8	1,1
2013	951,4	11.301,9	100.499,2	8,4	0,9
2014	1.071,7	12.056,6	100.139,1	8,9	1,1
2015	700,5	8.175,0	62.335,4	8,6	1,1
2016	395,4	5.084,1	36.463,9	7,8	1,1
2016*	286,7	3.702,5	26.689,6	7,7	1,1
2017*	250,4	3.543,7	25.889,9	7,1	1,0
2007 a 2016	16,9	15,6	9,3	-	-
2016/2015	-43,6	-37,8	-41,5	-	-
2017/2016*	-12,7	-4,3	-3,0	-	-

Fonte: SBPE/BACEN

*Acumulado entre janeiro a setembro

De acordo com a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), o volume para financiamento com recursos da caderneta de poupança, atingiu 3,41 bilhões em setembro de 2017, queda de 22,7% em relação a agosto. Comparando-se setembro de 2017 com setembro de 2016, houve alta de 8,2%.

O saldo da caderneta de poupança, segundo os dados do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) apresentou crescimento de 8,6%, alcançando R\$ 539,5 bilhões em relação a setembro de 2016.

- Segundo a Caixa Econômica Federal (CEF), serão disponibilizados R\$ 8,7 bilhões para o programa Minha Casa Minha Vida em todo o país, para famílias com renda mensal de 1,5 mil a 4 mil reais. Em relação ao Maranhão, no município de Imperatriz, os imóveis nunca foram entregues aos seus devidos donos e as construtoras abdicaram das obras.
- De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em parceria com a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC), no mês de agosto de 2017 as vendas liquidas (já descontados os distratos) somaram 7.697 unidades em todo o Brasil, aumento de 59% em relação ao mesmo mês do ano passado. No acumulado do ano, as vendas liquidas totalizaram 45.267 unidades, crescimento de 25,5% contra o mesmo mês do ano anterior.
- Conforme o Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon/MA), o Índice de Velocidade de Vendas da Região Metropolitana de São Luís no trimestre de julho a setembro do ano corrente foi de 17,40%, apontando recuo de 0,75% em relação ao trimestre de abril a junho de 2017. Na

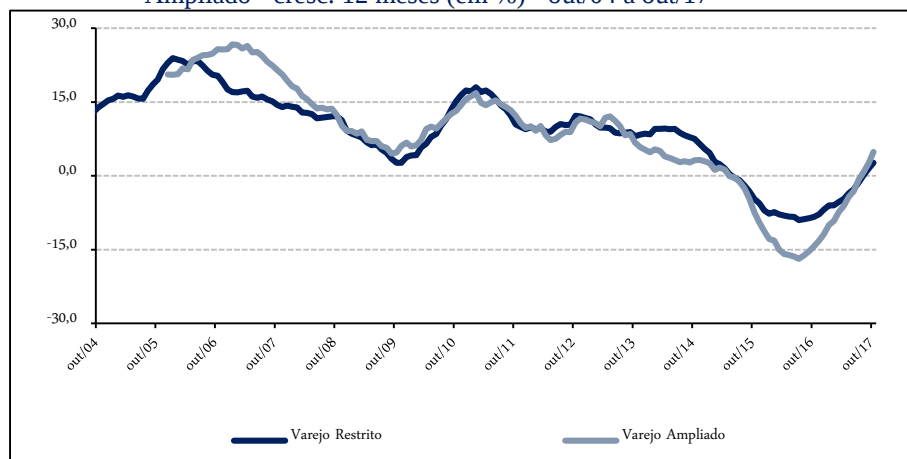
análise por localidade, apresenta-se o quantitativo de vendas por área e o índice relativo à localidade destacando: São Cristóvão/Santa Clara (75%), Paço do Lumiar/São José de Ribamar (22,2%), Turu (13,5%), Cohab/Anil (11,1%), Calhau (10,9%), Renascença/Ponta do Farol (9,3%), Angelim (5,6%) e João Paulo (0,7%).

3.1.3. Comércio

Em outubro de 2017, o volume de vendas do comércio varejista restrito maranhense cresceu 5% em comparação com outubro de 2016

O desempenho anual das vendas do Varejo Restrito e do Ampliado apresentam trajetória de crescimento no acumulado dos últimos 12 meses, encerrados em outubro de 2017, como pode ser visto no [Gráfico 13](#). No mês de outubro, o volume de vendas do Varejo Restrito maranhense reduziu 2,1% em relação ao mês de setembro de 2017. Na comparação interanual, com outubro de 2016, apresentou crescimento de 5%. Nos últimos 12 meses, encerrados em outubro de 2017, o volume de vendas do Comércio Varejista Restrito maranhense foi de 2,7%.

Gráfico 13 - Maranhão: Evolução das Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado - cresc. 12 meses (em %) - out/04 a out/17



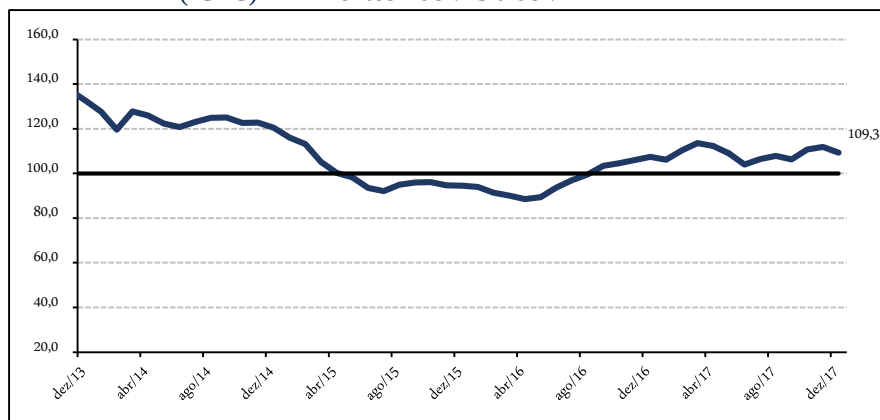
Fonte: IBGE, PMC

O ajuste dos preços relativos, tais como inflação e a taxa de juros, principalmente o primeiro, vem contribuindo para a retomada da economia brasileira. A recuperação mostra reflexo no volume de vendas do varejo maranhense.

Quanto ao Varejo Ampliado, na comparação mensal, o volume de vendas cresceu 1,3% em outubro de 2017. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve expansão de 14,6% nas vendas físicas, a sexta taxa consecutiva de crescimento no ano nessa base de comparação. No acumulado de 12 meses, encerrados em outubro, o volume de vendas do Varejo Ampliado foi de 4,9%.

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio Ludovicense (ICEC) apresentou, em dezembro de 2017, recuo de 2,7 pontos (109,3 pontos) em comparação com o mês anterior (111,9 pontos) ([Gráfico 14](#)). Por outro lado, na comparação interanual, com dezembro de 2016, houve expansão de 1,9%. Com este resultado, a confiança do empresariado está diretamente ligada aos sinais de recuperação do comércio varejista maranhense.

Gráfico 14 - São Luís: Evolução do Índice do Empresário do Comércio Ludovicense (ICEC) - Em Pontos - dez/13 a dez/17



Fonte: Fecomércio/MA

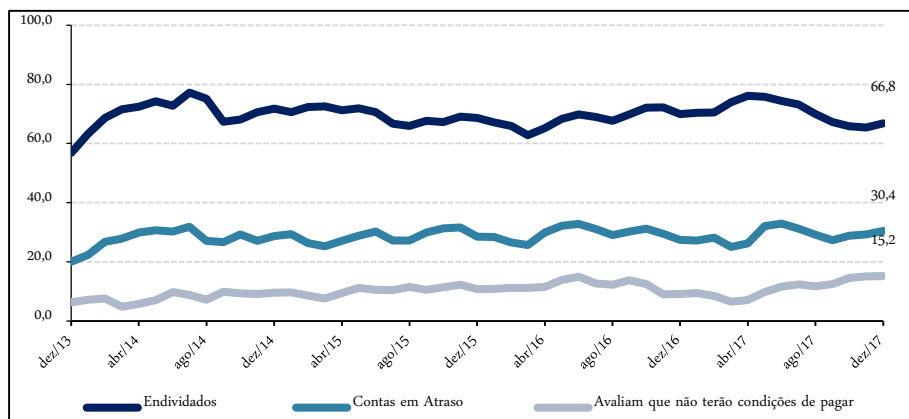
Diante da conjuntura econômica mais favorável, para os próximos meses, a expectativa de aumentar muito o quadro de funcionários atinge 14,6% dos empresários e 51% possuem expectativas de aumentar pouco o quadro de funcionários.

3.1.4. Endividamento

Em dezembro de 2017, o índice de inadimplência das famílias ludovicenses atingiu o maior percentual (15,2%) da série histórica, iniciada em janeiro de 2012

Os dados da PEIC, realizada pela Fecomércio/MA, mostram que o endividamento aumentou: em novembro, o endividamento abrangia 65,4% das famílias ludovicenses e passou para 66,8% em dezembro. O percentual de famílias com contas em atraso: saiu de 29,3% em novembro para 30,4% em dezembro em 2017. Já as famílias que avaliam que não terão condições de pagar abrangiam 15% em novembro, para 15,2% em dezembro de 2017, o maior percentual da série histórica, iniciada em 2012 (Gráfico 15).

Gráfico 15 - São Luís: Percentual de Famílias Endividadas, com Contas em Atraso e Sem Condições de Pagá-las (em %) - dez/13 a dez/17



Fonte: Fecomércio/MA

A principal modalidade de endividamento das famílias ludovicenses continua sendo o cartão de crédito (78,4%). Em seguida, as dívidas em carnês (10,0%) e crédito pessoal (8,9%).

3.1.5. Investimentos

Investimentos em andamento e planejados no Maranhão somam R\$ 16,1 bilhões no qual R\$ 4,5 bilhões estão em andamento.

Os investimentos públicos e privados em andamento e previstos no Maranhão perfazem um total de R\$ 16,1 bilhões (Tabela 11). É importante observar que os investimentos públicos em infraestrutura ampliam a atratividade dos investimentos no setor privado, dado que aqueles elevam a produtividade da economia. Sendo também verdade que a economia maranhense ainda apresenta diversas lacunas estruturais em setores estratégicos, a exemplo do rodoviário, do ferroviário e de saneamento básico. Estes correspondem a 89,5% do que está e será investido pelo Governo Estadual. Atualmente, os investimentos privados perfazem um total de R\$ 12,1 bilhões, sendo que 18,1% (R\$ 2,2 bilhões) desses investimentos estão em andamento, concentrados principalmente nos

setores de Energia Elétrica e Movimentação Portuária, nos quais os investimentos públicos somam R\$ 4,0 bilhões, divididos entre investimentos estaduais e federais.

Tabela 11 - Maranhão: Investimentos Privados e Públicos Estaduais e Federais em Andamento e Projetados (R\$ milhões) - 2017 a 2020¹¹

Segmento	Total Geral	Em andamento	A iniciar					Total (A iniciar)
			Em Contratação	Em Licitação	Fase de elaboração	Termo de compromisso assinado	Anunciados	
Privados Total	12.176	2.203	-	208	5.068	2.100	2.596	9.973
Energia Elétrica	5.340	1.500	-	-	3.840	-	-	3.840
Movimentação Portuária	3.285	173	-	208	995	1.700	209	3.112
Transporte/Logística	1.405	-	-	-	-	84	1.321	1.405
Indústria de Transformação	989	-	-	-	25	290	674	989
Comércio e Serviços	558	200	-	-	200	2	156	358
Indústria Extrativa	446	250	-	-	3	-	193	196
Fabricação fertilizantes e armazenagem	99	80	-	-	-	9	10	19
Outras obras de infraestrutura	48	-	-	-	-	15	33	48
Construção Civil e Imobiliário	5	-	-	-	5	-	-	5
Alimentação e bebidas	1	-	-	-	-	-	1	1
Públicos Total	4.018	2.320	1.118	30	8	-	540	1.697
Obras de Infraestrutura	3.758	2.099	1.118	-	-	-	540	1.659
Construção de Escolas	158	120	-	30	8	-	-	39
Construção de Hospitais	50	50	-	-	-	-	-	-
Assistência Social	22	22	-	-	-	-	-	-
Segurança Pública	21	21	-	-	-	-	-	-
Cadeias Produtivas	9	9	-	-	-	-	-	-
Total Geral	16.193	4.523	1.118	238	5.076	2.100	3.137	11.670

Fonte: SEINC; SINFRA; SES; SEDUC; SEDES; CAEMA; IMESC

- Os investimentos públicos no Estado do Maranhão totalizam R\$ 4,0 Bilhões, sendo que R\$ 3,4 bilhões sob a responsabilidade do Governo do Estado. Deste total, R\$ 1,8 bilhão correspondem aos projetos em andamento e R\$ 1,7 bilhão compreendem os projetos que ainda irão iniciar. A outra parcela dos investimentos públicos no Estado é referente aos projetos em andamento em rodovias do Governo Federal (R\$ 524 milhões).

A intenção do Governo Estadual é promover o desenvolvimento dos territórios urbanos e rurais no Maranhão, contribuindo para gerar emprego, renda e novas bases tributárias. Com base nos relatórios de execução orçamentária do Maranhão, os investimentos públicos cresceram 23,5% de janeiro a agosto contra igual período de 2016, grande parte com recursos do Tesouro Estadual. Os investimentos são principalmente na construção e pavimentação de rodovias, construção de escolas, hospitais e unidades de segurança. Segundo informações da Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão (SEFAZ-MA), a disponibilidade de caixa para os investimentos está relacionada à revogação de incentivos fiscais para grupos econômicos específicos, redução de benefício para alguns setores por meio do ICMS e eliminação de subsídios a algumas empresas.

É importante observar que os investimentos públicos em infraestrutura ampliam a atratividade dos investimentos no setor privado, dado que aqueles elevam a produtividade da economia. Sendo também verdade que a economia maranhense ainda apresenta diversas lacunas estruturais em setores estratégicos, a exemplo do rodoviário, do ferroviário e, muito especialmente, do saneamento básico. Estes segmentos em conjunto, correspondem a mais de dois terços dos projetos em andamento e planejados pelo Governo Estadual. Atualmente, os investimentos privados perfazem um total de R\$ 12,1 bilhões, sendo que 18,1% (R\$ 2,2 bilhões) desses investimentos estão em andamento, concentrados principalmente nos setores de Energia Elétrica e Movimentação Portuária.

Dentre os investimentos privados, destaque-se aqueles que vêm sendo realizados no setor avícola, cadeia que integra o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB), investimentos que já somam 382,9 milhões nos municípios de Santa Inês, Itapecuru Mirim, Porto Franco, Balsas, Coroatá, Vargem Grande, Capinzal do Norte e Timon. Constituem projetos relacionados a abatedouros (S.I.F e S.I.E)¹² de até 150.000 aves/dia; incubatórios; fábricas de ração; granjas de 4,5 milhões de aves alojadas e matrizeiro. A estimativa da Secretaria de Estado de Indústria Comércio e Energia (SEINC) é que em 2020 seja produzido 14 milhões de frangos/mês e que a cadeia gere 30 mil empregos diretos e indiretos.

¹¹ Os investimentos públicos em andamento e planejados tem previsão de conclusão até 2018 enquanto os investimentos privados têm previsão até 2020.

¹² S.I.F.: Serviço de Inspeção Federal; S.I.E.: Serviço de Inspeção Estadual.

Os investimentos privados concluídos no quarto trimestre de 2017 (R\$ 217,0 milhões) referem-se à construção de uma fábrica de *Papel Tissue* (R\$ 177 milhões) e uma mini planta de peróxidos de hidrogênio (R\$ 40 milhões), ambos no município Imperatriz.

- A Suzano Papel e Celulose objetivando a verticalização da cadeia produtiva produzirá até 60 mil *ton* de papéis por ano através de uma fábrica de papel *tissue*. Na fase de implantação a usina produzirá apenas *jumbo rolls* (bobinas gigantes de papel) no qual, no início de 2018, parte dessa produção será destinada à fabricação de produtos com a marca própria da Suzano destinada ao mercado interno.
- O Peróxido de Hidrogênio é um insumo químico utilizado na etapa de branqueamento da pasta de celulose. O investimento da empresa *Peróxido do Brasil* contribui para reduzir o custo logístico, uma vez que o produto antes era transportado de Curitiba para abastecer a fábrica da Suzano.

Os investimentos, na ordem de R\$ 1,5 bilhão para expansão e adaptação do Porto do Itaqui, vêm contribuindo para aumentar o volume e a agregação de valor às exportações e importações operadas neste Porto Estratégico para as operações do Chamado Corredor Centro Norte do Brasil.

Os investimentos destinados ao Porto do Itaqui até o ano de 2019 perfazem R\$ 1,5 bilhão, divididos entre Recursos Próprios, por meio dos reinvestimentos dos lucros da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), R\$ 126,53 milhões), Recursos Federais, e Investimentos Privados no montante de R\$ 1,38 bilhão. De acordo com a Tabela 12, os investimentos em andamento correspondem a apenas 14,15% (R\$ 276,2 mi) do total, enquanto os investimentos a iniciar representam 85,85% (R\$1,2 bilhão).

Tabela 12 - Maranhão: Investimentos Públicos e Privados no Porto do Itaqui em Andamento e a Iniciar

Projeto	A iniciar	Em andamento	Data de início	Previsão de Conclusão	Total Geral
Recurso Privado	1.203,2	173,0	-	-	1.376,2
Construção do terminal de Granel Sólido	332,5	-	-	-	332,5
Novo acesso ferroviário.	280,0	-	-	-	280,0
Segunda fase do TEGRAM	267,0	-	-	-	267,0
Novo Terminal de Carga Geral (preferen. papel e celulose)	208,2	-	-	-	208,2
Expansão terminal da Ultracargo	-	168,0	nov-16	dez-18	168,0
Automatização na oper. de descarga de Fertilizantes.	80,0	-	-	-	80,0
Expans. das áreas de graneis líquidos – Granel Química	35,5	-	-	-	35,5
Projeto complementar BERÇO 108 - instalação de dutos	-	5,0	mai-17	jan-18	5,0
Recurso Próprio	86,8	39,7	-	-	126,5
PORTOLOG e VTMS	40,0	-	jan-18	dez-19	40,0
Recuperação estrutural dos berços 103 e 106	33,9	-	-	-	33,9
Revital. do sist. de combate a incêndio 100 a 108.	-	15,0	jan-17	abr-18	15,0
Novo Terminal de Passageiros do Cuijupé	-	12,6	fev-17	mai-17	12,6
Modern. da subestação receptora e do pátio H	11,6	-	-	-	11,6
Pavimentação dos pátios G e H	-	7,8	abr-17	dez-17	7,8
Substituição das torres de iluminação da área primária	-	2,7	mar-17	nov-18	2,7
Paviment. Flex. para acesso a moega do Tegram, terminal VALE	-	1,6	nov-17	mai-18	1,6
Sala Segura	1,4	-	-	-	1,4
Construção do Berço 98	-	-	out-17	set-19	-
Expans. das áreas de graneis líquidos - Área A-02	-	-	-	-	-
Total Geral	1.290,0	212,7			1.502,7

Fonte: EMAP; IMESC

- Os investimentos em andamento incluem o projeto complementar do Berço 108, iniciado em maio de 2017, que corresponde a instalações de dutos (R\$ 5,0 milhões). A previsão é de que o berço entre em operação em janeiro de 2018. Até agosto deste ano, outras etapas no referido berço foram concluídas, tais como: instalações de defensas, sistema elétrico e de banheiros. Esses investimentos, provenientes de recursos do Governo Federal em conjunto com os lucros reinvestidos da EMAP somaram R\$ 4,8 milhões. Há também investimentos na revitalização do sistema de incêndio do berço (R\$ 14,9 milhões), juntamente com o berço 100, com previsão de conclusão em abril de 2018. Serão instalados alarmes, hidrantes, canhões de água, dentre outros equipamentos.
- A empresa Ultracargo está investindo na expansão de uma nova área para armazenamento de combustíveis, com previsão de aumento de 30% da capacidade de movimentação de graneis líquidos (48.000 m³), pretendendo movimentar até 1,5 milhão de toneladas por ano. O investimento é de R\$ 168 milhões, redução de R\$ 74 milhões no valor que foi divulgado pela empresa em maio de 2017.
- Entre os investimentos previstos para os próximos anos (R\$ 1,3 bilhão) está a segunda fase do TEGRAM

(R\$ 267 milhões). Com esse projeto haverá o prolongamento da esteira transportadora existente até o berço 100, duplicando a capacidade de escoamento de grãos¹³. O início de operação da segunda fase deverá ocorrer em 2019. A previsão é que seja movimentada 10 milhões *ton* de grãos anuais, provenientes da região conhecida como MATOPIBA¹⁴. Essa região que possui semelhantes estruturas produtivas reforça sua posição como fronteira agrícola do País com potencial de desenvolvimento agropecuário para a exportação. O volume de cargas exportado por essas regiões no acumulado do ano até novembro de 2017 somou R\$ 4,9 bilhões, crescimento de 74,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Desse valor, 42,2 % é exportado via Complexo Portuário de São Luís que também abrange o Porto do Itaqui¹⁵, movimentando 5,5 milhões de toneladas em carga em 2017. Com a conclusão do projeto, o Porto terá capacidade de escoar mais cargas provenientes dessas regiões.

Tabela 13 - Maranhão: Exportações das Regiões do MATOPIBA Via Complexo Portuário de São Luís - 2016 e 2017*
(Valores em US\$ FOB milhões e Quantidade em Mil Toneladas)

UF	2016		2016*		2017*	
	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd
Total	3.011,8	7.648,2	2.825,1	7.198,0	4.931,8	12.698,5
Maranhão	1.297,1	3.563,5	1.192,1	3.277,6	2.616,9	6.893,1
Bahia	931,9	2.333,9	864,3	2.180,0	1.245,3	3.129,1
Tocantins	697,9	1.513,7	684,8	1.509,7	855,1	2.110,7
Piauí	84,9	237,1	83,9	230,7	214,6	565,6
Complexo portuário de São Luís	1.713,8	4.871,2	1.625,8	4.613,9	2.082,0	5.508,8
Maranhão	1.181,4	3.371,9	1.094,4	3.120,9	1.190,3	3.041,5
Tocantins	443,0	1.244,9	443,0	1.244,9	680,8	1.910,8
Piauí	80,5	228,5	79,5	222,1	203,3	536,2
Bahia	9,0	25,9	9,0	25,9	7,5	20,3

Fonte: MDIC *novembro/2017

- Os investimentos concluídos¹⁶ da EMAP em conjunto com o Governo Federal até novembro de 2017, somam R\$ 73,1 milhões, estes consistem em obras no berço 108, melhoria no controle de acesso de veículos e pessoas no Porto do Itaqui, revitalização no cais de São José de Ribamar, construção de unidades de segurança e novo centro de controle operacional no porto.
- Os planos de investimentos dos setores públicos e privados no Porto do Itaqui, se concretizados, irão contribuir para o aumento da movimentação de cargas gerais, grânéis sólidos e líquidos e operacionalização de navios com maior capacidade de armazenamento, o que reduz o custo do frete por tonelada. Apesar desses investimentos, atualmente, a capacidade de movimentação de cargas está aquém da necessidade do Estado, sendo necessária a construção de berços e retroarias. Demanda-se também capacidade para exportar cargas refrigeradas como carnes congeladas¹⁷, uma vez que o escoamento desse produto é via Porto de Santos, PECEN no Ceará e Porto SEPETIBA no Rio de Janeiro.

Os investimentos do Governo do Maranhão em andamento perfazem total de R\$ 1,8 bilhão

É sabido que investimentos públicos tem a capacidade de impulsionar o desempenho econômico, alimentando o crescimento da produtividade através da melhoria do capital humano, incentivando a inovação tecnológica e estimulando o investimento do setor privado. O investimento público pode acelerar a recuperação e estabelecer padrões mais sustentáveis de crescimento.

¹³ A capacidade atual de produção do TEGRAM é de 5 milhões de toneladas por ano.

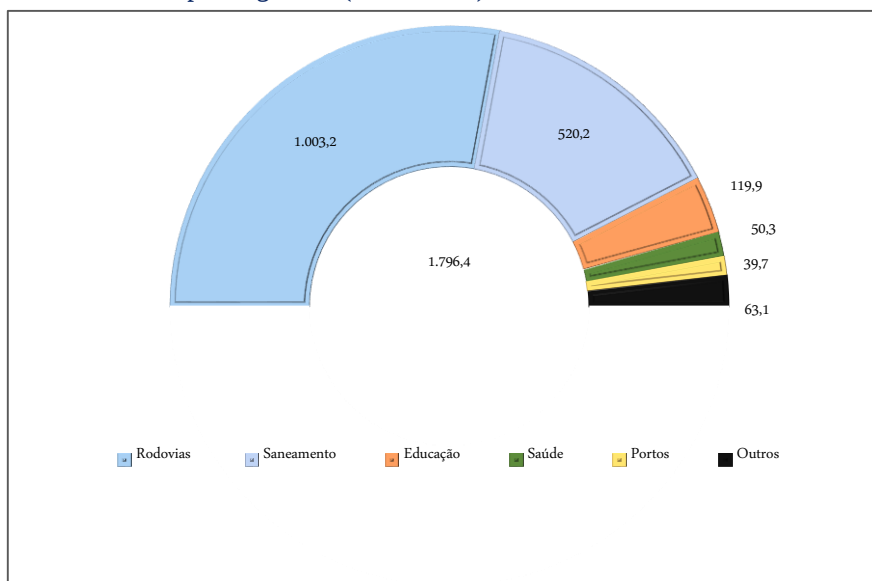
¹⁴ O MATOPIBA recobre parcialmente o território de quatro estados, sendo 135 municípios do Maranhão, 139 municípios do Tocantins, 33 municípios do Piauí e 24 municípios da Bahia.

¹⁵ O Porto do Itaqui, juntamente com os terminais da Vale e da Alumar integra o complexo portuário de São Luís.

¹⁶ Iniciados em 2015, 2016 e 2017.

¹⁷ Ver valor e quantidade exportada na Tabela 16 - Maranhão: Principais Produtos Presentes na Pauta de Exportações de 2016 e dos períodos acumulados de janeiro até outubro de 2016* e 2017* (Valores *em US\$ Milhões (FOB) e Quantidade em 1000/ton.*)

Gráfico 16 - Maranhão: Investimentos do Governo Estadual em Andamento por Segmento (R\$ Milhões)



Fonte: CAEMA; EMAP; SEDES; SEDUC; SINFRÁ; SSP; IMESC

No Maranhão, os investimentos do Estado estão concentrados na construção e melhorias de rodovias (R\$ 1.003,2 milhões ou 55,8%), saneamento básico (R\$ 520,2 milhões ou 29,0%), construção de escolas (6,7%), construção de hospitais (2,8%), infraestrutura portuária (2,2%), e outros (3,5%).

A parcela destinada aos outros investimentos constitui-se de projetos de secretarias e fundações, assim distribuídos: SEDES (34,1%), SSP (29,7%), SEINC (18,9%), SAGRIMA (13,7%), FUNAC (2,7%) e SEAP (0,7%). Os investimentos em assistência social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES) são, principalmente, na construção de restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Os investimentos da Secretaria e Segurança Pública (SSP) são aplicados na conclusão do recurso destinado ao Projeto Pacto pela Paz, estruturação dos Conselhos Comunitários pela Paz e outros.

Os investimentos em educação são destinados à construção de escolas, institutos e universidades por meio da Secretaria da Educação (SEDUC) (R\$ 84,5 milhões), da Secretaria da Ciência Tecnologia e Inovação (SECTI) (R\$ 23,4 milhões) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) (R\$ 12 milhões). A SEDUC está investindo na construção de Escolas Dignas (R\$ 26,0 milhões) e na ampliação e modernização de unidades de ensino no Maranhão (R\$ 58,5 milhões).

- As obras do programa Escola Digna são financiadas com recursos próprios do Governo do Estado, com empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com recursos provenientes de emendas parlamentares. Além disso, uma parte do programa está sendo realizada com recursos advindos de parceria com a iniciativa privada, como a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) e a Algar Agro. Dentre os investimentos em andamento (100 escolas), está a construção de uma escola indígena com quatro salas de aula em Jenipapo dos Vieiras na Aldeia Três Irmãos, no valor de R\$ 524 mil. Assim como esta, 56% das obras têm previsão de conclusão até dezembro de 2017.
- A SEDUC estima a construção de mais 190 escolas nos próximos anos, com investimentos perfazendo total de R\$ 38,5 milhões. Parte dos projetos está em fase de elaboração e foi enviado para licitação.
- Como contrapartida social a benefícios concedidos a determinadas empresas, o Governo firmou parcerias para a construção de Escolas Dignas, este é o exemplo da Suzano Papel e Celulose. As escolas serão instaladas nos municípios de Açailândia, Buriticupu, Sítio Novo e Urbano Santos, entretanto, ainda não há orçamento para tais investimentos.
- Obras em sessenta e oito escolas foram concluídas desde 2015 até outubro de 2017, montante de R\$ 35,3 milhões. No entanto, há escolas que até então não foram inauguradas: estão com a edificação pronta aguardando complementação.
- A UEMA, em abril de 2017, iniciou a construção de um novo campus na cidade de São Bento, o projeto é orçado em R\$ 12 milhões com previsão de conclusão para agosto de 2018.

Os investimentos em andamento na construção de hospitais por meio da Secretaria Estadual de Saúde (SES) somam R\$ 50,3 milhões. Até maio de 2017, os investimentos totalizavam R\$ 80,3 milhões. Essa contração se deve aos avanços nas obras, que reduz o saldo contratual, à inauguração de alguns hospitais e à paralisação da reforma/ampliação do hospital de Santa Luzia do Paruá, no qual já havia sido empregado 25,9% do recurso.

- Em todas as obras em andamento, houve mudanças em relação à data de conclusão. A reforma e ampliação da Maternidade Marly Sarney, antes prevista para dezembro de 2017, foi adiada para março de 2018. Porém, do recurso destinado ao projeto foi gasto apenas 6,4%. Dessa forma, há dúvidas quanto a entrega da obra no prazo determinado. É possível constatar quando se compara essa a outras obras com valores contratuais aproximados, a exemplo da reforma e ampliação do Hospital Materno Infantil, este último tem data prevista de conclusão para abril de 2018 e já foi gasto 32,9% do previsto para a reforma do hospital.

Os investimentos a serem realizados até junho de 2019 em rodovias federais no Estado do Maranhão, com recursos do Governo Federal, alcançam R\$ 524 milhões

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte – DNIT, os recursos federais destinados à construção, pavimentação, duplicação e melhoria de rodovias no Maranhão totalizam R\$ 524 milhões. Os investimentos em andamento na BR 135 nos trechos de São Luís a Miranda do Norte totalizam R\$ 230 milhões; na BR 010, de Imperatriz a Davinópolis, R\$ 200 milhões; e nas BR 226 e 316 de Presidente Dutra a Teresina, R\$ 93,5 milhões (Tabela 14).

Tabela 14 - Maranhão: Investimentos em Rodovias do Governo Federal no Maranhão (R\$ Milhões)

Rodovia	Valor Investido	Valor a ser investido	Total
BR 135	435,5	230,3	665,8
BR 010	7,3	200,3	207,5
BR 226/316	4,3	93,6	97,8
Total	447,0	524,1	971,1

Fonte: DNIT

- A BR 135 no Maranhão recebe um conjunto de obras em adequação, duplicação, restauração e melhorias em três trechos que vão de São Luís a Miranda do Norte. No entanto, o Trecho 1, de São Luís a Bacabeira, sofreu uma série de paralisações desde seu início em agosto de 2012. O investimento inicial foi de R\$ 354,7 milhões, devido aos aditivos nos contratos das obras, passou a totalizar R\$ 492,4 milhões. Segundo o DNIT, hoje, o trecho com extensão de 27,2 km para duplicação, possui saldo contratual de apenas R\$ 57,3 milhões, o que significa que 88,4% do recurso já foi alocado nas obras. A previsão de conclusão desse trecho é abril de 2018 enquanto que a previsão inicial era de que as obras fossem concluídas em 2014. As obras foram paralisadas em 2015, diante da indisponibilidade de orçamento financeiro do Governo Federal, mas foram retomadas em 2016.
- Investimentos em rodovias necessitam de uma agenda estruturante mais sólida e mecanismos diferentes de financiamentos uma vez que haverá mudanças nas condições de financiamento nesse setor pelo BNDES, que anunciou reduzir o financiamento em 2018. Em 2016, os investimentos em rodovias eram financiados em até 70% pelo BNDES, percentual reduzido para 50% em 2017.

3.2. Comércio Exterior e Movimentação Portuária

3.2.1. Movimentação Portuária

Complexo Portuário maranhense continua ganhando espaço nas exportações do MATOPIBA

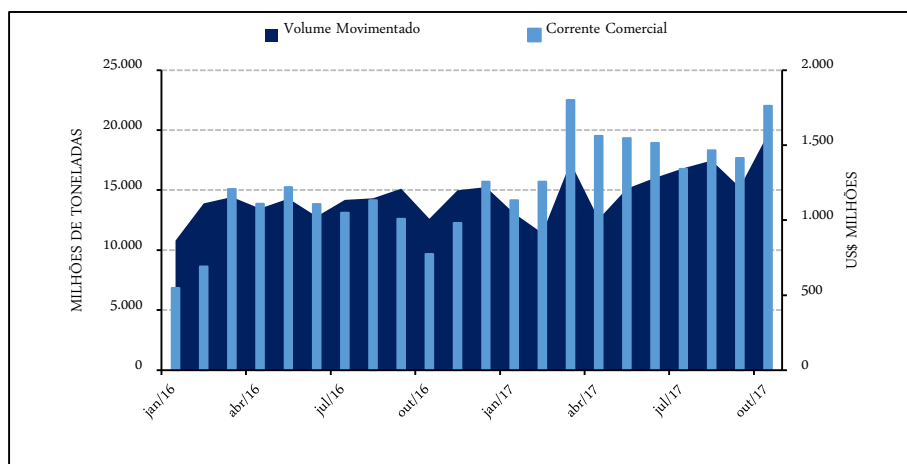
No período de janeiro até outubro deste ano, o Complexo Portuário de São Luís movimentou 154 milhões de toneladas, crescimento de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento do volume movimento, acrescido da valorização nos preços da maioria das mercadorias proporcionou crescimento de 33,5% no valor total das cargas (US\$ 4,9 bilhões) que registraram no período a cifra de US\$ 14,8 bilhões. Neste período, as exportações representaram 83,5% (+3.5 p.p.) do valor total da Corrente Comercial e 95,4% do volume total, que representaram, respectivamente, a cifra de US\$ 12,4 bilhões (+56,9%) e 147,7 milhões de toneladas (+13,8%).

- Com base nas exportações, no acumulado até outubro deste ano, a principal Unidade da Federação em termos de movimentação de carga foi o Pará, que somou US\$ 8,4 bilhões (32,3% da Corrente Comercial) e 135,9 milhões de toneladas (92,2% do volume total). Os principais produtos foram: Minério de Ferro

com US\$ 6,6 bilhões (+79,9%) e 133,8 milhões de toneladas (+12,9%) e o Cobre com US\$ 1,6 bilhões (+36,1%) e 767 mil toneladas (+12,7%).

- O Maranhão ficou em segunda posição nas exportações do complexo portuário com a cifra de US\$ 2,4 bilhões e 6,8 milhões de toneladas, embora expressivamente menor do que as exportações paraenses. As mercadorias maranhenses com maior valor exportado presentes no complexo são Alumina Calcinada, Soja, Pasta de Celulose, Minério de Ferro e Milho.
- A terceira posição no *ranking* das exportações foi Tocantins, que vem ganhando peso substancial no complexo portuário maranhense, registrando no acumulado deste ano US\$ 689,9 milhões e 1,9 milhões de toneladas, crescimento de 39% no valor e de 69,2% no volume. O destaque de Tocantins vai para a Soja em Grãos que registrou 1,7 milhões de toneladas (+43,5%) e US\$ 651,1 milhões (+44,3%).

Gráfico 17 - Maranhão: Movimentação Portuária do Complexo São Luís de jan/16 até out/17, Volume Movimentado (esquerda) em Milhões/Toneladas e Corrente Comercial (direita) em US\$ Milhões



Fonte: MDIC, AliceWeb

Deve-se destacar que a maioria dos produtos exportados pelo complexo são *commodities* e que em sua maioria, foram impactadas positivamente pelos preços internacionais este ano, especialmente as metálicas, como o minério de ferro, alumínio e cobre, elevando, assim, o valor das exportações para além do aumento quantitativo das exportações.

- Outros Estados também apresentaram crescimento. Destacam-se: Mato Grosso que atingiu a cifra de US\$ 618,4 milhões (+4,8%); Piauí com US\$ 250,9 milhões (+160,6%); Bahia com US\$ 13,0 milhões (+22,1%), pois ilustram o crescimento gradativo da participação do MATOPIBA no complexo.
- Via importações, o Maranhão concentra a maior parcela com US\$ 2,1 bilhões e 5,9 milhões de toneladas, representando 85,4% do total das compras pelo complexo portuário no acumulado de 2017 até outubro.
- São Paulo é o segundo maior comprador, mas registra apenas US\$ 115 milhões, contudo, o crescimento em relação ao ano anterior é significativo (+2.804,1%) onde registrou US\$ 4,1 milhões. Os produtos comprados neste ano foram Gasóleo (diesel) e Gasolina.

3.2.2. Comércio Exterior

Saldo da balança comercial cresce impulsionado por superprodução de Soja e valorização das commodities minerais/metálicas.

A Balança Comercial Maranhense (Tabela 15) registrou no acumulado até outubro de 2017 superávit de US\$ 279,7 milhões, saldo 8,5 vezes maior que os US\$ 31,6 milhões registrados no mesmo período de 2016. O principal fator foi o crescimento robusto das exportações que registraram a cifra de US\$ 2,5 bilhões (+37,1%) em relação ao ano anterior. Ressalta-se que o crescimento da Corrente Comercial para US\$ 4,7 bilhões (+30,5%) também foi pujante, pois houve, também, aumento nas importações (+23,8%).

Tabela 15 - Maranhão: Balança Comercial de 2010 até 2016*, Valores em US\$ milhões e Variação em (%) e acumulados até outubro de 2016* e 2017*

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial	A-B (Var %)
2010	2.920,3	-	-3.817,1	-	-896,8	6.737,4	-
2011	3.047,1	4,3	-6.281,4	64,6	-3.234,3	9.328,5	38,5
2012	3.024,7	-0,7	-7.060,4	12,4	-4.035,7	10.085,1	8,1
2013	2.341,9	-22,6	-6.832,9	-3,2	-4.491,0	9.174,8	-9,0
2014	2.795,5	19,4	-7.068,2	3,4	-4.272,7	9.863,7	7,5
2015	3.050,2	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,5	6.670,9	-32,4
2016	2.209,8	-27,6	-2.101,6	-42,0	108,2	4.311,4	-35,4
2016*	1.814,9	-	-1.783,3	-	31,6	3.598,1	-
2017*	2.487,4	37,1	-2.207,8	23,8	279,7	4.695,2	30,5

Fonte: MDIC

Na abertura das exportações por complexo de produtos (Tabela 16), as principais mercadorias maranhenses, em termos de valor, em ordem de maior peso foram: Alumina Calcinada com US\$ 967,2 milhões (+41,9%) e 3,1 milhões de toneladas (+4,5%); seguida do Complexo de Soja com US\$ 703,4 milhões (+84,5%) e 1,9 milhões de toneladas (+85,4%); em terceiro, a Pasta de Celulose que registrou US\$ 546,3 milhões (+17,3%) e 1,2 milhões de toneladas (+8%) e o Complexo Ferro com US\$ 163,5 milhões (-0,9%) e 483 mil toneladas (-31,8%). Juntas, essas mercadorias somam US\$ 2,4 bilhões, 95,7% do total das exportações do Maranhão.

- Os principais produtos da pauta foram extremamente favorecidos pela alta dos preços das *commodities* internacionais. Dentre eles, destaca-se: Alumina Calcinada e Minério de Ferro. Somente os produtos agrícolas não cresceram em valor exportado via aumento dos preços de venda, que se mantiveram praticamente constantes na média do ano.
- O preço médio da Alumina Calcinada, insumo para produção de Alumínio, cresceu de US\$ 230,8/mt, registrado no acumulado até outubro de 2016, para US\$ 313,6/mt (+40,2%) no mesmo período desse ano; o do Ferro Gusa, principal produto do Complexo de Ferro do Maranhão, foi de US\$ 228,6/dmtu para US\$ 338,3/dmtu (+47,9%).
- A valorização do Minério de Ferro mantém a perspectiva otimista de reestruturação das guseiras e da pelletização da Vale S/A que deverá entrar em funcionamento em 2018.
- Simultaneamente, os maiores preços para o Alumínio, pode fazer com que a ALUMAR volte a adensar sua produção, substituindo parte das exportações de Alumina Calcinada, para retomar a produção de Alumínio dentro do Estado. Esse processo tende a ser altamente benéfico ao nível de emprego e renda.

Tabela 16 - Maranhão: Principais Produtos Presentes na Pauta de Exportações de 2016 e dos períodos acumulados de janeiro até outubro de 2016* e 2017* (Valores em US\$ Milhões (FOB) e Quantidade em 1000/ton.)

Produtos	2016		2016*		2017*		Cresc (%) 2016*/2015*	
	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd
Total	2.209,8	7.317,2	1.814,9	6.012,3	2.487,4	6.927,9	37,1	15,2
Alumina Calcinada	899,0	3.751,8	681,4	2.952,5	967,2	3.084,1	41,9	4,5
Complexo Soja	381,4	1.011,6	381,2	1.011,2	703,4	1.874,7	84,5	85,4
Soja, mesmo triturada	355,1	941,6	354,9	941,1	694,3	1.847,1	95,6	96,3
Resíduos e "pellets" de soja	26,2	70,0	26,2	70,0	9,0	27,5	-65,8	-60,7
Óleo de Soja ¹	76,9	60,8	75,7	59,8	72,1	54,2	-4,7	-9,2
Pasta de Celulose	581,4	1.383,1	465,8	1.092,5	546,3	1.179,7	17,3	8,0
Complexo Ferro	203,4	896,7	165,0	708,9	163,5	483,3	-0,9	-31,8
Ferro Gusa	196,9	881,1	158,5	693,3	163,5	483,3	3,2	-30,3
Semimanufaturados de Ferro/Aço	6,5	15,6	6,5	15,6	0,0	0,0	-100,0	-100,0
Milho	22,0	131,4	19,0	114,6	41,4	274,5	118,2	139,5
Algodão Debulhado	47,4	31,3	34,5	23,2	29,2	17,5	-15,4	-24,5
Complexo Bovino e Couros	32,8	11,2	28,6	10,2	23,2	5,9	-18,8	-42,2
Boi em pé	8,9	5,5	8,9	5,5	0,0	0,0	-100,0	-100,0
Carnes Congeladas	17,2	4,2	14,0	3,5	17,5	4,1	24,8	20,0
Couros	6,3	1,4	5,4	1,2	4,8	1,5	-11,2	24,6
Outros	49,0	115,7	45,9	114,8	13,2	8,2	-71,2	-92,8

Fonte: MDIC ¹valores em US\$ mil e quantidade mil kgs

- A Pasta de Celulose também foi favorecida pela alta dos preços. A cotação média das exportações maranhenses da *commodity*, foi de US\$ 425,2/ton para US\$ 463,1/ton (+8,9%). A Suzano Papel e Celulose S/A, deverá inaugurar ainda esse ano a indústria de produção de Papel *Tissue* em Imperatriz, adensando

também a produção da cadeia. Contudo, ainda não se sabe se essa produção irá destinar-se ao mercado brasileiro ou externo e, portanto, quais seus efeitos sobre a balança comercial maranhense.

- Já para as *commodities* agrícolas, a produção maranhense cresceu substancialmente, e sob o efeito da base fraca, aumentando ainda mais as exportações do Estado para o ano corrente. O volume de Soja em Grãos exportado pelo Maranhão cresceu 96,4%, acima do complexo do produto, que registrou queda nas vendas de Resíduos e Pellets de Soja (-60,7%) e Óleo de Soja (-9,2%). Os preços da soja mantiveram-se com baixa oscilação em relação à 2016, contudo, com a quebra de produção nos Estados Unidos, espera-se recuperação para 2018.
- As expectativas para o Milho, que também manteve os preços com baixa oscilação, são igualmente positivas, no comparativo entre acumulados, as exportações da segunda maior *commodity* agrícola do Maranhão cresceram 139,5%, registrando 254,5 mil ton e US\$ 41,4%. Além disso, a substituição do destino final do Milho nos Estados Unidos, para a produção de Etanol, deverá reduzir a oferta mundial do produto básico, elevando seus preços.
- O Algodão apesar das expectativas também serem otimistas para os preços internacionais, apresentou a maior queda no valor das exportações da mercadoria, derivada da redução de oferta maranhense para o mercado internacional (-24,5%).
- Já o Complexo Bovino é o produto com maior diversificação nos preços dos produtos que o compõem. Para as Carnes, houve crescimento substancial na quantidade exportada (+20%) e o aumento relativo nos preços internacionais também favoreceu o valor que somou US\$ 17,5 milhões (+24,8%). Já quanto aos Couros, a oferta estadual também cresceu (+24,6%), contudo, os preços estão menores, e o valor das vendas caiu 11,2%.
- A valorização dos preços para a Carne decorre dos problemas na oferta internacional do produto, sobretudo, devido aos problemas sanitários no Brasil (que não incluem o Maranhão). Porém, o couro bovino não exige tanto rigor sanitário e a oferta cresceu, reduzindo o preço.
- No ano corrente, não houveram exportações de Boi em Pé no Estado, que em 2016, representava boa parte das exportações do Complexo. Esse fenômeno, acrescido do aumento da produção das demais mercadorias do Complexo, pode ilustrar resultados das políticas estaduais para desenvolvimento da cadeia de valor do couro e carne, que vem atraindo desde 2016 novas empresas no setor.¹⁸

As importações, por sua vez, cresceram pelo aumento das aquisições de Bens Intermediários, que somaram a cifra de US\$ 1,1 bilhões, valorização de 110,4% no comparativo entre acumulados de janeiro a outubro deste ano com 2016. Neste ano o peso dos Bens Intermediários (51%) na pauta de importações ultrapassou as aquisições de Combustíveis e Lubrificantes (43,2%), que historicamente representavam a maior parcela das compras internacionais do Maranhão, e registraram queda de 14,7% no comparativo. Os Bens de Capital caíram 13,3% e também registraram perdas na participação do total, atingindo 4,4%. Por fim, os Bens de Consumo, categoria de uso de menor participação (1,4%), apresentou crescimento de 66% no valor das aquisições e variação de 0,4 p.p. no peso relativo às importações totais.

- Abrindo a pauta de importações por produtos, tem-se como destaque as aquisições de Álcool/Etanol responsável pela variação positiva na categoria de Bens Intermediários no período em comparação. O produto somou US\$ 691,3 milhões (+258,2) equivalente a 8,7 milhões de barris¹⁹ (+244,7%).
- Em Combustíveis e Lubrificantes, a redução derivou da menor compra de Gasolina (-41,4%), que somou a cifra de US\$ 346,8 milhões, redução de 28,3% em relação com o período do ano anterior; e das aquisições de Diesel que caíram 12%. A elevação dos preços do petróleo serviu para amenizar o impacto das reduções quantitativas no valor importado destes produtos, que no caso do Diesel, cresceu 6,7%, somando US\$ 553,9 milhões.
- O Maranhão se situa como *hub* de importações de Álcool/Etanol e de Combustíveis e Lubrificantes. Desta forma, esse fenômeno se dá pela substituição das importações de derivados de petróleo por etanol, que deriva do funcionamento da refinaria Abreu e Lima e da redução dos custos com etanol a base de milho nos Estados Unidos.

¹⁸ Ver Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense - 2º Trimestre 2017. p.45. Disponível em: www.imesc.ma.gov.br

¹⁹ Barril americano, com volume de 158,9 litros

Tabela 17 - Maranhão: Pauta Anual das Importações por Categoria de Uso de 2016 e dos acumulados de janeiro até outubro de 2016* e 2017*, Participação do Total e Variação (Valores em FOB US\$ Milhões e Participação e Variação em %)

CATEGORIA	2016		2016*		2017*		Var % 17/16
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	
Total	2.101,6	100,0	1.783,3	100,0	2.207,8	100,0	23,8
Bens de Capital	114,7	5,5	111,0	6,2	96,3	4,4	-13,3
Bens de Capital	93,9	4,5	90,2	5,1	72,2	3,3	-20,0
Equipamentos de Transp. de Uso Ind.	20,8	1,0	20,8	1,2	24,1	1,1	15,8
Bens Intermediários	739,9	35,2	535,3	30,0	1.126,3	51,0	110,4
Insumos Industriais	714,5	34,0	515,4	28,9	1.107,2	50,1	114,8
Alimentos e Beb destinados à Ind.	21,7	1,0	16,5	0,9	16,9	0,8	2,7
Peças e Acess. Equip. De Transporte	3,7	0,2	3,4	0,2	2,2	0,1	-35,1
Bens Diversos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bens de Consumo	20,7	1,0	18,7	1,0	31,0	1,4	66,0
Bens de Consumo Duráveis	19,9	0,9	18,1	1,0	30,0	1,4	65,9
Bens de Consumo Não Duráveis	0,8	0,0	0,6	0,0	1,0	0,0	68,6
Combustíveis e Lubrificantes	1.226,2	58,3	1.118,3	62,7	954,1	43,2	-14,7

Fonte: MDIC, *acumulado de janeiro até outubro

- Voltando para a categoria de Bens Intermediários, os resultados positivos das Safras maranhenses elevaram as expectativas dos produtores locais e a demanda por fertilizantes, que cresceu 38,7% em quantidade.
- A compra de Fertilizantes no acumulado até outubro deste ano somou US\$ 217,3 milhões (+48%) e 838,8 mil toneladas. O destaque vai para o ADP que somou US\$ 105,8 milhões (+132,1%) e para o Cloreto de Potássio que registraram US\$ 75,9 milhões (+37,4%). Esses insumos supriram as quedas nas aquisições de Superfosfatos (-19,4%) e de Ureia (-10,5%).

Tabela 18 - Maranhão: Principais Produtos das Importações no período acumulado de janeiro até outubro de 2016 e 2017, Valores em US\$ Milhões, Quantidade em 1.000/ton e Var (%)

Produtos	2016*		2017*		Var. 2017*/2016*	
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor (%)	Qtd (%)
Combustíveis e Lubrificantes	1.056,40	3.549,15	954,11	2.601,53	-9,7	-26,7
Diesel	518,92	1.352,97	553,86	1.190,71	6,7	-12,0
Outras Gasolinas ¹	484,06	1.187,54	346,84	696,35	-28,3	-41,4
Hulha betuminosa	53,43	945,92	53,42	714,47	0,0	-24,5
Outros	30,15	62,73	0,00	0,00	-100,0	-100,0
Álcool/Etanol	190,19	315,13	681,28	1.086,15	258,2	244,7
Fertilizantes	146,83	604,69	217,26	838,81	48,0	38,7
ADP ²	45,60	129,98	105,86	328,27	132,1	152,6
Cloretos de Potássio	55,27	257,68	75,93	329,55	37,4	27,9
Superfosfatos	29,51	148,02	22,10	119,25	-25,1	-19,4
Ureia	16,45	69,00	13,38	61,74	-18,7	-10,5
Outros Produtos	309,41	1.292,02	355,12	1.512,87	14,8	17,1
Total Importado	1.702,83	5.760,99	2.207,77	6.039,36	29,7	4,8

Fonte: MDIC, ¹Gasolinas para abastecimento de postos e Pastas Térmicas; exceto para aviação. ²Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio

A projeção é que a Balança Comercial Maranhense em 2017 encerre o ano com superávit, não obstante a aceleração das importações frente ao crescimento das exportações. Este movimento deverá continuar até no primeiro semestre de 2018.

- O crescimento das importações deverá se dar via recuperação dos preços do petróleo e retomada do crescimento econômico, com demanda por fertilizantes aquecida. Os preços do Etanol devem cair, tendo em vista a maior expectativa de produção nos EUA, de tal forma, o valor das importações do produto dependerá do crescimento da demanda em relação ao preço. Por outro lado, os Combustíveis e Lubrificantes derivados de petróleo deverão apresentar maior valor importado, tendo em vista a retomada da pelletização da Vale S/A²⁰ e a estimativa de preços futuros da *commodity*.
- A desaceleração do crescimento das exportações deriva da base de produção agrícola que está em patamar extremamente elevado e que não deverá manter o mesmo ritmo de crescimento em 2018. Além disso, a demanda mundial por Soja e Milho está suprida. A redução da oferta em alguns países poderá favorecer os preços e, dependendo do tamanho, a produção local.
- Desta forma, espera-se que em 2018 o superávit comercial maranhense seja menor do que o registrado em

²⁰ Ver Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense - 3º Trimestre 2017. p.54. Disponível em: www.imesc.ma.gov.br

2017. As expectativas, contudo, são benéficas no sentido de maior diversificação da produção, tendo em vista os incentivos às cadeias produtivas de Carne e Couro e o início da produção de papel *Tissue*, que deverá aquecer a demanda estadual.

O aquecimento da demanda estadual poderá desencadear maiores importações de Bens de Consumo e de Bens Intermediários, que acoplado ao crescimento nas aquisições de petróleo, seus derivados e do Álcool/Etanol impactam no crescimento das arrecadações estaduais com Impostos sobre Importações.

3.3. Mercado de Trabalho

No acumulado de 2017, as admissões superaram as demissões em 2.309 empregos no Maranhão. Considerando as declarações fora do prazo, o resultado positivo dos últimos seis meses possibilitou uma inversão do emprego formal no Estado, retirando-o de um quadro de deterioração para um cenário de recuperação. Taxa de desocupação registrou segundo recuo consecutivo em 2017, sinalizando uma trajetória de recuperação do emprego

Segundo dados do CAGED, o Maranhão registrou a abertura de 2.309 vagas entre janeiro a outubro de 2017, sinalizando um cenário de recuperação gradual do emprego formal, em relação aos dois últimos anos. Considerando os setores, a abertura de postos de trabalho foi puxada pelos Serviços (+2,9 mil) e Construção Civil (+1,6 mil). Por outro lado, o Comércio Varejista (-2,1 mil) configura-se no subsetor com maior desmobilização de mão de obra formal.

De acordo com os dados da PNAD Contínua, a taxa de desocupação no Maranhão corresponde a 14,4% das pessoas na força de trabalho, tendo retrocedido 0,21 p.p. em relação ao segundo trimestre de 2017. Por sua vez, o número de ocupados cresceu 3,3% na mesma base de comparação, o correspondente a aproximadamente 75 mil trabalhadores. Desse contingente, 23 mil concentraram-se na Construção, sendo 8,2 mil trabalhadores no setor privado com carteira de trabalho assinada, principalmente na Construção de Edifícios. No que se refere à massa de rendimentos reais da população ocupada no Maranhão em 2017, observou-se aumento de 4,2% em relação ao trimestre anterior. Tal desempenho foi impulsionado pela alta do número de pessoas ocupadas no Maranhão, na mesma base de comparação (+3,3%).

Dentre as Unidades da Federação que compõem a Região Nordeste, Alagoas foi o Estado com o melhor saldo de emprego da Região em outubro de 2017, com geração de 16 mil empregos líquidos e o Maranhão ocupou a sexta posição, com o registo de 932 postos de trabalho. Destaca-se que no nível nacional, o Maranhão obteve a décima terceira posição entre as unidades da federação, considerando o *ranking* do saldo de empregos em ordem decrescente. (Tabela 19)

O Maranhão registrou, em outubro de 2017, a criação de 932 vagas de empregos formais (descontadas as demissões), marcando o melhor saldo para o mês desde 2013, quando foram abertos 3,5 mil postos de trabalho. Na comparação com outubro de 2016, houve um aumento de 1.342 postos de trabalho, em virtude da atenuação registrada nos setores Indústria de Transformação (variação positiva de 641) e Construção Civil (variação positiva de 528 vagas).

Tabela 19 - Nordeste: Geração de Emprego formal, Acumulado de Janeiro à Outubro de 2016 e 2017; Saldo Mensal e Variação Absoluta

Localidade	2016*	2017*	out/16 (a)	out/17 (b)	Var. absoluta (b-a)
Nordeste	-168.536	11.809	-7.315	37.801	45.116
1º Alagoas	-10.071	-9.362	5.832	16.393	10.561
2º Pernambuco	-30.014	-145	-3.549	8.718	12.267
3º Sergipe	-12.719	-377	1.932	5.491	3.559
4º Ceará	-29.459	-869	-2.136	2.918	5.054
5º Piauí	-10.343	5.460	-1.797	1.614	3.411
6º Maranhão	-9.917	2.309	-410	932	1.342
7º Paraíba	-7.352	-2.926	-850	914	1.764
8º Rio Grande do Norte	-11.501	3.491	-736	857	1.593
9º Bahia	-47.160	14.228	-5.601	-36	5.565

Fonte: CAGED, com ajustes até setembro

Os setores que mais contribuíram para o resultado de outubro foram: Comércio (+688), em especial as atividades ligadas ao varejo, com destaque para Mercadorias em Geral, sem Predominância de Produtos Alimentícios (+104), Artigos do Vestuário e Acessórios (+103) e Calçados e Artigos de Viagem (+75); Agropecuária (+574) concentrada, principalmente, na atividade Cultivo de Soja (+301); e a Construção Civil (+235), com destaque para as atividades de Construção de Edifícios (+219).

- Vale destacar ainda na referência mensal, a performance positiva dos setores da Construção Civil e dos Serviços, registrando a criação de 235 e 224 empregos celetistas, respectivamente. Com o resultado positivo do mês de outubro, os setores já assinalam o sétimo mês consecutivo de geração de emprego formal.

No acumulado de 2017, foram registradas 2,3 mil contratações líquidas no Maranhão. O resultado marca uma diferença positiva de 12,2 mil empregos em relação ao mesmo período de 2016. Considerando as declarações fora do prazo para os meses anteriores, observa-se que o Estado apresenta o sexto resultado positivo consecutivo do ano, possibilitando uma inversão do emprego formal no Estado, retirando-o de um quadro de deterioração para um cenário de recuperação.

- No que tange ao recorte setorial, seis dentre os oito setores de atividade registraram desempenho positivo. A abertura de postos de trabalho foi puxada pelos Serviços (+2,9 mil) e Construção Civil (+1,6 mil). Por outro lado, o Comércio Varejista (-2,1 mil) configura-se no subsetor com maior desmobilização de mão de obra formal.
- Em se tratando dos Serviços, o resultado deve-se, principalmente, ao comportamento observado nos segmentos de Serviços Médicos e Odontológicos (+1,7 mil) e Ensino (+969), o qual inverteu a posição de setor que repeliu empregos, para a atração de postos de trabalho em 2017.
- No que se refere a Construção Civil (+1,6 mil), a atividade Construção de Edifícios (+2,3 mil) protagonizou a abertura de postos de trabalho, com variação absoluta positiva de 5 mil no saldo. Já as Obras de Infraestrutura registraram 723 demissões líquidas em 2017, sinalizando atenuação na eliminação de postos em relação ao mesmo período de 2016, que marcava 5,5 mil demissões na época.

Tabela 20 - Maranhão: Geração de Emprego Formal de 2016 a 2017, Segundo Subsetores de Atividade; Saldo Mensal e Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Saldo anual	Saldo Acumulado*		Saldo outubro		Variação absoluta (b-a)
	2016	2016 (a)	2017 (b)	2016	2017	
Total	-17.685	-9.917	2.309	-410	932	12.226
Extrativa mineral	-97	-32	-141	7	-23	-109
Ind. de Transformação	-2.364	-1.691	-1.394	-1.442	-801	297
Ind. de prod. minerais não metálicos	-1.030	-921	-624	-53	-8	297
Ind. metalúrgica	-376	-267	-79	25	136	188
Ind. mecânica	315	169	213	17	-119	44
Ind. do material elétrico e de comunicações	-21	19	-40	-12	7	-59
Ind. do material de transporte	-31	-13	-28	4	-3	-15
Ind. da madeira e do mobiliário	-250	-224	-196	-11	14	28
Ind. do papel, papelão, editorial e gráfica	0	20	-43	-5	10	-63
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, outros	14	33	-27	-2	7	-60
Ind. química de prod. farm., vet.	-411	61	-475	-558	-815	-536
Ind. têxtil do vestuário e tecidos	-118	-92	-6	-14	21	86
Ind. de calçados	-1	-1	5	0	0	6
Ind. de alimentos e bebidas	-455	-475	-94	-833	-51	381
SIUP ¹	-360	-165	108	-1	18	273
Construção civil	-12.188	-8.918	1.635	-293	235	10.553
Construção de edifícios	-4.620	-2.710	2.322	192	219	5.032
Obras de infraestrutura	-6.828	-5.494	-723	-628	-83	4.771
Serviços espec. para construção	-740	-714	36	143	99	750
Comércio	-2.278	-2.970	-2.133	449	688	837
Comércio varejista	-2.409	-3.077	-1.950	403	583	1.127
Comércio atacadista	131	107	-183	46	105	-290
Serviços	-372	3.335	2.916	331	224	-419
Inst. de crédito, seg.	-172	-9	-75	-7	-1	-66
Com. e adm. de imóveis, valores	875	1.857	-611	599	-72	-2.468
Transportes e comunicações	-786	-247	698	2	15	945
Alojamento, alimentação, etc.	-2.091	-258	202	-160	156	460
Serv. médicos, odont. e vet.	2.090	1.743	1.733	-92	108	-10
Ensino	-288	249	969	-11	18	720
Administração pública	211	275	85	6	17	-190
Agropecuária	-237	249	1.233	533	574	984

Fonte: CAGED. *Acumulado de janeiro a outubro, com ajustes até setembro

- Em relação ao setor Comércio (-2,1 mil), mesmo sendo o setor que mais demitiu em 2017, nota-se uma queda em relação ao acumulado de janeiro a outubro de 2016 (-2,9 mil). Destaca-se a atividade Comércio Varejista em Hipermercados e Supermercados (-1,5 mil) como a responsável pela maior eliminação postos de trabalho no setor.

3.3.1. Municipal

São Luís registra pela primeira vez saldo positivo no acumulado de 2017, com contribuição principalmente do setor de Serviços. Por outro lado, o setor Comércio segue aprofundando as demissões líquidas na maioria dos municípios maranhenses

A Tabela 21 apresenta a geração de empregos nos municípios maranhenses, por setor de atividades no acumulado de 2017. Dentre os municípios que mais geraram empregos formais, estão Campestre do Maranhão (+1,3 mil), Balsas (+697), São Luís (+591), Paço do Lumiar (+517) e Imperatriz (+493).

- As atividades ligadas à Agropecuária, contribuíram para a geração de empregos formais nos municípios Campestre do Maranhão e Balsas. No primeiro município, o bom desempenho no setor Agropecuário, pauta-se no Cultivo de Cana-de-Açúcar (+1 mil). Já em Balsas, os segmentos Cultivo de Soja (+203) e Cultivo de Algodão Herbáceo (+116) foram destaque na criação de emprego formal.
- O setor de Serviços foi preponderante para o saldo positivo nos municípios São Luís (+1,2 mil) e Paço do Lumiar (+216), em especial nos segmentos Atividades de Apoio à Gestão de Saúde (+1,2 mil) e Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais (+163), respectivamente. Com o resultado, a capital do Estado passou a integrar, pela primeira vez neste ano, a parte superior da tabela, onde estão os municípios com maiores saldos no período. Destaca-se também o bom desempenho do setor no município São José Ribamar (+412), com destaque para as atividades de Locação de Mão de Obra Temporária (+168) e Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros (+189).

- Em Imperatriz, o setor da Construção Civil (+1,1 mil) foi destaque na abertura de vagas no acumulado de 2017, em especial na Construção de Edifícios que registrou 869 trabalhadores com carteira assinada.

No outro extremo, com maiores saldos negativos no acumulado, destacam-se: Açailândia (-1,1 mil), Vila Nova dos Martírios (-836), São Raimundo das Mangabeiras (-466), Santa Inês (-379) e Codó (-144).

- Em Açailândia, as demissões líquidas sofreram influência principalmente do setor da Agropecuária (-881), com predominância na atividade Atividades de Apoio à Produção Florestal que fechou 784 postos de trabalho.

Tabela 21 - Maranhão: Saldo de Empregos Celetistas por Município, Segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratações no Acumulado de Janeiro até Outubro de 2017 com ajustes até setembro.

Ordem	Município	Extrativa Mineral	Indústria Transf.	SIUP ¹	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
	Total	-141	-1.394	108	1.635	-2.133	2.916	85	1.233	2.309
1º	Campestre do Maranhão	0	200	0	0	6	75	0	1.046	1.327
2º	Balsas	-16	33	17	63	-13	200	0	413	697
3º	São Luís	-29	-311	-28	1.353	-1.665	1.230	99	-58	591
4º	Paco do Lumiar	0	0	126	60	70	216	0	45	517
5º	Imperatriz	-32	46	-6	1.084	-791	193	-6	5	493
6º	São José de Ribamar	0	-32	18	-23	5	412	0	7	387
7º	Grajaú	3	15	-1	-24	18	41	0	232	284
8º	Tasso Fragoso	0	-1	0	0	8	4	0	172	183
9º	Timon	4	-59	-10	23	134	83	0	2	177
10º	Barreirinhas	0	3	0	18	49	87	0	0	157
208º	Dom Pedro	0	-16	0	-1	-49	-18	0	0	-84
209º	Paulino Neves	0	-2	0	-96	3	6	0	2	-87
210º	Caxias	0	-45	2	-63	15	9	0	-12	-94
211º	Coelho Neto	0	-9	-1	0	11	8	0	-108	-99
212º	Itapecuru Mirim	0	-3	-4	6	-34	-35	0	-35	-105
213º	Codó	-39	-148	0	-6	47	-12	0	14	-144
214º	Santa Inês	0	-3	0	-366	-23	20	0	-7	-379
215º	São Raimundo das Mangabeiras	0	-737	0	-1	13	10	0	249	-466
216º	Vila Nova dos Martírios	0	10	0	-626	-3	2	0	-219	-836
217º	Açailândia	0	-154	2	73	-206	-17	0	-881	-1.183

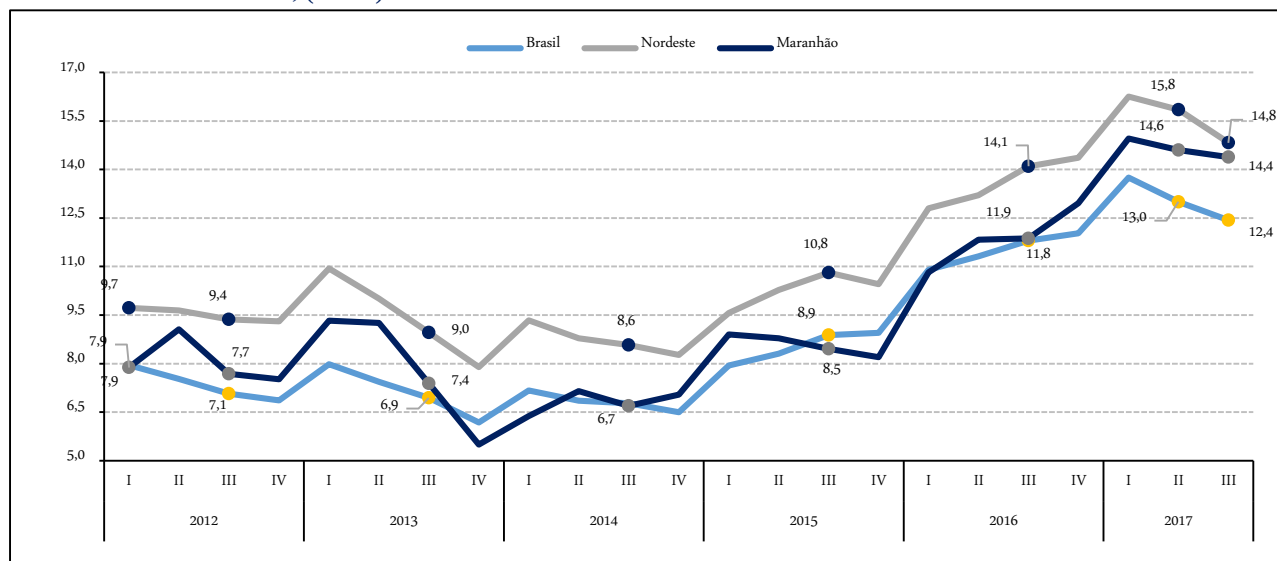
Fonte MTE

- Em Vila Nova dos Martírios (-626) e Santa Inês (-366), o setor da Construção Civil foi principal responsável nas demissões líquidas, predominantemente nos segmentos Construção de Obras de Arte Especiais (-626) e Construção de Rodovias e Ferrovias (-494), respectivamente.
- Por fim, nos municípios São Raimundo das Mangabeiras (-737) e Codó (-148), as demissões líquidas mais expressivas foram verificadas no setor da Indústria de Transformação, com predominância nas atividades de Fabricação de Alcool (-623) e Fabricação de Cimento (-148), respectivamente.

Taxa de desocupação do Maranhão acompanha tendência nacional de queda, embora apresente o quarto maior registro do Nordeste

- Os dados da PNADc trimestral revelam que a taxa de desocupação no Estado apresentou a segunda queda trimestral consecutiva (0,2 p.p), em comportamento semelhante ao plano regional e nacional, no terceiro trimestre de 2017. Por outro lado, na comparação interanual verifica-se um crescimento de 2,5 p.p, superior, portanto, ao observado no plano regional (+0,7 p.p) e no nacional (+0,6 p.p), na mesma base de comparação. (Gráfico 18)

Gráfico 18 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de Desocupação das Pessoas na Força de Trabalho, por Trimestres de 2012 a 2017, (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

O Estado do Maranhão registrou aumento de 3,3% no número de ocupados no terceiro trimestre de 2017, em relação ao trimestre anterior, com predominância do grupamento Construção

No Maranhão foram registrados cerca de 2,374 milhões de ocupados no segundo trimestre de 2017, apontando aumento de 75 mil ocupados na comparação com o trimestre anterior e 6 mil, na comparação interanual. O crescimento de 3,3% do número de ocupados, na referência interanual, é superior ao registrado no plano nacional (1,6%).

Observa-se que no terceiro trimestre de 2017, considerando a abertura por grupamento de atividade, os maiores destaques do resultado contra o trimestre anterior foram a Construção Civil (+23 mil), o Comércio (+19 mil) e a Indústria (+15 mil). Em contraponto, alguns segmentos dos Serviços registraram redução no número de ocupados no Estado, com predominância na atividade Alojamento e Alimentação (-3 mil). Por outro lado, a Administração Pública, Educação e Saúde apresentou a maior variação positiva com aumento de 11 mil ocupados (Tabela 22).

- O aumento de ocupados na Construção (+23 mil) está concentrada no segmento de Construção de Edifícios (+16 mil), que é afetada diretamente pelas obras dos conjuntos habitacionais na capital, concedidas pelo Governo Estadual e Federal²¹.
- No Comércio, o aumento de 19 mil trabalhadores foi proveniente das atividades de Artigos do Vestuário, Complementos, Calçados e Artigos de Viagem (+4,3 mil), Eletrodomésticos, Móveis e Outros Artigos de Residência (+3,5 mil) e Comércio de Veículos Automotores (+3,4 mil).
- O resultado positivo do setor da Indústria (+15 mil), se deve pelo aumento de ocupados oriundos dos segmentos Fabricação de Móveis (+5,4 mil) e Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica (+4,1 mil).
- Em relação ao aumento de ocupados na Administração Pública, educação e saúde (+11 mil), observa-se que as atividades responsáveis pelo resultado estão ligadas principalmente nas seções de Educação e Saúde, especificamente nos segmentos Educação superior (+8,9 mil) e Atividades de atendimento hospitalar (+3,7 mil), respectivamente.

²¹ As obras são oriundas do Fundo de Arrendamento Residencial do Governo Federal, por meio da Caixa Econômica, e de contrapartida do Governo do Estado. Com investimentos de cerca de R\$ 100 milhões, os conjuntos habitacionais Jomar Moraes, no Sítio Piranhenga, e José Chagas, na Ilhinha, abrigarão 1.104 e 256 famílias, respectivamente, que moravam em condições inapropriadas na cidade.

Tabela 22 - Maranhão: Número de Ocupados, segundo os Grupamentos de Atividade, de 2014 a 2017, em mil Pessoas, Variação Absoluta

Grupamentos de Atividade	4º trimestre		2016		2017		Var. Absoluta (c-b)	Var. Absoluta (c-a)
	2014	2015	III Tri (a)	IV Tri*	II Tri (b)	III Tri (c)		
Total	2.627	2.630	2.368	2.364	2.299	2.374	75	6
Agropecuária	658	676	469	477	434	445	11	-24
Indústria	178	156	157	145	140	155	15	-2
Indústria de transformação	146	126	126	116	116	119	3	-7
Construção	256	269	231	237	188	211	23	-20
Comércio, reparação de veículos	548	533	510	547	516	535	19	25
Serviços e Administração Pública	985	994	1.001	958	1.021	1.029	8	28
Transporte, armazenagem e correio	92	91	98	93	92	91	-1	-7
Alojamento e alimentação	86	103	115	119	124	121	-3	6
Inf., com., ativ. fin., imob. e adm.	122	104	103	92	111	109	-2	6
Outros serviços	86	97	104	97	99	97	-2	-7
Serviços domésticos	159	159	142	148	142	147	5	5
Adm. púb., educação e saúde	440	440	439	409	453	464	11	25
Atividades mal definidas	1	1	0	0	0	0	0	0

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE *O quarto trimestre consiste no total de ocupados do ano

A Tabela 23 ilustra a distribuição do número de ocupados, segundo a posição na ocupação e categorias de emprego no Maranhão. Nota-se que o aumento de 75 mil pessoas ocupadas no Estado, em relação ao trimestre anterior é decorrente da forte mobilização da categoria dos ocupados na condição de Conta Própria (+24 mil) e Empregados com CLT Privados (+20 mil). Em contrapartida, considerando as três categorias de emprego no setor público (Empregado no Setor Público com Carteira de Trabalho Assinada, Sem Carteira e “Militares e Servidores Públicos Estatutários”), registrou-se um aumento de 16 mil pessoas ocupadas em relação ao 2º trimestre de 2017.

A abertura por microdados da PNADc, revela que houve mobilização de trabalhadores conta própria ligados as atividades agropecuárias, com destaque para o Cultivo de Mandioca (+8,7 mil) e Pesca (+6,2 mil). Já na categoria empregados com CLT privados, o setor com maior aumento nesta categoria foi a Construção Civil (+8,3 mil), especialmente na atividade de Construção de Edifícios (+6,8 mil).

No âmbito do setor público, a categoria dos empregados sem carteira (basicamente composta por cargos comissionados) apresentou crescimento de 12,8 mil trabalhadores, do qual 5,2 mil ocorreram na atividade “Pré-escola e Ensino Fundamental”, comumente sob a responsabilidade das prefeituras municipais. Soma-se a isso, o aumento da ocupação na esfera pública da categoria Militar e Servidor Estatutário (+6,1mil), com predominância nas atividades Educação Superior (+7,1 mil) e Atividades de Atendimento Hospitalar (+4,1 mil).

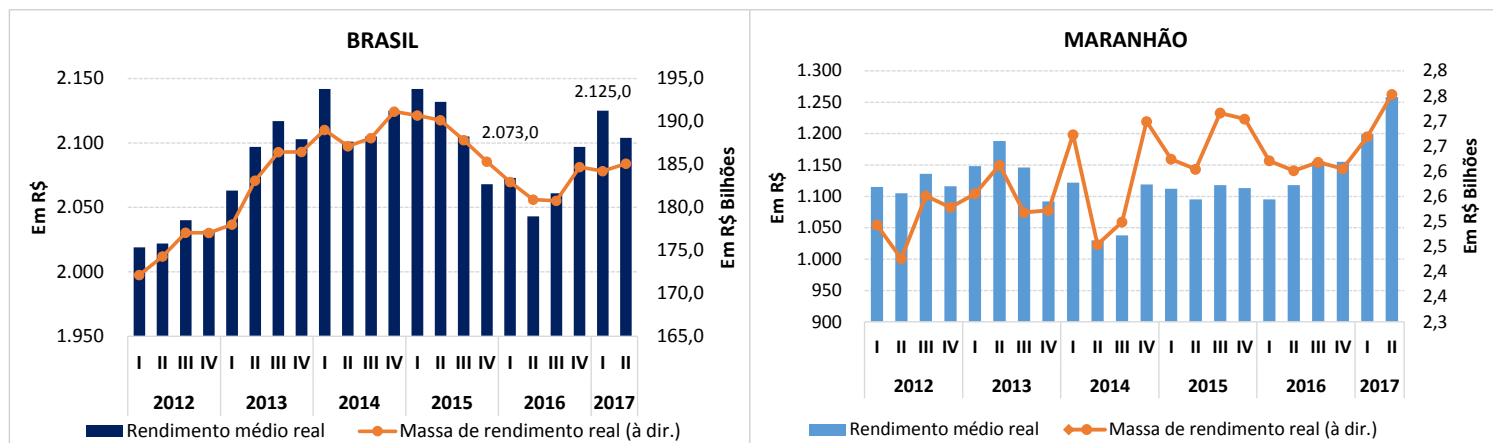
Tabela 23 - Maranhão: Ocupados por Posições na Ocupação, Categorias de Emprego e Taxa de Crescimento (%) de 2014 a 2017*

Posição na ocupação	2014	2015	2016		2017		V. abs. (c-b)	V. abs. (c-a)
			3º tri (a)	4º tri	2º tri (b)	3º tri (c)		
Total da ocupação (Em mil)	2.627	2.630	2.368	2.364	2.299	2.374	75	6
Empregados c/ CLT privados	504	450	434	425	424	444	20	10
Empregados e Servidores públicos	385	377	367	341	378	394	16	27
Trabalhadores s/ Carteira	466	497	517	503	530	537	7	20
No setor privado, exclusive os trab. Domésticos	326	359	395	377	406	407	1	12
Trabalhador doméstico	140	138	122	126	124	130	6	8
Conta Própria	1.073	1.128	899	931	797	821	24	-78
Trabalhador Aux. Familiar	153	141	103	108	109	112	3	9
Empregadores	47	37	48	56	62	66	4	18

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Em relação ao rendimento real médio da população ocupada, que marcou R\$ 1.271,0, o Maranhão obteve aumento expressivo de 8,8% no terceiro trimestre de 2017, em relação ao mesmo período do ano anterior. A massa de rendimentos reais atingiu o maior valor da série, ao registrar o montante estimado de R\$ 2,871 bilhões. Dessa forma, houve aumento de 4,2% contra o trimestre anterior.

Gráfico 19 - Brasil e Maranhão: Rendimento Médio Real (Em R\$) de todos os Trabalhos e Massa Real de Rendimentos (R\$ bilhões) - 1º Tri/2012 ao 3º Tri/2017, inflacionados pelo IPCA a Preços de ago/17



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

A desagregação dos dados mostra que o grupamento Serviços liderou a contribuição sobre a massa de rendimentos, com destaque para a atividade Educação Superior, que apresentou aumento real de R\$ 87,3 milhões em relação ao 2º trimestre do ano.

3.4. Finanças Públicas

3.4.1. Receitas Estaduais

Desempenho da arrecadação de receitas próprias assegura o desempenho favorável da Arrecadação Total do Estado, que até outubro registra crescimento real de 1,3%, compensando o contínuo decréscimo das Receitas de Capital

A Receita Total do Estado do Maranhão no acumulado do ano até o mês de outubro alcançou cifra de R\$ 13,4 bilhões, avanço real de 1,3% (+178,2 milhões) frente ao mesmo período do ano passado, quando o total arrecadado alcançou R\$ 13,2 bilhões, tendo sido revertido o ritmo de queda do montante arrecadado observado até o 2º quadrimestre do ano.

O ritmo de crescimento da arrecadação dos principais componentes da Receita Tributária favorece a dinâmica da arrecadação total: Imposto sobre circulação de mercadorias e Serviços-ICMS e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA registraram saldos positivos em termos absolutos de R\$ 168,5 milhões e R\$ 23,2 milhões, respectivamente, o equivalente a taxas de crescimento real de 3,8% e 7,5%, sempre respectivamente, no comparativo entre janeiro a outubro de 2016 e janeiro a outubro de 2017.

As Transferências Correntes apresentaram em seu conjunto aumento de R\$ 216,6 milhões (+3,3%). O crescimento da arrecadação nacional em Imposto de Renda- IR e Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI (+4,7% e +6,3%, respectivamente, no acumulado até outubro, desconsiderando a receita proveniente da repatriação de recursos até o referido mês em 2016 sem contrapartida em 2017) explicam o aumento das transferências no Fundo de Participação do Estado - FPE, visto que esses impostos constituem a base de composição²² desse tipo de transferência.

- Dentre os outros componentes com peso significativo nas transferências da União ao Estado, Saúde-SUS Fundo a Fundo, apresentou crescimento real de 3,9% (R\$ +13,6 milhões) e, na contramão, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB registrou queda real de 1,0% (R\$ -10,7 milhões).
- Uma análise dos componentes da rubrica Receitas de Capital mostra que a não realização, até outubro de 2017, de novos aportes em Operações de Crédito Externas (BID/PROFISCO) e a queda das Operações de Crédito Internas (BB/BNDES/GOV. DO ESTADO), decrescendo de R\$ 470,8 milhões em 2016 a 272,4 milhões em 2017, surtiram efeito negativo sobre o resultado desse agregado. A entrada de R\$ 88,8 milhões

²² O montante transferido em FPE corresponde a 21,5% da arrecadação líquida de IR e IPI, deduzidos 20% do FUNDEB.

em parcela de crédito junto à Caixa Econômica Federal em setembro de 2017 foi fator de alívio ao resultado do agregado.

- De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional, considerando todas as unidades da federação desde o ano de 2014, as receitas provenientes de operações de crédito são decrescentes, embora ainda em montantes elevados. Isso se dá em razão da maturação das operações de crédito incluídas nos Programas de Ajuste Fiscal - PAF até 2012.

Na comparação interanual, a Receita Total do Estado apresentou crescimento real de 9,3% (R\$ +178,2 milhões), passando de R\$ 1,1 bilhões em outubro de 2016 para R\$ 1,2 bilhões no mesmo mês de 2017. O saldo positivo do montante em Receitas de Capital (R\$ +15,3 milhões) deu-se em razão de parcela de Operação de Crédito Interna (BB/BNDES/GOV. DO ESTADO) no valor de R\$ 23,7 milhões, que compensou o decréscimo de rubricas de menor peso no agregado: a variação absoluta da soma de Transferências de Capital, Outras Receitas de Capital e Alienação de Bens + Amortização de Empréstimos foi negativa em R\$ 8,3 milhões.

O desempenho da arrecadação tributária, notadamente desde o exercício de 2016, é fator determinante do equilíbrio das contas estaduais tendo em vista que as perspectivas de Transferências Correntes, que constituem 50% das Receitas Correntes, são de estagnação em meio à crise econômica.

Tabela 24 - Maranhão: Receitas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA), Cresc. (%) e Variação Absoluta - 2016*, 2017*, out/16 e out/17

DESCRIÇÃO	Acum. do Ano		Outubro		Crescimento (%)		Var. Absoluta	
	2016 (a)	2017 (b)	2016 (c)	2017 (d)	(b)/(a)	(d)/(c)	(b)-(a)	(d)-(c)
RECEITA TOTAL	13.220,5	13.398,6	1.163,9	1.272,4	1,3	9,3	178,2	108,5
1. RECEITAS CORRENTES	13.824,4	14.233,9	1.271,7	1.357,9	3,0	6,8	409,5	86,2
1.1 RECEITA TRIBUTÁRIA	6.041,1	6.271,2	574,9	620,3	3,8	7,9	230,0	45,5
ICMS	5.019,6	5.188,1	509,8	536,6	3,4	5,2	168,5	26,7
IPVA	310,2	333,4	2,9	3,3	7,5	13,4	23,2	0,4
IR	452,9	475,0	42,5	59,0	4,9	38,7	22,2	16,5
TAXAS	248,2	262,6	18,6	20,5	5,8	10,2	14,4	1,9
Outras Receitas Correntes	10,3	12,0	1,0	0,9	16,8	-2,0	1,7	0,0
1.2 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	451,0	432,3	15,4	48,0	-4,1	211,9	-18,6	32,6
1.3 RECEITA DE SERVIÇOS	236,8	249,3	32,0	27,8	5,3	-13,3	12,5	-4,3
1.4 RECEITA PATRIMONIAL	337,7	242,3	29,1	14,9	-28,3	-48,7	-95,4	-14,2
1.5 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.529,6	6.746,2	596,1	615,8	3,3	3,3	216,6	19,7
FPE	4.780,4	4.987,0	442,3	440,6	4,3	-0,4	206,6	-1,7
SAÚDE-SUS FUNDO A FUNDO	345,9	359,4	35,9	41,3	3,9	15,0	13,6	5,4
Fundeb	1.102,9	1.092,2	95,2	99,1	-1,0	4,2	-10,7	4,0
Outras Transferências Correntes	300,5	307,5	22,7	34,7	2,4	52,9	7,1	12,0
1.6 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228,2	292,7	24,3	31,2	28,3	28,2	64,5	6,9
2. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	436,7	497,7	48,5	57,9	14,0	19,4	61,0	9,4
3. RECEITAS DE CAPITAL	693,3	474,5	9,8	25,1	-31,6	157,1	-218,9	15,3
3.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	484,1	361,2	0,0	23,7	-25,4	-	-122,8	23,7
3.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	102,0	14,0	8,7	1,3	-86,3	-84,6	-88,0	-7,4
3.5 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	106,1	98,9	0,9	0,1	-6,8	-90,9	-7,2	-0,8
3.6 Alie. de bens + amort. de empres.	1,1	0,3	0,1	0,0	-71,3	-93,4	-0,8	-0,1
4. DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.734,0	-1.807,4	-166,1	-168,5	4,2	1,5	-73,4	-2,4

Fonte: Seplan/MA *Acumulado do ano até outubro. Obs.: Todas as fontes

Na análise por setor de atividade (Tabela 25), verifica-se que o comportamento do ICMS, que sozinho representou 35% das Receitas Correntes em 2016, foi puxado sobretudo pelo setor secundário (R\$ + 187,9 milhões, +9,8%) que constitui o setor econômico com maior participação na arrecadação, onde as contribuições mais significativas se deram nos grupos de atividade econômica de Combustível, da Indústria de Transformação e de Outras Indústrias. Na contramão, a menor arrecadação com Geração de Energia Elétrica e com atividades ligadas a Indústria Extrativa contribuíram negativamente com o agregado. Dentre as atividades que compõem a Indústria Extrativa, destacam-se: *Extração de granito e beneficiamento associado* (-R\$ 686,3m mil) e *Extração de Areia, Cascalho ou Pedregulho* (-R\$ 965,6 mil) como as atividades que registraram as maiores quedas na arrecadação; e elevação de 68,1% (+R\$ 147,1 mil) do arrecadado com *Pelotização, Sintetização e Outros Beneficiamentos de Minério de Ferro*, efeito do aumento do preço do minério.

- Na abertura do grupo de atividade da Indústria de transformação, com o melhor segundo melhor saldo positivo no setor secundário, destaca-se: Fabricação de cervejas e chopes (R\$+51milhões); Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários (R\$ +7,3 milhões); Fabricação de med. alopatícos para uso humano (R\$ +7,5 milhões).
- A elevação da alíquota incidente sobre Álcool e Gasolina, que passou de 25% para 26%, e o aumento do consumo propiciou no período de janeiro a outubro crescimento real de 10,5% da arrecadação do ICMS (+R\$ 128,8 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 25 - Maranhão: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade Econômica: Valores Constantes em R\$ Milhões, Part. %, cresc. e var. Absoluta - 2016*, 2017*, out/16 e out/17

SETOR ECONÔMICO	GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Acum. do Ano		Outubro		Participação				Cresc. (%)		Var. Absoluta	
		2016* (a)	2017* (b)	2016 (c)	2017 (d)	2016* (e)	2017* (f)	(c)	(d)	(b)/ (a)	(d)/ (c)	(b)- (a)	(d)-(c)
PRIMÁRIO	Agricultura	5,4	9,0	0,7	1,4	0,1	0,2	0,1	0,2	67,0	101,3	3,6	0,7
	Pecuária	27,0	32,2	2,7	3,7	0,5	0,6	0,5	0,6	19,3	35,0	5,2	1,0
	Pesca e aquicultura	0,4	0,8	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	127,3	115,5	0,5	0,0
	Produção florestal	4,9	6,2	1,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	27,9	-92,6	1,4	-1,0
	Primário	37,7	48,3	4,5	5,2	0,7	0,8	0,8	0,9	28,3	16,0	10,7	0,7
SECUNDÁRIO	Combustível	1.221,5	1.350,3	169,8	140,0	21,3	23,0	30,4	23,4	10,5	-17,5	128,8	-29,8
	Energia elétrica	25,7	9,9	1,1	2,0	0,4	0,2	0,2	0,3	-61,7	87,6	-15,9	1,0
	Ind. de transformação	655,0	732,5	72,3	79,8	11,4	12,5	12,9	13,3	11,8	10,3	77,4	7,4
	Indústria extrativista	11,1	8,3	1,2	1,1	0,2	0,1	0,2	0,2	-25,4	-3,2	-2,8	0,0
	Indústrias - outras	0,6	1,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	67,9	-32,2	0,4	0,0
	Secundário	1.913,9	2.101,8	244,5	223,1	33,3	35,9	43,7	37,3	9,8	-8,8	187,9	-21,5
TERCIÁRIO	Combustível	438,9	207,7	10,6	26,1	7,6	3,5	1,9	4,4	-52,7	147,4	-231,2	15,6
	Comércio atacadista	805,3	846,5	81,2	89,4	14,0	14,4	14,5	15,0	5,1	10,0	41,1	8,1
	Comércio varejista	691,4	778,8	69,6	80,9	12,0	13,3	12,4	13,5	12,7	16,3	87,5	11,3
	Energia elétrica	465,2	530,4	51,1	68,8	8,1	9,0	9,1	11,5	14,0	34,6	65,3	17,7
	Outros serviços	59,2	65,5	6,1	7,8	1,0	1,1	1,1	1,3	10,6	29,0	6,3	1,8
	Serv. de comunicação	388,6	341,0	37,5	32,4	6,8	5,8	6,7	5,4	-12,2	-13,6	-47,6	-5,1
	Serviços de transporte	195,2	175,7	14,5	19,7	3,4	3,0	2,6	3,3	-10,0	36,0	-19,6	5,2
	Terciário	3.043,9	2.945,6	270,5	325,1	53,0	50,2	48,4	54,4	-3,2	20,2	-98,3	54,6
Não classificados		746,9	766,2	39,5	44,5	13,0	13,1	7,1	7,4	2,6	12,5	19,3	4,9
Total		5.742,4	5.862,0	559,1	597,9	100,0	100,0	100,0	100,0	2,1	6,9	119,6	38,8

Fonte: SEFAZ/MA *Acumulado do ano até outubro

- As atividades que compõem a Pecuária e Agricultura juntas representam 85% do total arrecado no setor primário que no comparativo do acumulado do ano registrou elevação real de 28,3% (+R\$10,7 milhões). Na abertura do grupo de atividade Agricultura, as atividades que obtiveram os maiores saldos positivos em termos absolutos no comparativo do acumulado do ano foram Cultivo de Soja (+R\$ 1,9 milhões) e Cultivo de Arroz (+R\$ 572,8 mil).
- A arrecadação do tributo proveniente da Cadeia Avícola e do Complexo Bovino no Maranhão permanece com desempenho favorável: *Criação de Bovinos para Corte* (+R\$ 2,1 milhões), *Criação de Frangos para Corte* (+R\$ 2,3 milhões).

A variação positiva do volume de vendas do comércio de 1,3% no acumulado do ano, bem como a queda da inflação, são fatores propícios ao Comércio Varejista, cuja arrecadação até outubro desse ano é 12,7% maior que a observada no ano anterior, concentrada nas atividades: *Comércio Varejista de Produtos alimentícios - Supermercados* (+R\$ 20 milhões); *Comércio Varejista de Vestuário e Acessórios* (+R\$ 5,8 milhões) e *Comércio Varejista de Produtos Alimentícios - Hipermercados* (+R\$ 7,5 milhões). Já o Comércio Atacadista, também afetado pelos parâmetros macroeconômicos citados, apresentou crescimento real de 5,5% puxados pelos componentes *Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios* (+R\$ 19,9 milhões), *Comércio Atacadista Medicamentos* (+R\$ 7,1 milhões) e *Comércio Atacadista de Cerveja, Chope e Refrigerante* (+R\$ 8,2 milhões).

3.4.2. Despesas Estaduais

Dinâmica das Despesas do Maranhão segue pautada pela expansão dos dispêndios com investimentos e queda do Serviço da Dívida, em contraponto ao acelerado ritmo de crescimento das Despesas Correntes, notadamente Pessoal e Encargos Sociais.

Houve crescimento real de 9,7% (R\$ +1,3 bilhões) da Despesa Total do Estado do Maranhão, em relação ao acumulado até outubro de 2016, totalizando R\$ 14,6 bilhões contra R\$ 13,3 bilhões no mesmo período do ano anterior. Segue a trajetória de elevação dos dispêndios com Despesas Correntes: elevação real igual a R\$ 901,9 milhões em termos absolutos. Tal ritmo de crescimento se deu em ritmo mais acelerado comparado aos valores do terceiro trimestre do ano.

Um contrapeso dentre os gastos correntes foi o decréscimo dos dispêndios com Juros e Encargos da Dívida (-13,3%, R\$ -49,9 milhões), estes constituem o componente de menor peso do agregado cujo crescimento no comparativo entre o acumulado do ano reflete o avanço das rubricas de maior peso: Pessoal e Encargos Sociais (+7,5%, R\$ +479,0 milhões) e Outras Despesa Correntes (+9,9%, R\$ +472,8 milhões).

- O aumento da arrecadação tributária do Estado tem repercussão direta sobre o montante de Transferências aos municípios, item componente de Outras Despesas Correntes, que registrou elevação de R\$ 29 milhões entre janeiro a outubro de 2016 e mesmo período de 2017.

Tabela 26 - Maranhão: Despesas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA), Cresc. (%) e Variação Absoluta dos acumulados do ano até outubro de 2016* com 2017* e mês contra mês de out/16 e out/17

DESCRIÇÃO	Acumulado do ano		Outubro		Crescimento (%)		Var. Absoluta	
	2016 (a)	2017 (b)	2016 (c)	2017 (d)	(b)/(a)	(d)/(c)	(b)-(a)	(d)-(c)
DESPESA TOTAL	13.374,7	14.672,0	1.080,9	1.534,7	9,7	42,0	1.297,3	453,8
1. Despesas Correntes	11.525,8	12.427,7	952,4	1.380,4	7,8	44,9	901,9	427,9
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	6.376,8	6.855,8	592,3	830,6	7,5	40,2	479,0	238,2
1.2 Juros e Encargos da Dívida	376,4	326,5	31,6	26,7	-13,3	-15,4	-49,9	-4,9
1.3 Outras Despesas Correntes	4.772,6	5.245,4	328,5	523,1	9,9	59,2	472,8	194,6
2. Despesas de Capital	1.848,9	2.244,3	128,5	154,4	21,4	20,2	395,4	25,9
2.1 Investimentos	1.203,7	1.633,7	99,7	121,5	35,7	21,9	430,0	21,9
2.2 Amortização da Dívida	516,5	500,8	28,8	32,8	-3,0	14,0	-15,7	4,0
2.3 Inversões financeiras	128,7	109,7	0,0	0,0	-14,7	-	-18,9	0,0
Serviço da Dívida¹	892,9	827,3	60,4	59,5	-7,3	-1,4	-65,6	-0,8

Fonte: Seplan/MA 1Juros e Encargos da Dívida + Amortização da Dívida

Ressalta-se a continuidade da dinâmica favorável das despesas do Estado com a aceleração do crescimento de Despesas de Capital, puxada notadamente pelos dispêndios com Investimentos que, até o decimo mês de 2017, totalizaram R\$ 1,6 bilhões frente a 1,2 bilhões no ano passado. Outro fator de melhora da composição dos gastos públicos é a diminuição com o Serviço da Dívida, visto a redução do pagamento de juros combinado também à redução dos gastos com a Amortização da Dívida.

Os maiores aportes de investimentos foram realizados nos setores de infraestrutura, dado pela pavimentação e manutenção de vias do interior do Estado, assim como pela implantação e ampliação de SES- Sistema de Esgotamento Sanitário na ilha de São Luís; de desenvolvimento social, dado pela construção de unidades habitacionais do Mais IDH, bem como pela implantação de sistemas de abastecimento de água, e construção de cozinhas comunitárias, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS em municípios do Estado.

A solidez da arrecadação própria e a composição benéfica dos gastos públicos com investimentos sustentou o equilíbrio fiscal neste ano no Maranhão. Porém, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com destaque para os gastos previdenciários, cresceram 12,3% no período (considerando as aposentadorias RPPS, reserva remunerada, reforma militares e pensões RPPS e militar) o que, em futuro próximo, comprometerá tal equilíbrio fiscal.

Associado a isso, a crise fiscal e financeira que o Governo Federal enfrenta e sua difícil resolução determina que os gastos da esfera Federal, que tiveram enorme papel dinamizador sobre a economia maranhense entre 2002-2012 (elevação real do salário mínimo, Programa Bolsa-Família, Programa Minha Casa Minha Vida, Crédito Estudantil, entre outros), deverão desempenhar um papel secundário do desenvolvimento do Estado. Uma das árduas tarefas a enfrentar no ano que bate à porta será a de construir capacidade gerencial para explorar novas fontes de financiamento para a infraestrutura e para as políticas de inclusão sócio-produtiva, tanto no nível estadual, quanto no municipal.

A crise fiscal-financeira do Governo Federal e sua difícil resolução nos próximos anos determina que os gastos federais, que tiveram enorme papel dinamizador sobre a economia maranhense no período 2002-2012 (elevação real do salário mínimo, Programa Bolsa-Família, Programa Minha Casa Minha Vida, Crédito Estudantil,

entre outros), deverão devem desempenhar um papel secundário do desenvolvimento do Estado. Um dos aspectos críticos dos próximos anos será construir capacidade gerencial para explorar novas fontes de financiamento para a infraestrutura e para as políticas de inclusão sócio-produtiva, tanto no nível estadual, quando municipal.